

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO



DESENVOLVIMENTO anseio do povo, causa nacional

Elementos para um novo programa das forças progressistas para a sucessão presidencial

Aldo Rebelo
Samuel Pinheiro Guimarães
Renato Rabelo
Fernando Cardim
Luciano Coutinho

Sérgio Machado Rezende
Marlon Medeiros
João Batista Lemos
Umberto Martins
Carlos José Espíndola

25 ANOS SEM DEIXAR OS PRINCÍPIOS DE LADO.

A Capital Brasileira da Cultura homenageia a revista Princípios pelos seus 25 anos de contribuição ao avanço das idéias e da luta social.



Por uma nova vitória das forças progressistas

Salvo alterações próprias de uma conjuntura política instável, os campos em confronto na sucessão presidencial já estão delineados. De um lado, a candidatura à reeleição do presidente Lula, sustentada pela esquerda e outros setores do campo progressista; de outro, a candidatura de Geraldo Alckmin, representante da direita neoliberal.

Estes dois campos, por um lado, disputam a ferro e fogo o “centro” representado pelo PMDB que, embora cindido, terá papel relevante no desfecho do confronto. Por outro, as pretensas forças de “ultra-esquerda”, numa cumplicidade objetiva com a direita, seguem atadas ao equívoco de atacar a candidatura Lula.

Se Lula vence, a luta pela mudança avança; se perde, o país retrocede, retorna às mãos da direita neoliberal. Além disso, está em jogo o processo de integração solidária da América Latina. Um preposto de Washington – tal e qual Alckmin –, na Presidência, seria uma barragem ao avanço das forças patrióticas e democráticas na América do Sul.

Estará no centro da luta de idéias desta campanha eleitoral a temática do desenvolvimento e de modo correlato a luta pela superação do neoliberalismo.

Desde a posse de Lula, instaurou-se um debate no âmbito da sociedade e do próprio governo para desvendar caminhos para a implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Dois campos básicos se forjaram: o da mudança e o do continuísmo. Nessa luta de idéias, *Princípios* tem combatido o continuísmo, explicitando suas críticas à política macroeconômica ortodoxa que restringe o crescimento e provoca concentração de renda.

Além da crítica, procura oferecer contribuições políticas e teóricas referentes aos dilemas da esquerda brasileira e de seu governo. Entre o fatalismo que apregoa a capitulação ou a cedência aos fundamentos neoliberais, ao longo do mandato de Lula, *Princípios* procurou demonstrar ser possível empreender a resistência e dar passos à superação do neoliberalismo.

O resultado concreto do governo, em termos de mensagem política, poderia ser assim sintetizado.

O governo Lula herdou um país à beira da insolvência financeira; a economia emperrada e desnacionalizada; grandes parcelas do povo sob o infortúnio do desemprego e mesmo sob o flagelo da fome e da miséria; o país com sua soberania aviltada, sob a tutela do FMI e nas garras da Alca. Em três anos de mandato, o governo saneou no essencial esse cenário maldito herdado, a situação se encontra equilibrada, a economia mesmo que aquém das possibilidades voltou a crescer, a oferta de empregos aumentou, o país ficou livre da tutela do FMI e o projeto da Alca foi paralisado.

Dessa maneira, o Brasil está pronto para adentrar a um ciclo de desenvolvimento democrático. E Lula – que, pela expressão de Renato Rabelo, presidente do PCdoB, se revelou o “presidente do povo” – demonstrou ter competência e liderança para conduzir o Brasil a esse crescimento econômico acentuado, pois criou as condições para isso.

Os partidos de esquerda e demais setores democráticos que sustentarão a campanha de Lula têm a necessidade, e a legitimidade, de apresentar uma mensagem destinada aos que trabalham e aos que produzem, proclamando ser possível, sim, o país crescer a índices e ritmos mais acentuados, com vasta produção de riqueza, geração de emprego, distribuição de renda e fortalecimento do projeto de integração sul-americana. Da mesma maneira, à luz do aprendizado, devem sinalizar quanto às necessárias reorientações e mudanças, sobretudo na política macroeconômica ortodoxa que, na prática, impossibilitou um crescimento maior da economia.

Neste momento crucial da vida brasileira, *Princípios* saúda e reforça esse amplo movimento político, social, cultural e intelectual que progressivamente vai se forjando em nossa pátria para **barrear o retorno da direita neoliberal e avançar nas mudanças.**



“Repactuar e ampliar o campo progressista para a sucessão presidencial” **6**
Entrevista com Renato Rabelo

Desenvolvimento como causa nacional **14**
Aldo Rebelo

O Brasil pode crescer **17**
Luciano Coutinho

Não confundir gasto público com déficit público **23**
Fernando Cardim

Prebisch y Furtado: soberania e integração **30**
Samuel Pinheiro Guimarães

Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento **39**
Sérgio Machado Rezende



INTERNACIONAL

A conjuntura internacional em breves traços **64**
José Reinaldo Carvalho

CULTURA

“Já decretaram inúmeras vezes o fim do socialismo” **68**
Entrevista com Benjamin Abdala Junior

ESPECIAL

Princípios 25 anos, jubileu de prata! (Índice por assunto do nº 51 ao nº 80) **44**
Adalberto Monteiro e Edvar Luiz Bonotto

ESPORTE

Construindo a relação esporte-escola **72**
Cássia Damiani e Micheli Escobar

CAPA

Agroindústria, desenvolvimento e projeto nacional **53**
Carlos José Espíndola e Marlon Medeiros

TEORIA

Determinações históricas e ideológicas de *O Capital* (final) **78**
A. Sérgio Barroso

Trabalho, soberania e desenvolvimento nacional **58**
João Batista Lemos e Umberto Martins

Capa: Arte de Flávio Nigro, sobre obra “EFCB”, de Tarsila do Amaral

Entrevista com Renato Rabelo

*“Repactuar e
ampliar o campo
progressista para a
sucessão
presidencial”*

POR ADALBERTO MONTEIRO

O presidente do Partido Comunista do Brasil, Renato Rabelo, enfoca nesta entrevista a repactuação programática e a ampliação das alianças como elementos necessários à reeleição de Lula – a quem considera o “presidente do povo”



Lula: o presidente do povo.

Desde a queda do ministro Palocci a oposição conservadora retomou a ofensiva contra o governo, voltando a cogitar o impeachment do presidente Lula. A oposição também continua sua investida para “paralisar” o governo. Como você caracteriza essa conduta da elite conservadora?

Renato Rabelo – Este processo em curso faz parte da disputa pelo poder – como caracterizamos essa luta –, sobretudo porque se aproximam as eleições de outubro e está em jogo a Presidência da República. Neste contexto, essa disputa pelo poder se acirra e acaba ganhando uma profundidade maior.

É bom lembrarmos que desde os primórdios da República as sucessões presidenciais sempre foram momentos de aguda batalha política. Mesmo quando setores dominantes disputavam entre si a Presidência, o confronto era forte. Até na época do regime militar, quando o processo ocorria “entre muros”, a con-

tenda foi muito séria.

Hoje, o confronto entre um bloco liderado por Lula – que representa um conjunto de forças democráticas, patrióticas, populares (ao contrário das que sempre mandaram no país) – e os setores conservadores se agudiza ainda mais, porque essas forças que hoje têm como expressão maior o PSDB não admitem a reeleição de Lula. A própria vitória de Lula ocorreu sob uma grande resistência do bloco conservador que, sem êxito, a todo custo tentou impedi-la. Uma vez que “tiveram de engoli-lo” o tempo todo procuram uma forma de se livrar dele. A eleição de Lula representou um corte no ambicionado projeto do PSDB e de seus aliados de governar o país “por décadas”.

A atual disputa, então, ocorre entre as forças que querem a qualquer preço voltar ao centro do poder e o bloco progressista que mal iniciou seu governo – uma vez que três anos é muito pouco para rea-

lizar grandes mudanças, sobretudo por ter encontrado uma situação de descalabro e de crises bastante severas.

Neste contexto, a oposição conservadora tem procurado por todos os meios fazer oposição ao governo, inclusive com sucessivas tentativas de desestabilizá-lo. E nos momentos em que a crise se eleva surge sempre – ou se cogita – a questão do impeachment do presidente da República, como forma de tentar encurralá-lo.

Assim vem agindo o bloco com centro no PSDB, principalmente porque, hoje, o presidente tem grande respaldo popular, pois seu governo é voltado para a parte mais pobre da população – não por acaso Lula tem amplo apoio nesta faixa. Justamente por isso o bloco conservador persiste em procurar formas para atingir este governo. Porque se nas pesquisas ou sondagens de opinião Lula estivesse mal, talvez a tática deles fosse outra.

Exatamente porque persiste esse apoio popular e o prestígio do presidente se mantém o bloco conservador dá continuidade a essa tentativa de desestabilizar o governo.

Os tucanos, entre outras vaidades, cultivam a imagem de uma espécie de direita civilizada, contemporânea. Contudo, essa ação desestabilizadora, golpista, é algo recorrente na história política do país...

Renato Rabelo – De fato, os setores da atual oposição conservadora se apresentam como uma direita moderna, mas não deixam de ser a velha classe dominante. Sua fisionomia política tem sido a mesma se considerarmos o período republicano. Esses setores oposicionistas conservadores têm usado métodos que visam, primeiro, a desestabilizar um governo, deflagrando o que denominamos de “cruzada moralista”, em que eles se vestem de defensores da moral e do bem público. Segundo, às atitudes golpistas – aspecto próprio desse tipo de oposição –, porque eles procuram a qualquer preço apressar a retirada do governo de cena. E terceiro, visam à tentativa de formação de uma espécie de governo paralelo – aspecto que compõe esse tipo de manifestação, de “cruzada moral” golpista. Um tipo de poder paralelo que, tendo forte influência na mídia, propaga suas idéias e

ações contra o poder estabelecido. A mídia torna-se, portanto, um centro que legitima as ações desse setor e dissemina seu ideário.

É possível traçar um paralelo entre a atual CPI dos Bingos e a “República do Galeão” no governo de Getúlio Vargas?

Renato Rabelo – Há vários episódios parecidos a esse em nossa história. Fazendo uma analogia, o exemplo do que ocorreu com o governo de Getúlio Vargas é bem elucidativo. Naquele momento formou-se a chamada “República do Galeão”, uma espécie de poder paralelo ao de Getúlio Vargas. Ela era formada por oficiais da Aeronáutica e das Forças Armadas, pela UDN – esta última, um agrupamento político na época com muita influência junto à opinião pública e à mídia, composta basicamente por jornais e emissoras de rádio. Essa articulação irradiava o que pretendia para o Brasil inteiro e a imprensa dava grande destaque a tudo o que ela pregava, criando um clima em que aparecia um outro poder tentando se impor ao poder estabelecido no país.

Hoje podemos fazer uma analogia também com o Senado, no qual um setor conservador vai criando formas de se tornar um poder desse tipo, utilizando as CPI’s (Comissão Parlamentar de Inquérito). A CPI dos Bingos, por exemplo, é pura provocação; conhecida hoje como “CPI do Fim do Mundo” – uma espécie de “comissão geral de investigação”. No afã de formar esse poder paralelo, esse setor chega até a passar por cima do presidente do Senado, das instituições da República, com todo tipo de pressão e, nas condições atuais, com a formação de um bloco de oposição – conservador e midiático: a soma das forças políticas e o complexo das empresas de comunicação. Se em outros momentos foram utilizadas a mobilização e a intervenção das Forças Armadas, hoje os conservadores contam com a mídia – seu instrumento-chave atual.

No ano passado, no auge da crise, o PCdoB ajudou a deflagrar um movimento em defesa do mandato do presidente. Em sua ótica como deveria se dar a reação do governo e do campo político e social que o apóia ante o recrudescimento dos ataques conservadores?

Renato Rabelo – A ação e conduta dos comunistas devem estar apoiadas em dois planos: um imediato e outro em perspectiva. No plano imediato é necessário enfrentar as investidas e tentativas feitas pela oposição para criar uma opinião contrária ao governo. Ou seja, formar uma linha de resistência aos ataques. Quando a oposição procurou explorar mais o clima de crise política foram fundamentais as mobilizações de rua defendendo o mandato do presidente da República e desmascarando as tentativas golpistas de impeachment que se procuravam criar. Num segundo momento foi importante a própria rearticulação do PT, por ser o principal partido no campo oposicionista. E, finalmente, o momento mais significativo e importante para compor essas linhas de resistência foi a vitória de Aldo Rebelo, um quadro do PCdoB, para a presidência da Câmara dos Deputados na condição de representante do campo democrático e popular. Esses foram momentos e movimentos daquele enfrentamento. Mas como esse processo faz parte do embate político, agora a oposição volta à ofensiva, procurando explorar a situação e se aproveitar de erros cometidos por setores que compõem o nosso campo.

De imediato, hoje, devemos enfrentar este novo recrudescimento da ação oposicionista conservadora, sobretudo quando se aproximam as eleições. Num primeiro momento é preciso mobilizar o povo, a maioria da nação, e dizer-lhes quais os reais propósitos dessa investida: desestabilizar o governo e impedi-lo de governar, preparando a volta da direita neoliberal ao comando do país. Pelo nosso entendimento, deveriam ser incentivados um movimento de massa e um amplo debate de idéias para demonstrar à nação que Lula é um presidente do povo, uma liderança comprometida com os interesses da maioria da nação; e que é necessário impedir o retrocesso e continuar lutando pelas mudanças que o país requer.

No plano em perspectiva, para o PCdoB – para poder dar continuidade a um novo mandato e impulsionar as mudanças, assim impedindo o retrocesso – há a necessidade de uma repactuação política e de alianças para se firmar uma perspectiva a um segundo mandato de Lula. Conforme temos defendido, o presidente neste primeiro mandato criou pelo menos condições mínimas básicas para o desenvolvimento, voltado para enfrentar os desafios sociais e investir

na produção e na valorização do trabalho. É necessário fazer uma sinalização nesse rumo. Pela comparação que fizemos com a situação da primeira campanha, deveríamos hoje escrever uma nova carta aos brasileiros, uma nova versão, destinada a quem produz e a quem trabalha – diferentemente da primeira que, para garantir uma certa governabilidade, foi dirigida aos chamados meios financeiros, ao mercado. Essa deve ser a perspectiva a ser apresentada como forma de repactuação, para que o novo mandato do presidente Lula – se o alcançarmos – esteja voltado para enfrentar o desafio do desenvolvimento com maiores investimentos para conseguir resolver os graves problemas do Brasil.

Na temática da repactuação programática um tema fundamental é a questão da política macroeconômica, que apesar das críticas recebidas ao longo do tempo se beneficia de uma idéia disseminada na sociedade, segundo a qual não haveria alternativa ao modelo econômico vigente. Como o PCdoB reage a essa visão de que esse atual caminho é inevitável?

Renato Rabelo – A questão da política econômica se relaciona com a formulação de que todo caminho a seguir no terreno econômico, antes de tudo, passa por uma decisão política, por uma opção política. E uma determinada escolha ou decisão política de governo requer sempre apoio e mobilização – inclusive da maioria da sociedade, ou pelo menos de boa parte dela. Não entendemos simplesmente a questão como uma fórmula somente econômica, mas antes de tudo como uma decisão política.

As mudanças econômicas também requerem tal apoio político. Em determinadas situações, primeiro se formou uma convicção, mesmo sem o apoio necessário para a mudança.

Atualmente, mesmo sem uma mudança da política econômica, poderíamos redirecionar essa política de forma a permitir maior índice de desenvolvimento. Dentre eles, basicamente, devemos implementar a baixa dos juros: o governo pode ser mais audacioso na questão da diminuição dos juros – que estão muito altos. (Muitos economistas dizem se tratar de uma verdadeira deformação.) Outra iniciativa nesse rumo seria destravar os investimentos públicos

e privados, mesmo com a manutenção de certo nível de superávit primário, que pode ser inclusive menor que o atual.

Com essas medidas já poderia ser reforçada a possibilidade de um crescimento do investimento e uma tentativa para se buscar enfrentar a dívida interna – o grande problema da situação econômica atual. Isso porque a dívida externa em parte diminuiu, mas a dívida pública foi sendo concentrada na dívida interna. É preciso buscar saídas, sobretudo alongando os prazos dessa dívida. Com a dilatação dos prazos e juros menores em perspectiva também o seu volume pode ser diminuído.

Tais medidas poderiam ser tomadas no contexto da política atual. Significariam passos importantes para que o desenvolvimento nacional atinja um outro patamar de crescimento econômico.

A mudança e o redirecionamento dos marcos atuais perpassam definições, convicções e apoio político – são antes de tudo decisões políticas a serem tomadas.

A atual orientação econômica absolutiza as metas de inflação em relação às metas de crescimento econômico. Contudo, a sociedade brasileira, traumatizada por longos períodos de inflação, valoriza a estabilidade, mas com um descontentamento em razão dos pequenos índices de crescimento. Como você analisa essa questão?

Renato Rabelo – A absolutização das metas de inflação faz parte da política macroeconômica atual. Para um redirecionamento da política econômica, garantido certo nível de estabilidade monetária com metas de inflação (atualmente já bastante reduzidas), é necessário também estabelecer no mesmo nível metas de desenvolvimento, metas de investimento e emprego (de índice de emprego). Porque o controle da inflação por si só – ou a estabilidade monetária por si só – não é suficiente para enfrentar a questão essencial para a economia: resolver o problema da maioria da nação, do povo. Resolveriam o problema do povo os índices altos de desenvolvimento e emprego. Esse tipo de absolutização, “a economia pela economia”, em última instância favorece os setores que têm o domínio da economia, ou seja, seus setores mais poderosos – quando na realidade a econo-

mia tem de resolver os problemas de todo o povo e não apenas de uma parte, de uma minoria.

No fundo, é essa a questão, porque não existe modelo econômico abstrato, benfazejo. Todo modelo, todo projeto econômico, inevitavelmente acarreta ônus para uns e ônus para outros. É impossível um projeto econômico na sociedade atual beneficiar a todos de forma igualitária.

O modelo econômico atual beneficia sobretudo um setor muito pequeno da sociedade, em especial o que tem grandes recursos para aplicação em títulos do governo e se beneficia dos juros altos. Ou seja, um modelo perverso e de custo social elevado. Tal modelo cria objetivamente uma situação de transferência volumosa de renda para um setor muito pequeno da sociedade e a grande maioria fica evidentemente prejudicada.

Portanto, não podemos ver os modelos econômicos como uma fórmula científica e neutra. A economia faz parte das ciências sociais, ela deve estar voltada para resolver problemas sociais. É o grande desafio atual é como ter uma economia que beneficie a maioria da sociedade e não somente uma parte pequena dela.

Para os comunistas isso é importante, porque nessa discussão toda pode ficar uma impressão de que não existem interesses, mas, sim, apenas a defesa de fórmulas econômicas – encobrindo, assim, seus verdadeiros interesses, o motor que as movimenta.

O Ministério do governo Lula passou por alterações importantes, tanto com a saída de Antonio Palocci quanto pelos ministros que deixaram seus cargos para assumir suas candidaturas. Como você analisa essa recomposição do ministério do governo?

Renato Rabelo – Em primeiro lugar, já houve uma recomposição no Ministério, pois o núcleo político principal do governo foi alterado devido à evolução da crise política. Figuras importantes desse núcleo, como José Dirceu e Luis Gushiken, de uma forma ou de outra foram afastados – e mais recentemente o ministro da Fazenda. Portanto, o presidente da República já vinha recompondo seu núcleo político principal.

Na atual recomposição entram duas importantes peças para compor esse novo núcleo de governo.

Com a indicação de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda mudou também o núcleo que compunha esse Ministério. A secretária executiva (na prática, o vice-ministro), o secretário do Tesouro e a presidência do BNDES – peças importantes –, também apresentam mudanças, incluindo nomes mais alinhados com o ministro atual. Não é uma simples substituição de ministro, portanto. O ministro atual tem uma visão mais ampla e uma abertura maior sobre a necessidade de desenvolver o país.

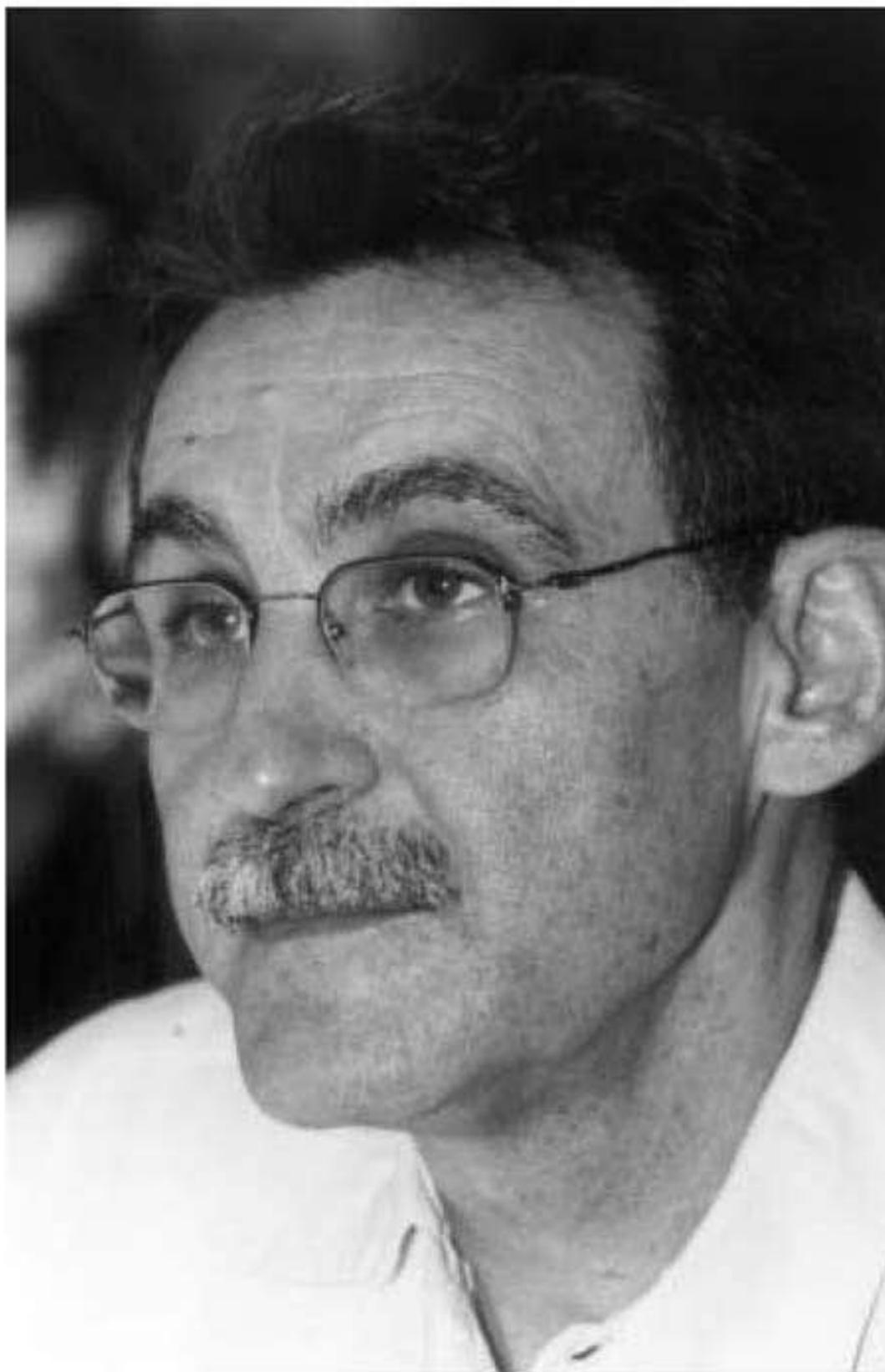
Na área política também houve alteração com o ingresso de Tarso Genro nas Relações Institucionais. É um nome com posição de prestígio dentro do PT – de certa forma independente, pois não está vinculado a tal ou qual tendência. Ele ocupou a presidência do PT num momento de maior dificuldade e é exatamente uma pessoa de visão política afirmativa sobre o desenvolvimento e a necessidade do avanço das mudanças.

São duas peças importantes que, na composição do governo, vão sinalizando a necessidade de continuidade desse processo de mudança e de persistência de um governo com essa característica democrática.

Como você sintetizaria as razões da importância de uma nova vitória das forças que venceram em 2002? Qual o significado da reeleição de Lula no atual contexto brasileiro e também no Latino-Americano?

Renato Rabelo – No meu entendimento, Lula de uma forma ou de outra simboliza mudanças importantes. Em primeiro lugar ele conseguiu conduzir o país de uma situação que caminhava para a insolvência a uma situação de estabilidade, resolvendo um problema importante que é retomar a estabilidade monetária e em grande parte amainar a vulnerabilidade externa (antes muito acentuada), criando condições agora para o desenvolvimento mais forte.

Em segundo, Lula faz um governo voltado para as camadas sociais que, devido à situação de extrema



Renato Rabelo, presidente do PCdoB.

pobreza, precisavam ser socorridas com medidas emergenciais. Conforme estimativas, tais camadas formam um grande contingente (em torno de mais de quarenta milhões de pessoas) e a sensibilidade de Lula procurou atendê-las com programas sociais (sobretudo o Bolsa Família e o Luz para Todos) que hoje atingem um número significativo de famílias. Não por acaso, Lula tem grande respaldo em toda essa base popular. São programas eminentemente populares e de emergência, como diz o próprio Lula, para atender situações de socorro.

Em terceiro lugar, de uma forma ou de outra o governo procurou ampliar o mercado interno e de certa maneira atacar as desigualdades e dificuldades regionais. Com esses investimentos, sobretudo na área social, mais se beneficiaram as regiões Norte e Nordeste; não é por obra do acaso o presidente ter apoio maior nessas áreas. Isso reflete uma outra ótica de ver os problemas brasileiros.

Por último, e ligado ao nosso projeto de desenvolvimento, destaca-se a importância da integração da América do Sul – a integração continental.

Podemos até dizer que a marca de Getúlio Vargas, como homem público que marcou um período histórico, foi exatamente a integração do poder nacional – antes fragmentado, não constituindo um Estado homogeneizado. Essa unificação do Estado nacional foi uma grande obra de Getúlio, uma visão de grande estadista. Juscelino, por sua vez, se caracteriza pela integração física nacional – superando aquela etapa de que o Brasil se resumia à costa brasileira, em que toda a região interiorana era praticamente abandonada. Brasília simboliza essa concepção. Com a nova capital, JK puxou a população para o interior do país, formando pólos importantes de desenvolvimento em toda essa área e promovendo a integração física nacional.

E Lula vai se caracterizando pela persistência da política de governo que se reflete na política externa brasileira: a integração continental – não só integração política, econômica e social, mas também física, com projetos já em andamento (incluindo projetos gigantescos como o do gasoduto, que terá extensão continental, a construção de pontes, rodovias, ferrovias, portos). Um conjunto de obras de infra-estrutura que visam à integração, inclusive com bancos já voltados para isso. O próprio BNDES já tem uma rubrica destinada a esse tipo de investimento. Este é um fator importante porque ocorre num momento em que a América do Sul progressivamente é palco de um movimento ascendente de vitórias de forças democráticas e populares que antes nunca tinham alcançado o poder nacional. Tais forças têm o mesmo caráter das que levaram Lula à Presidência do Brasil.

A derrota de Lula seria como jogar água fria sobre esse movimento crescente de sentido democrático de forças novas que crescem na América do Sul. Esse mesmo movimento influi também em nosso país, so-

bretudo junto às forças mais avançadas, para ajudar a formar uma convicção de que é preciso reeleger Lula.

Uma vitória da direita no Brasil seria uma contratendência perigosa na consolidação dessas forças?

Renato Rabelo – Exato. A vitória das forças de direita hoje faria nosso país virar as costas a todo esse movimento progressista. O Brasil é peça importante por seu papel nesta parte sul das Américas, por ser o maior país, além de ter maiores recursos econômicos.

A oposição conservadora procura ampliar sua base de forças para a campanha eleitoral, buscando aliança com setores do PMDB e outros partidos. Como o PCdoB analisa esse movimento de ampliação de campo do PSDB? Qual a reação do campo da esquerda frente a esse movimento direitista que visa a isolar a campanha de Lula ou colocá-la num campo político bastante restrito?

Renato Rabelo – Da luta política faz parte a conformação de campos. Grosso modo, hoje há dois grandes campos de disputa na política brasileira: esse bloco conservador e o bloco popular e democrático.

O bloco conservador tem como força estruturante o PSDB, procura expor uma vestimenta moderna e utiliza os aparatos produzidos pela política neoliberal. É formado pelos setores que fazem parte da velha classe dominante, que sempre governou o país. O PSDB procura aparecer como um partido moderno, de quadros, mas faz alianças com o PFL que representa abertamente as forças mais retrógradas. É a velha classe dominante com características atuais, aglutinando a direita tradicional na figura do ACM (Antonio Carlos Magalhães) com a direita dita moderna na figura do Alckmin. O outro bloco tem a expressão maior em Lula. É um bloco democrático e popular, de defesa da soberania do país; ou seja, o bloco que levanta a questão do desenvolvimento democrático e da integração do Continente. São esses os dois blocos principais em disputa no presente, com suas várias tendências e matizes de

um lado ou de outro.

A pergunta é: como conformar alianças nesses blocos? O bloco conservador vai buscar certas forças de centro que possam ser puxadas para seu lado. Por sua vez, diante da realidade política atual do país, para governar e ir adiante, o bloco democrático e integracionista tenta buscar forças de centro para seus propósitos. Essa é a luta atual para ampliar um campo de um lado e de outro. A governabilidade do país depende disso hoje. Nenhum desses dois blocos tem maioria política própria no Congresso Nacional. Então essa movimentação requer ser feita para que prevaleça um ou outro.

Este trabalho de coalizão política é fundamental. O PCdoB entende a necessidade de coalizão, por isso leva em conta a necessidade de envolver esse centro político para que haja condições de governabilidade – desde que esse centro esteja interessado em levar à frente as mudanças em função dos interesses democráticos, patrióticos, em defesa do América do Sul etc.

Ante a vigência da cláusula de barreira de 5% para as próximas eleições a direção do PCdoB lançou recentemente um "apelo democrático". Em que consiste isso? O que levou o Partido a lançar esse apelo ao povo e aos setores democráticos da sociedade?

Renato Rabelo – Essa é uma questão importante porque, de maneira geral, a sociedade e a maioria do povo não têm noção do significado de cláusula de barreira.

Em primeiro lugar, ela atinge legendas como o PCdoB que tem definição programática e ideológica. E também partidos como PSB, PV e PDT que são agremiações de fisionomia definida, a pretexto de atingir os partidos de aluguel – muitas destas, na realidade, fazem parte dos interesses dos considerados partidos grandes.

Em segundo, a cláusula de barreira, como critério para definir a representatividade de um partido, é errada e até mesmo falsa. Ela visa, da maneira como está formulada, a beneficiar alguns partidos, mantendo seu *status quo*, privilégio de tempo na TV e fundo partidário público para eles – eliminando os outros, numa atitude antidemocrática. Para o PCdoB, a

fórmula é falsa porque os 5% da dita cláusula se referem a um percentual que os partidos devem alcançar para a Câmara dos Deputados e isso definirá o grau de representatividade dos partidos pela Lei vigente. Mas ela é uma deformação, porque analisando como se deu esse processo no Brasil, percebe-se que tal regra é uma cópia do sistema eleitoral alemão. Mas lá, medir a representatividade de um partido em eleição à Câmara não é absurdo porque o Parlamento é formado por uma só Câmara. Além do mais, por ser unicameral, nele se decide quem será o primeiro-ministro que governará o país. A maioria escolhe o primeiro-ministro, porque o regime é parlamentarista. Então é concernente com essa realidade política medir a representatividade de um partido por esse método.

No caso brasileiro, torna-se uma anomalia, pois um partido pode eleger governador, senador, atingir uma grande votação nessas eleições majoritárias e não ter os 5% na votação à Câmara. E apenas esse critério vai definir a representatividade do partido? Portanto, trazer esse modelo para cá é uma deformação, pois ele não mede a representatividade do partido. No fundo, uma importação que não condiz com nossa realidade.

Essa é uma questão levantada pelos comunistas. O Partido faz um apelo nesse sentido para manter sua representação na Câmara. O PCdoB tem jogado um papel democrático importante – ressaltado não somente pelos aliados, mas também pelos adversários. Porque é um partido que tem dado grande contribuição à vida política brasileira. É um partido que não pode perder sua representação na Câmara. Este é o nosso apelo ao povo.

O povo brasileiro deve saber o que está em jogo neste processo.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios.

Desenvolvimento como causa nacional

ALDO REBELO



Aldo Rebelo.

O seminário “Caminhos do Crescimento”, promovido pela Câmara dos Deputados, por iniciativa de seu presidente, deputado Aldo Rebelo, foi um importante evento que reuniu opiniões de personalidades políticas e cientistas

da área econômica com intuito de contribuir com o esforço do necessário desenvolvimento e crescimento econômico do país – cada vez mais um clamor nacional.

O evento foi realizado em Brasília em março de 2006. Publicamos aqui o pronunciamento de abertura de Aldo Rebelo e as intervenções dos economistas Luciano Coutinho (Unicamp) e Fernando Cardim (UFRJ)

Princípios agradece à Presidência da Câmara a disponibilidade deste rico material, e aos autores pela revisão dos originais e autorização para publicação

A idéia de que o Brasil pode e deve fazer crescer a sua economia a taxas mais ousadas e significativas tornou-se quase um senso comum entre a população brasileira. Trabalhadores, empresários, comerciantes, intelectuais perguntam-se por que países em condições semelhantes às do Bra-

sil vêm crescendo, alguns há décadas, em taxas próximas a 10% ao ano, enquanto o Brasil mantém níveis claudicantes de crescimento em torno de 2% a 3% ao ano. No ano passado, quando a economia mundial cresceu em média 5%, terminamos mantendo as taxas discretas que vêm se repetindo há quase duas décadas.

A situação tornou-se inexplicável quando se sabe que o Brasil foi um dos líderes do crescimento mundial ao longo de quase todo o século XX e que possui, portanto, incorporada no imaginário da sua população e dos seus empreendedores, uma predisposição natural para o crescimento da economia.

Importantes instituições internacionais, especializadas em projeções de crescimento econômico, colocam-nos entre as principais economias do mundo em futuro não muito remoto, ao lado de Estados Unidos, China, Índia, entre outros países.

Temos uma população trabalhadora cheia de iniciativa e um empresariado reconhecido pela ousadia, flexibilidade e capacidade de adaptação. Apesar das desigualdades sociais que mancham nossa vocação de civilização generosa e dos desequilíbrios regionais e econômicos, dispomos de sólidos elementos de coesão nacional, que nos autorizam a descortinar um futuro de otimismo e perseverança.

Ao longo de quase 17 mil quilômetros de fronteira e de quase 8 mil quilômetros de litoral, desconhecemos o constrangimento das disputas territoriais e vivemos em paz com os nossos vizinhos.

Não se pode usar como pretexto o argumento de que a memória da inflação nos impede de ousar e de buscar taxas de crescimento compatíveis com os desafios e, mais do que isso, com as potencialidades da economia brasileira.

A própria inflação, que, segundo o libertador Simon Bolívar, era capaz de fazer com que o povo desprezasse os libertadores e apoiasse a solução dos tiranos – e foi essa a experiência que ele conheceu na América espanhola, ao promover o primeiro ciclo de libertação – corroeu as bases de sustentação do processo de libertação em curso e levou a população da América espanhola a voltar seus olhos e suas súplicas para o retorno dos generais espanhóis, que mantinham o processo colonial.

Esse processo inflacionário foi debelado no Brasil há muito tempo. É verdade, o Brasil vive ainda um processo de consolidação de sua experiência democrática, mas não as turbulências políticas nem os regimes de quase guerra civil de alguns países que, mesmo diante dessa situação interna de quase comoção, têm mantido taxas de crescimento maiores do que a nossa e também taxas de juros menores do que a nossa.

Aparentemente, o país, em largos setores – so-

bretudo nos que dirigem ou têm dirigido a política econômica nos últimos anos –, passou a ter medo ou receio de crescer. Pouco a pouco foi sendo apagada, no imaginário da população brasileira, do povo, dos trabalhadores, dos desempregados, dos empresários e de uma parte da intelectualidade, a idéia de que crescer, desenvolver o país, é uma pré-condição para a elevação do padrão de vida material e espiritual do povo e para a própria consolidação da democracia e o fortalecimento das bases da soberania jurídica, econômica e política do Brasil.

Que processo democrático há no país se a democracia, se a experiência democrática não responde às demandas, às expectativas, às angústias e aos dilemas da imensa maioria da nossa população? A democracia se é abstrata como conceito, é concreta como realização das necessidades da comunidade nacional. Não há democracia verdadeira, digna de nome, se não ultrapassa a formalidade da escolha dos seus dirigentes – do presidente da República, do vice-presidente, dos governadores, dos deputados federais, dos senadores e demais representantes do povo. A democracia se realiza quando ultrapassa, aperfeiçoando naturalmente, a formalidade, mas realizando o anseio e a esperança do povo por uma vida melhor, melhorando a qualidade da educação, da saúde, do transporte, da segurança individual e coletiva e do bem-estar geral da população.

No entanto, recentemente tem ocorrido a tentativa de cavar um abismo entre a economia e a política. A economia seria dirigida por uma espécie de pensamento único, prisioneiro de uma racionalidade que desconhece a política e o drama social das comunidades nacionais. A economia seria realizada pelas previsões e pelo planejamento das equações matemáticas e dos cálculos financeiros adotados por quem dirige, muitas vezes, distante do sofrimento e das reais necessidades da população.

A experiência e a história, no entanto, ensinam-nos que nunca, em nenhum momento, as opções econômicas estiveram separadas das opções políticas. Se examinarmos as principais batalhas, as principais rupturas e as principais transições da história da humanidade, e da própria história do Brasil, perceberemos ser quase impossível separar a fronteira quase invisível e indivisível entre o que foi a batalha econômica e o que foi a batalha política.

Perguntamos: a luta pela consolidação da base física, da base geográfica do território brasileiro, que levou pernambucanos e nordestinos ao esforço da expulsão do invasor holandês, foi uma batalha econômica ou política? Foi uma batalha das potências coloniais pela divisão do mercado açucareiro – pretensão da Holanda – ou simplesmente a vontade e o desejo de pernambucanos, índios e negros que habitavam aquela parte do nosso território de se verem livres da predominância e do domínio holandês?

Podemos perguntar, ainda: a luta pela Independência do Brasil, as jornadas conduzidas pelos homens de Minas Gerais, por Tiradentes, pelo povo da Bahia na Revolta dos Alfaiates, ou mesmo o desfecho dessa luta, conduzida pelo grande José Bonifácio de Andrada e Silva, o Patriarca da nossa Independência, situaram-se no terreno da política? Ou não foi também uma batalha econômica entre brasileiros que já não suportavam o processo de transferência de riqueza produzida naquilo que viria a ser o solo nacional para a Europa, principalmente para Portugal, que naturalmente desejavam manter, pelo *status* de Colônia, a transferência do sangue, do suor e das lágrimas derramadas com a geração de riquezas em solo nacional?

Poderíamos perguntar ainda: foi uma batalha política ou econômica a luta pelo fim da escravidão no Brasil e pela proclamação da República? A Abolição foi simplesmente um gesto motivado pela rejeição moral ao sistema escravagista? Ou também não foi uma luta pela repartição da riqueza, de forma mais equilibrada, entre brasileiros que aqui viviam? E a luta pela República, não foi o sentimento de uma camada empresarial emergente no Brasil e das camadas médias urbanas que não suportavam mais o modelo mantido pela grande propriedade e pela opção agrícola de 60 anos de Monarquia?

O que foi a Revolução de 1930 senão a retomada das mesmas razões republicanas de um processo de industrialização para mudar o curso não apenas da construção econômica, mas também da construção social e política da sociedade brasileira?

Portanto, discutir as opções para o desenvolvimento no Brasil é discutir a nossa história, a retomada e a recorrência da batalha em torno do aprofundamento da democracia, da elevação do bem-estar material e espiritual do povo brasileiro e do fortaleci-

mento do nosso país. Não é um debate que possa ser adotado simplesmente por um partido, por uma facção, por quem estiver no governo ou na oposição. É um debate que interessa a todos os brasileiros; é um debate de todos os partidos, de todas as correntes políticas e ideológicas; é um debate do governo, da oposição, dos trabalhadores, dos empresários, dos intelectuais, da Igreja, do soldado, do jovem, da mulher. A nenhum brasileiro é dado o direito ou a opção de permanecer indiferente diante dos impasses que limitam o pleno desenvolvimento das potencialidades econômicas do nosso país.

Estas são as razões para a realização deste seminário sobre desenvolvimento da Câmara dos Deputados. Não partimos do julgamento de políticas econômicas de governos passados nem do governo presente.

Queremos que o desenvolvimento da economia seja uma causa nacional, uma causa de todos os brasileiros, como foi a causa da construção do nosso país, da democratização e da Independência do Brasil, da luta pela República e pela Abolição da escravatura. Pelo nosso entendimento, em todos os partidos, em todas as correntes, há contribuições fundamentais e insubstituíveis para o exame das causas, dos impasses e dos obstáculos ao pleno desenvolvimento. A experiência não deve ser examinada apenas à luz dos largos momentos da história em que o país conseguiu se desenvolver.

Devemos também examinar as razões do êxito de grandes países cujas condições são muito semelhantes às nossas: Índia, China, Rússia, entre outros, que não desfrutam ainda do pleno desenvolvimento, mas têm conseguido encontrar caminhos e conquistam o desenvolvimento a passos muito mais rápidos do que temos alcançado por aqui.

A Câmara dos Deputados cumpre o seu dever de ser não apenas a voz, os olhos e os ouvidos da população brasileira. A Câmara dos Deputados deve ser também um centro de debates, deve trazer para o seu interior, como representação de todo o povo e de toda a sociedade brasileira, a discussão em torno desse desafio.

Aldo Rebelo é deputado federal pelo PCdoB-SP e presidente da Câmara dos Deputados.

O Brasil pode crescer

LUCIANO COUTINHO

O Brasil pode crescer a 5% ou a 6% ao ano e devolver à sociedade brasileira a esperança de mobilidade social

A economia brasileira está preparada para um novo ciclo de crescimento a partir da realização de reformas importantes e de uma decisão que precisa ser tomada, com certa velocidade, com relação à taxa de câmbio.

A taxa de câmbio brasileira tende a persistir em uma trajetória de apreciação ainda durante muito tempo. A apreciação prolongada da taxa de câmbio pode frustrar as condições para o desenvolvimento de todas as potencialidades e oportunidades que uma economia, como a brasileira, pode almejar. Por isso é urgente que o BC reverta a apreciação excessiva através de operações mais incisivas de aquisição de reservas (e de *swaps* reversos) e, ainda, através da redução mais rápida da taxa de juros.

Nos últimos três anos a economia brasileira pas-

sou por um extraordinário processo de fortalecimento da sua posição externa. Depois de décadas de dificuldades de financiamento externo, ou de penúria cambial ou de pressão sobre a taxa de câmbio provocada por déficits em conta corrente muito elevados, a posição externa da economia brasileira se robusteceu notavelmente. Neste momento, estamos quase consolidando uma situação de relativa robustez nas nossas contas externas, o que nos permitiria pensar em um ritmo de crescimento muito mais alto.

A maior parte das economias em desenvolvimento, especialmente de 2003 em diante, conseguiu reduzir sua vulnerabilidade externa aumentando suas reservas – como ilustram os casos da China, Coreia, Índia e Rússia. O aumento foi realmente extraordinário no caso da China, cujo colchão de reservas se aproxima de US\$ 1 trilhão.

Esse processo de robustecimento externo, de um lado, decorreu de uma conjuntura muito favorável do comércio mundial. A grande maioria dos países em desenvolvimento foi beneficiada por preços favoráveis dos seus produtos de exportação. Apenas no caso da China os termos de troca pioraram. Contudo, ela conseguiu aumentar bastante sua capacidade manufatureira e sua presença nos mercados globais através da exportação de manufaturas e, com isso, logrou realizar um superávit comercial de grande escala – o que reforçou sua posição externa.

De outro, ao pressionar via importação os preços das matérias-primas e das *commodities*, a China ajudou, junto com o desenvolvimento do comércio internacional, a melhorar a posição externa das economias em desenvolvimento. Todas elas melhoraram.

Chamo a atenção dos senhores, nesta amostra de grandes economias, que todas elas melhoram, mas o Brasil ainda persiste como o último da fila, o mais fraco entre todos os balanços de pagamento. As nossas reservas são hoje muito mais sólidas, não são emprestadas, são próprias, mas elas ainda não se comparam com o volume de reservas de outras economias. O nosso Banco Central tem preferido reduzir a dívida externa pública ao invés de acumular reservas, pois isso é mais vantajoso do ponto de vista financeiro. Assim, a posição devedora líquida do setor público brasileiro caminha rapidamente para zero.

A relação entre dívida externa e exportação, que chegou perto de 4, reduziu-se para 1,4 e provavelmente chegará em 1,1 em curto prazo; mas ainda é mais alta quando comparada com as outras economias. Ou seja, melhoramos muito em termos de robustez externa. O serviço da dívida sobre exportação caiu de quase 90% para 30%, mas essa razão ainda é mais alta quando comparada com várias outras economias em desenvolvimento.

Em resumo, as economias em desenvolvimento talvez possam ser divididas em três categorias do ponto de vista da sua capacidade de gerenciar sua ta-

xa de câmbio.

Há as economias com uma posição ultra-robusta de contas externas, que podem se dar ao luxo de administrar ou de fixar a taxa de câmbio em um nível subvalorizado. Elas dispõem de um elevado raio de manobra que tal colchão de reservas lhes propicia e dá capacidade de colocar o câmbio em posição ultrafavorável.

Em um segundo estágio encontram-se algumas economias – como a Rússia e a própria Índia – com reservas externas suficientes para administrar a taxa de câmbio e evitar a apreciação cambial. Finalmente, há economias, como o Brasil, que apesar de terem melhorado muito nos últimos anos, ainda não têm capacidade de executar plenamente o que os economistas chamam de *dirty float*, ou seja, de sair de um regime de flutuação cambial para um regime de administração da taxa de câmbio, isto é, flutuação com a taxa administrada.

Por razões concorrentes e resultantes da história brasileira recente, a nossa taxa de juros anormalmente alta impõe um custo fiscal muito significativo à nossa capacidade de administrar a taxa de câmbio. Ou seja, nossas operações de administração da taxa de câmbio, por meio de intervenções para aquisição de reservas, são financeiramente onerosas e dificultam sobremodo a capacidade de administrar a taxa de câmbio dentro de um regime de flutuação. Isso, juntamente com a persistência de uma taxa real de juros extremamente elevada, fez com que, nos últimos anos, apesar dessa melhora, a política econômica permitisse uma apreciação extraordinária da moeda brasileira. O real é a moeda mais apreciada nos últimos 3 anos. E a perspectiva de continuidade da apreciação da taxa de câmbio pode produzir estragos econômicos e sociais de grande monta para o desenvolvimento do país. Portanto, coloca-se como um problema a ser enfrentado com urgência.

Então, qual seria o caminho para recuperar a capacidade de crescimento da economia? No meu entender, o sucesso de uma política de aceleração do crescimento deve ter como principal parâmetro a ca-

O sucesso de uma política de aceleração do crescimento deve ter como principal parâmetro a capacidade de baixar a taxa real de juros

Contas Públicas Consolidadas
(12 meses, a preços correntes como % do PIB)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Superávit primário	-0,01	-3,19	-3,46	-3,64	-3,89	-4,25	-4,59	-4,84
Encargos juros	7,47	8,97	7,08	7,21	8,47	9,33	7,26	8,13
Resultado nominal	7,46	5,78	3,61	3,57	4,58	5,08	2,67	3,29

Fonte: Banco Central e Secretaria do Tesouro.

pacidade de baixar a taxa real de juros. A taxa real de juros do Brasil está na origem de todos os nossos problemas, inclusive deste momento de excessiva apreciação da taxa de câmbio.

A tabela acima mostra como a taxa real de juros brasileira impõe onerosos encargos de juros sobre o PIB. Os encargos da dívida pública sobre o PIB consomem de 7% a 8% dele. Isso ocorreu na última década. No ano passado, foram 8,13%, algo extraordinariamente elevado e significa sobrecarga tremenda sobre as finanças públicas, sem falar que representa um mecanismo de transferência de renda de imensa magnitude.

Vemos que o resultado nominal líquido do setor público, déficit líquido, que vinha diminuindo – em 2004, chegou a 2,67% – infelizmente, no ano passado, aumentou. Percebemos claramente na tabela que ele subiu novamente e isso porque os juros reais voltaram a subir no ano passado e sobre-oneraram as finanças públicas, dificultando a obtenção de condições mínimas de fortalecimento fiscal do Estado brasileiro, apesar do superávit fiscal elevado que tivemos.

Não há dúvida de que a taxa de juros brasileira é extraordinariamente alta. Historicamente, poucos países conseguiram manter algo assim. No período de sobrevalorização, quando o Plano Real foi implantado, em que o câmbio era de 1 para 1, a taxa real de juros ficou, em média, acima de 20% em termos reais. Depois, ela veio caindo para 11% em termos reais e voltou a subir em 2003 e 2005. Em 2002, o juro real foi mais baixo, mas isto se deveu muito mais a uma aceleração inesperada da inflação do que ao desejo da autoridade monetária. Mas a média desse resultado é uma taxa real de juros entre 11% e 12%, nos últimos 10 anos. É algo absolutamente insuportável para as finanças públicas de qualquer economia. Esse é o

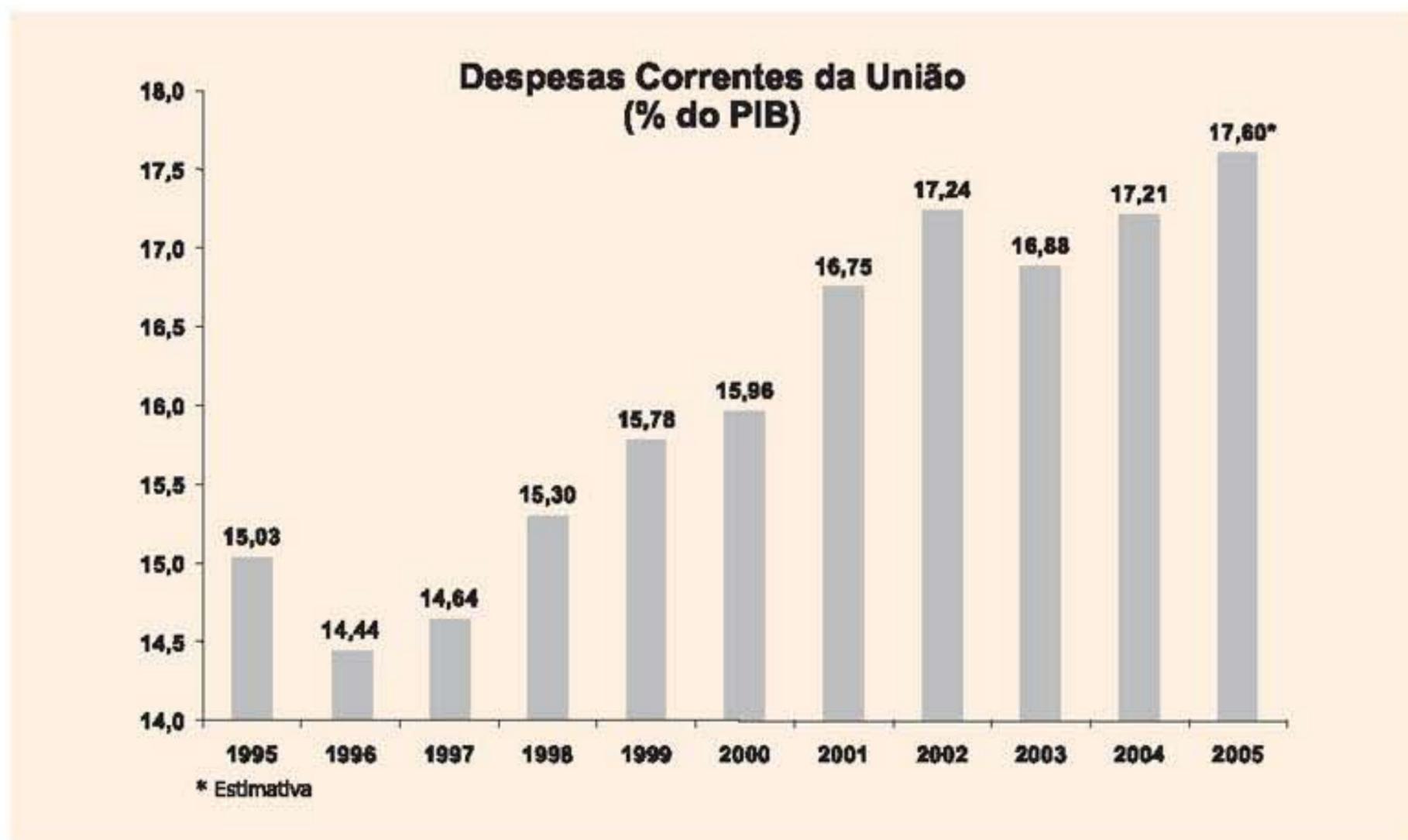
principal problema. É preciso enfrentar, daqui para frente, a questão da taxa de juros.

Essa taxa de juros é um problema porque a dívida doméstica brasileira, dívida consolidada do setor público, infelizmente, é muito ruim, tem um perfil muito curto e quase metade dela é indexada à própria taxa Selic.

A dívida pública consolidada foi um problema grave nos anos 1980 e veio caindo. O Plano Collor, por meio de impostos extraordinários derrubou a dívida pública de 45% para 30% do PIB. Ela flutuou perto desse percentual em meados dos noventa. E os juros altíssimos produzidos pelo Plano Real, a partir de 1995, fizeram escalar novamente a dívida pública. Ela subiu novamente para quase 60% do PIB, caiu em 2003, 2004 e, em 2005, estacionou em 51,5% do PIB em face dos juros muito altos. Este é um problema grave para o país. Uma dívida ainda muito ruim, uma dívida ainda indexada à própria taxa de juros. Felizmente, a parte da dívida que estava indexada à taxa de câmbio foi removida, mas há um grande problema pela frente.

O conjunto de investidores brasileiros ficou viciado na obtenção de juros muito altos, sem risco, dentro do circuito de giro da dívida pública. É preciso fazer transitar este processo e mudar o perfil da dívida pública para uma dívida administrável e mais barata. É preciso reduzir o seu custo, a taxa de juros.

Isso seria relativamente fácil nas condições atuais. Porém, é preciso reconhecer a existência de outro problema que se coloca como bastante grave e conconcorrente à questão da dificuldade de baixar o juro. É o fato de as despesas correntes do setor público virem crescendo de forma muito firme e elástica ao crescimento do produto.



O gráfico acima mostra o crescimento das despesas correntes da União como porcentagem do produto. As despesas correntes da União caíram em 2003, mercê de um grande esforço de contenção, feito de maneira linear sem muito critério, mas, depois, voltaram a crescer e estão perto de 18% do produto.

Quais componentes das despesas correntes estão crescendo? As despesas correntes que têm crescido de maneira mais elástica são os benefícios previdenciários. Nem tanto as aposentadorias e pensões, mas o conjunto de benefícios previdenciários no qual se destaca o auxílio-saúde, que tem crescido a taxas muito altas. Em certos momentos o auxílio-saúde cresceu à taxa de 30, 40% em um ano.

É preciso observar as razões pelas quais esses dispêndios crescem com essa velocidade incompatível com a sustentação de finanças públicas saudáveis. É preciso focar isso porque este processo de expansão das despesas públicas obriga o governo a correr atrás de receitas, a manter a escalada tributária. Porque o governo é forçado a realizar um superávit fiscal primário elevado vai atrás de receitas tributárias para realizar o superávit e mais grave, para isso, infelizmente, sacrifica o investimento público.

Como porcentagem do PIB o investimento público se encontra deprimido entre 0,5% e 0,6%. Foi maior no passado. O investimento público era de 3% a 4% nos anos 1970, algo em torno de 1,5% nos anos 1980 e hoje está muito comprimido. E a redução do investimento público é um problema grave para a sustentação do crescimento da economia brasileira, particularmente no que concerne à energia e à logística.

Em resumo, parece-me absolutamente fundamental o enfrentamento destes desafios, em profundidade – especialmente a partir da conscientização de integrantes do Congresso Nacional, dos governadores, da Presidência da República – no ano que vem. A discussão pela sociedade brasileira, das opções para conter o crescimento das despesas correntes deve ser clara e objetiva. Para mim, o Brasil precisa – indispensavelmente – de um debate amplo a respeito de como melhorar a eficiência de todas as políticas públicas.

A sociedade e o Congresso precisam ajudar o Executivo a examinar a eficácia e efetividade de todas as políticas de gasto público. As políticas de gasto público são desenhadas – deveriam ser – para chegar à população mais pobre e mais necessitada do Brasil, na forma de benefícios efetivos.

Os recursos públicos são arrecadados de contribuição de impostos, em grande e larga medida, da parcela trabalhadora, a mais pobre da sociedade, porque a carga tributária brasileira é fortemente regressiva.

Então, parece-me fundamental discutir a fundo como melhorar a eficiência das políticas públicas, como fazer os benefícios chegarem àqueles a que têm de chegar o mais eficazmente possível e gastando o mínimo possível. Quer dizer, obtendo das políticas públicas o resultado máximo.

O Brasil precisa melhorar substancialmente a eficiência da gestão pública. É essencial melhorar a qualidade da gestão do sistema previdenciário e a qualidade da gestão dos benefícios previdenciários. E não adianta só fazer recadastramentos periódicos, porque o sistema previdenciário brasileiro é altamente vulnerável a fraudes. Os beneficiados são recadastrados, mas depois a fraude volta a fabricá-los. É preciso investir em informatização profunda do sistema, para dar-lhe eficiência. Não podemos tolerar a fraude, o desvio e o desperdício, porque o dinheiro da Previdência é sagrado e advém da contribuição de 36 milhões de trabalhadores brasileiros.

Portanto, esse é o grande desafio que se apresenta como tarefa de imprimir eficiência ao Estado. Para que, na minha visão? Para restaurar a saúde fiscal e financeira do Estado! Para poder reduzir a taxa de juros de maneira muito mais rápida e profunda. É possível fazer isso? Sim! No momento em que a sociedade, os investidores, a classe empresarial estiverem convencidos de que as contas públicas brasileiras estão colocadas numa trajetória saudável. É possível, sim, diminuir a taxa de juros muito mais velozmente. Por quê? Porque se nós não cometermos a tolice de permitir que a sobrevalorização da taxa de câmbio destrua a acumulação de reservas – hoje permite que o Banco Central possa controlar a taxa de câmbio – a redução dos juros não provocará nenhuma depreciação da taxa de câmbio que ameace a inflação.

Por que a inflação subiu várias vezes no passado? Não foi por deficiência de oferta, no meu entendimento, mas porque toda vez que a taxa de juros parecia cair, num contexto de desorganização macroeconômica, a taxa de câmbio se depreciou fortemente, provocando inflação.

Se nós tivermos reservas robustas e capacidade de

administrar a taxa de câmbio em um regime de flutuação e, ainda, se empreendermos reformas fiscais restauradoras da saúde das finanças do Estado será possível reduzir substancialmente o patamar real da taxa de juros. Não estamos falando em fazer um juro negativo, mas em ter um juro civilizado, em escapar dessa armadilha de juro muito alto. Concordo inteiramente, porém, com a percepção de que sem o aumento firme do investimento público e privado que assegure a criação de oferta suficiente de bens e serviços, capaz de suprir o crescimento da demanda, as tensões inflacionárias podem voltar a incomodar. Por isso a queda da taxa de juros precisa ocorrer sob um clima de confiança que induza a aceleração do investimento produtivo.

Então, no meu entender, o Brasil pode, sim, almejar uma trajetória de crescimento acelerado. Não de 2,5% a 3,5%, mas 5% a 6% ao ano, com taxas de juros reais abaixo de 6%, desde que reformas regenerem a saúde fiscal e robusteçam a capacidade financeira do setor público; desde que a sobre-apreciação da taxa de câmbio seja combatida imediatamente e desde que preparemos o setor público para um novo ciclo de investimentos. Tenho certeza de que o setor privado acompanhará esse ciclo. Para mim, a economia brasileira está plenamente preparada para esse processo de retomada do crescimento.

Reitero a necessidade de atuação do Banco Central imediata para conter a apreciação excessiva da taxa de câmbio. A legislação cambial brasileira pode ser modificada, para facilitar, e o Banco Central não deveria persistir assistindo passivamente à apreciação da taxa de câmbio, sem utilizar seu manancial de instrumentos, inclusive administrativos.

Deixada às tendências atuais, a taxa de câmbio tende a se aproximar de R\$ 2 por dólar. A agricultura brasileira, altamente competitiva e vários setores da indústria, altamente competitivos, e grandes empresas, já estão pensando inclusive em transferir operações para a Argentina, imediatamente, em face da taxa de câmbio brasileira.

O Banco Central precisa parar de ser aquele Banco Central que anuncia tudo o que vai fazer e que pretende ser transparente. O mercado não anuncia para o BACEN o que vai fazer. O Banco Central precisa agir, usando todos os seus instrumentos, até que a taxa de juros possa cair de maneira mais incisiva.

Outra grande tarefa é expandir os investimentos

em infra-estrutura. Essa expansão é essencial e urgente no setor de energia. Urge deslançar os novos projetos de energia. Não podemos correr o risco de escassez de energia em 2010, 2011 ou 2012. Precisamos investir pesadamente na estrutura logística brasileira. O investimento público precisa se acelerar, para dar confiança e sustentação ao próprio investimento privado.

O Brasil necessita, também, de política industrial e de inovação tecnológica. Para muitos especialistas e professores, o ciclo favorável de preços de matérias-primas se estenderá por mais 20 anos. Segundo alguns deles, a inclusão da China no mercado de consumo evoluirá sempre num crescendo. Também a inclusão de parcelas crescentes da sociedade indiana no mercado de consumo criará demanda para produtos primários agropecuários e por outros produtos por um longo período. Portanto, para alguns economistas se há um ciclo longo favorável de preços de *commodities* e produtos primários, o Brasil deveria desistir da indústria e se especializar, se conformar com a condição de produtor primário.

Temos de fazer, antes, uma pergunta essencial. Isto seria desejável? Obviamente, tenho dúvidas quanto à suposta durabilidade desse longo ciclo de preços favoráveis para as *commodities*. Talvez seja duradouro. Mas, independentemente de ele ser duradouro ou não, temos de responder antes à seguinte pergunta: o que queremos como estratégia de desenvolvimento para o país?

O Brasil deveria ter uma estratégia industrial e de inovação condizente com o seu perfil de capacitação competitiva. Se o ciclo de *commodities* se estender tanto melhor. Acumularemos nossa competitividade em *commodities* com a nova competitividade que poderemos construir na indústria de manufatura e na inovação em serviços.

O país não pode sacrificar, como sociedade urbana e moderna, as possibilidades de desenvolvimento como exportador de serviços. A economia brasileira pode ser uma grande exportadora de serviços de engenharia, de serviços de consultoria, de serviços de entretenimento, de turismo e de muitos outros serviços. O Brasil pode ser uma economia pujante em termos de exportação em várias áreas de manufatura.

Há muitas áreas na indústria em que o Brasil tem capacitação competitiva. A plataforma automobilísti-

ca aqui instalada é a 5ª do mundo e pode ser expandida. Podemos usar as grandes empresas estrangeiras para alavancar, partindo daqui, não só o mercado na América do Sul, mas também todo o mercado de várias outras economias em desenvolvimento.

Portanto, é preciso uma estratégia consistente de desenvolvimento que requeira, desde já, que a apreciação cambial prolongada não seja tolerada, porque, se ela persistir fará fenecer todas as possibilidades e oportunidades.

A economia brasileira precisa ampliar em 3,5 a 4 pontos de percentagem do PIB a razão do investimento agregado sobre o produto. Precisamos agregar pelo menos 4% adicionais de investimento sobre o PIB (e.g. US\$ 25 bilhões/ano). Se conseguirmos fazer isso, ainda que gradativamente, se o investimento crescer inicialmente a 5%, depois a 7%, depois a 10%, ao longo dos próximos anos será possível acelerar a taxa de crescimento do país para 5% ao ano em termos sustentáveis sem provocar pressões inflacionárias. Isso porque a capacidade de oferta crescerá mais rapidamente do que o PIB. Será possível, por meio da sustentação de reservas robustas, impedir que a taxa de câmbio se deprecie excessivamente ou se aprecie excessivamente. Ou seja, precisamos deixar a taxa de câmbio flutuar, mas dentro de uma faixa relativamente confortável em longo prazo para dar capacidade de competição em termos de preços à economia brasileira.

E necessitamos, como um dever de casa mínimo, restaurar a robustez fiscal do Estado brasileiro, para que este possa iniciar o processo de redução da taxa de juros, de aumento do investimento público e de reestruturação de sua dívida doméstica em condições muito mais favoráveis do que as de hoje.

Esses pontos me fazem acreditar que o Brasil pode crescer, sim, a 5% ou a 6% ao ano, sustentadamente, e devolver à sociedade brasileira a esperança de mobilidade social, a esperança de emprego, a esperança de que está construindo um grande país e uma sociedade justa.

Luciano Coutinho é professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP. Adaptação de apresentação feita no Seminário "Caminhos do Crescimento", promovido pela Câmara dos Deputados em Brasília no dia 15 de março de 2006.

Não confundir gasto público com déficit público

FERNANDO CARDIM

Desde Keynes, o gasto público é um instrumento dinâmico importante à política econômica

Há atualmente um consenso – quase uma unanimidade – na comunidade de economistas em relação ao fato de a política fiscal no Brasil há alguns anos ter se caracterizado pelo sacrifício dos gastos em investimento por parte do governo, em particular dos investimentos em infra-estrutura, já que são a principal

destinação do investimento público. Este sacrifício de investimentos não é uma marca apenas do atual governo; ao contrário, tem sido praticado por vários governos. As conseqüências, naturalmente, não poderiam ter sido as mais graves para a possibilidade de o Brasil retomar, em algum momento, o fôlego de crescimento perdido há mais de 30 anos, quando nossa trajetória de crescimento foi interrompida e entra-

mos, então, no ciclo infernal de *stop and go*, ou seja, de sucessão de fases de crescimento medíocre, por um curto período, seguido de uma desaceleração do crescimento. Raras vezes é dramática desaceleração, mas em compensação também raras vezes é eufórico o crescimento.

De fato, o *stop and go* tem dois lados: se não crescemos muito nos tempos melhores também não nos ocorrem catástrofes quando caímos. Enfim, é um resultado mais de mediocridade, de estagnação, do que propriamente de crise. Se comparamos nossa experiência com a da Argentina, veremos que o ciclo em nossos vizinhos é muito mais dramático. Lá, a euforia se segue ao desastre, e novamente a euforia etc. Em nosso caso, não nos machucamos demais, mas também nunca nos levantamos completamente e caímos antes que tenhamos aprendido a nos manter de pé.

Um dos elementos centrais desse ciclo medíocre em que nos debatemos – e isso também parece ser consensual – é o que acontece com o investimento público.

Muito antes do Plano Real, o Estado brasileiro já vinha num processo falimentar. Desde a aceleração inflacionária no final dos anos 1970 o Estado vem perdendo a capacidade de investimento, seja pela corrosão real de receitas característica da alta inflação, seja pela dificuldade, ou quase impossibilidade, de cálculo econômico naquelas condições.

No debate atual, contudo, o consenso de certa forma se encerra no diagnóstico que aponta no colapso do investimento público um dos limitantes mais importantes do crescimento econômico brasileiro. Na discussão de remédios, o consenso cede lugar a uma oposição bastante forte entre dois grupos que, às vezes, em sua manifestação pública, parecem ter perfis mais claramente definidos do que quando confrontados em detalhes. Há um grupo para o qual a principal razão para a queda do investimento público é o crescimento das despesas correntes. Aponta este grupo em particular para o crescimento das despesas com

inativos – o crescimento dos gastos com o INSS – responsabilizando-o pela incapacidade do setor público em realizar investimentos. Em oposição a este, o outro grupo também atribui a redução de investimentos ao crescimento de outros gastos, mas substituindo o vilão da história, ou seja, propondo que o espaço do investimento estaria sendo tomado basicamente pelo

pagamento de juros sobre a dívida pública, das despesas financeiras do Tesouro, a taxas mantidas extraordinária e desnecessariamente elevadas pelo Banco Central.

Por coincidência, no presente a equivalência dos dois argumentos é até numérica, porque a ordem de grandeza dos dois candidatos a vilão, despesas com previdência e transferências financeiras, é semelhante. No gasto público, o gasto com inativos está um pouco acima de 8% e as despesas financeiras também estão por volta de 8%. Apesar de ser basicamente uma coincidência, esta equivalência acaba servindo para ressaltar a oposição entre os dois argumentos.

De alguns anos para cá, em particular depois da crise cambial de janeiro de 1999 e do acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional, o problema se tornou, digamos, mais explícito, na medida em que foram colocadas demandas de ajuste fiscal, de redução de gastos do governo para que, então, fosse viabilizada a geração de superávits primários que pudessem, em tese, deter a expansão da dívida pública. Em tese, porque, na verdade, esses superávits primários têm sido, de qualquer forma, inferiores às despesas de juros, fazendo com que a dívida afinal continuasse crescendo.

Mas, enfim, passou-se a ter um foco para o debate: a geração do superávit primário como instrumento para dar sustentabilidade à dívida, tentando estabilizá-la num patamar suportável pela economia brasileira. É aí a questão se abriu, ou seja: se é preciso gerar um superávit nos gastos públicos, que cortes abrirão espaço a esse superávit? O que pode ser reduzido para que se possa, então, da receita normal do

*No debate atual
o consenso de certa forma
se encerra no
diagnóstico que aponta no
colapso do investimento
público um dos limitantes
mais importantes do
crescimento econômico
brasileiro*

Estado, a receita de impostos, destinar esse excedente para o serviço e liquidação de dívidas e, portanto, para a sua estabilização?

Esta seria, independentemente de qualquer outra motivação, uma oportunidade excelente para se discutir estratégia, para se discutir o longo prazo, para se discutir prioridades, escolhas, uma vez que tais preocupações frequentemente são soterradas pelas demandas e tarefas de todos os dias.

A discussão das propostas de Orçamento dentro do próprio Congresso tende a ser fragmentada, compartimentalizada. Discute-se despesa por despesa, e em torno de cada um há vários interesses envolvidos e nem sempre se tem ou se mantém a visão do processo, do todo, a preocupação com o: "afinal de contas, para que isso tudo, aonde se quer chegar?".

Infelizmente, essa discussão estratégica acabou suplantada por todo tipo de razão e esse processo de "ajuste fiscal" – por razões que talvez fiquem mais claras daqui a pouco, coloco a expressão entre aspas – acabou envolvendo algumas dificuldades reais, que reaparecem o tempo todo e prejudicam a definição de uma estratégia talvez mais racional de viabilização da retomada de investimentos públicos.

No meu entender, há três grandes problemas aqui gerados pelo modo como a questão tem sido tratada. O primeiro reside na própria dívida pública, que tem volume inadequado, é muito grande. Para países similares ao Brasil, ela tem perfil ainda muito inadequado sendo muito concentrada no curto prazo; mesmo alguns papéis de prazo mais longo envolvem indexadores que, para todos os efeitos, fazem com que essa dívida seja curta porque é como se ela fosse renegociada a cada mudança nesses indexadores.

Essa concentração, esse perfil inadequado que coloca um peso muito grande na dívida de curto prazo, dá ao Banco Central uma influência sobre esse processo, que ele não tem em outros lugares, nem mesmo nos Estados Unidos.

E aqui, em uma linha, apenas para deixar claro do que se trata: num país em condições normais – supondo que fosse os Estados Unidos apesar de todos os desequilíbrios que também exibem – existe uma divisão do trabalho no que se refere a títulos públicos.

O Tesouro americano, por exemplo, emite as chamadas Letras do Tesouro, títulos de curtíssimo prazo,

que são usadas com reservas pelo sistema bancário. É isto que o Federal Reserve compra e vende para fazer a sua política monetária.

As variações da taxa de juros de curto prazo têm pouco impacto sobre as despesas do Tesouro. Os custos da dívida pública americana são muito pouco influenciados diretamente por esse elemento, o que dá grande liberdade para o Federal Reserve fazer sua política monetária sem se preocupar com seu impacto fiscal. Se o Fed precisar subir a taxa de juros – como tem feito nos últimos meses –, ele sobe; se julgar que deva descer, porque o desemprego está subindo etc, ele desce.

O impacto que isto tem sobre o financiamento da dívida pública americana é muito pequeno, porque a taxa de juros que controla incide sobre um estoque de papéis que está ali na pontinha do que se chama de curva de rendimentos (curva, por sua vez, que mostra a taxa de juros que é paga por cada maturidade de dívida, se ela é de seis meses, um ano, dois anos etc).

O grosso do financiamento do Tesouro americano se faz com papéis de cinco anos ou mais. O que o Tesouro americano emite – o *Federal Reserve* não emite títulos – de curtíssimo prazo, as chamadas letras, não serve para financiamento das atividades públicas, mas simplesmente para o Banco Central americano poder comprar e vender e, com isso, regular liquidez.

Há uma separação clara – que nós não temos – entre o que é política monetária e o que é política de administração da dívida pública, embora haja comunicação entre os dois segmentos do mercado, o de curto prazo e o de médio e longo prazo. Por quê? Porque a dívida pública é administrada pelo Tesouro, quando decide que maturidades são mais longas e quais notas e bônus do Tesouro serão colocados no mercado. E a política monetária é decidida pelo Federal Reserve, ao operar apenas no segmento das letras. O Fed faz sua política monetária, e o Tesouro sua política de administração da dívida pública.

No Brasil não temos essa curva de rendimentos. Aqui, o prazo mais longo em que o mercado consegue pensar é um ano. A partir daí, fica tudo nebuloso, não há, praticamente, grandes volumes de negócios, ou seja, realmente, não tem influência importante sobre a economia.

A dívida pública, inclusive aquela que financia o Tesouro, na verdade, está, cerca de metade dela, indexada à Selic. Então, quando o Banco Central faz sua política antiinflacionária, está fazendo também política de dívida pública. Muito provavelmente várias pessoas aqui viram, na semana passada, o Secretário do Tesouro, Joaquim Levy, com certa sutileza, vocalizar essa queixa, claramente, nos jornais, argumentando algo como: "O Banco Central opera numa lógica que não é a nossa. O Tesouro está tentando reduzir a dívida indexada à Selic e o Banco Central, pelos seus procedimentos, aumenta essa dívida através do que se chama de swap reverso".

Há aqui um conflito, porque o Tesouro tem uma função e o Banco Central outra. Mas ambos convergem para a mesma coisa. Há um problema real aqui. Enfim, a política monetária enganchou-se em algo que não lhe cabe, tem uma consequência que não é, digamos, da sua estratégia e não cabe ao Banco Central pensar se o Tesouro está se financiando de forma adequada ou não. No entanto, é assim que o mercado brasileiro opera.

O efeito acaba sendo termos uma política fiscal dominada pela política monetária. Por quê? Porque toda vez que o Banco Central julgar necessário aumentar a taxa de juros, o agente econômico imediatamente impactado é o próprio governo. É o Tesouro Nacional que paga essa Selic em cerca de 50% de sua dívida. Então, a política monetária restritiva do Banco Central é fiscal-expansiva, da forma mais estranha possível, porque não é, obviamente, intenção do governo expandir seus gastos. É um subproduto quase inevitável pela forma em que o mercado de dívida pública acabou organizado no país.

Esse é um primeiro problema, extremamente difícil: como desvincular política monetária de administração de dívida pública. Ou melhor: como diferenciar a dívida pública brasileira em maturidades diferentes, de tal forma que o Banco Central lide com a sua parte? E, quando isso acontecer, ainda discutiremos taxas de juros? Continuaremos discutindo, não há a menor dúvida. Porém, esses impactos fiscais perversos de hoje em dia – existem há muitos anos – que atuam, na verdade, ao contrário das estratégias escolhidas pelo próprio governo, pelo menos desapareceriam e a política econômica poderia ser decidida de forma mais racional.

O segundo problema, naturalmente, é importante até pelo modo como essas decisões são tomadas. Existe a tendência de açodamento, especialmente quando isso é feito sob pressão, como foi o caso em 1999 quando estávamos numa crise cambial e o Fundo Monetário exigia uma série de condições para aprovar um financiamento. Então, não há, propriamente, um grande debate. Ocorre que é preciso assinar o que for possível, o mais rapidamente possível.

Os "ajustes" – por isso costumo colocar aqui entre aspas – acabam obedecendo muito mais ao que é expediente do que ao que é necessário. Se se ajusta pelo mais fácil, o mais fácil de se ajustar é sempre o investimento.

Essa não é uma característica brasileira, mas genérica. Politicamente, investimentos públicos são órfãos. Por quê? Porque eles servem ao país como um todo e, na hora H da negociação, o país somos todos nós. Mas isso equivale a dizer que o país não é ninguém, em particular. Por isso mesmo, quando se aloca alguma coisa, é sempre muito mais fácil cortar o capital ainda não criado. Atitude, obviamente, sempre acompanhada do discurso de que "um dia o investimento cortado hoje será retomado, quem sabe?". O investimento é sempre adiado, mas não propriamente cancelado, criando a ilusão de que a perda será revertida um dia. Mas acaba acontecendo que, simplesmente, o grupo – a população como um todo – favorecido ou desfavorecido por essas medidas – é muito difuso, sem expressão política.

Nos anos 1990, um dos grandes economistas americanos da segunda metade do século passado, o Prêmio Nobel James Tobin, criticando a política de redução de déficits dos Estados Unidos, apontava que o erro da política fiscal americana, nessa década, teria sido promover ajuste fiscal através de cortes de investimentos.

Para ele,

"Seria tolo e fútil reduzir déficits governamentais pelo corte de investimentos públicos. Investimentos, calçamentos e saneamentos não merecem menor prioridade do que a construção de hotéis, cassinos e shoppings centers. Na verdade, a pesquisa econômica recente mostra que a negligência com o investimento público tem uma grande responsabilidade pela desaceleração no crescimento da produtividade neste País".

O país a que ele se refere é os Estados Unidos.

Obviamente, o estrangulamento do investimento público no Brasil tem responsabilidade semelhante. Basta vermos a situação, sempre citada, das estradas etc – o que aumenta em custo de transportes, em perdas e assim por diante –, para termos idéia do que isso significa em termos de produtividade.

As questões aqui, naturalmente, são duas, do ponto de vista da política fiscal. A primeira é a de saber até onde a existência de um déficit público que redunde, obviamente, num crescimento da dívida, é problema. A segunda, talvez até mais importante, é: se for um problema, o que se deve fazer para encará-lo?

Na literatura macroeconômica sobre desequilíbrios fiscais, a esta altura já muito extensa e conflitiva – nunca há unanimidade; existem correntes de pensamento – há, pelo menos, no meu entendimento, um razoável grau de consenso em torno de duas condições. Ou seja, déficit público é, certamente, um problema em duas circunstâncias.

Primeira: a economia estaria em pleno emprego ou operando na sua capacidade, ou para usar a expressão que, hoje em dia, cria tanta confusão, estaria no seu produto potencial. E aqui a razão é óbvia: déficit público aumenta a demanda. Se o produto social já é o máximo possível, então não há nada a ser feito. Ou melhor, o governo só pode aumentar sua demanda à custa de alguém. Para que o governo possa comprar, alguém tem de deixar de comprar. Pode ser um investidor privado, um consumidor. O fato é que o déficit público aqui não contribui para a expansão do produto se a economia não puder expandir seu produto. Isso é mais ou menos óbvio. Na prática, é muito menos óbvio do que parece, porque há uma imensa dificuldade em se descobrir qual é esse produto potencial.

Manifestarei, rapidamente, uma discordância tópica em relação ao que foi levantado na sessão anterior, no sentido de que as expansões de demandas nos últimos anos tenham dado origem a pressões inflacionárias e, por isso, o Banco Central teria aumentando a taxa de juros. A maior parte dos episódios aqui de pressão inflacionária dos últimos quatro ou

cinco anos é pressão de custos: alta de dólar que move contratos indexados, preços administrados e assim por diante.

Em 2004, há alguma dúvida sobre se aqueles 4,9% realmente colocaram ou não o Brasil na plena realização de capacidade. Há um debate se ali a pressão inflacionária se deveu a isto. Mas, nos outros casos,

inclusive dos últimos anos, pelo meu entendimento, verificamos que, ao contrário, a excitação inflacionária veio pelo lado da oferta e não pelo lado da demanda. E, se esse é o caso, a política monetária, como forma de controle, não é eficaz. A política monetária reduz demanda. Se a demanda já não é o problema e se os preços sobem por elementos como cartelização ou choque de custos os preços continuarão subindo de qualquer forma, mesmo que a demanda se estrangule. E nós temos o pior dos mundos. Temos um mundo com in-

flação e desaceleração.

A grande questão é saber quando estaremos nesse ponto de pleno emprego e alcance dos limites efetivos ao crescimento – este é um ponto inevitavelmente cercado de incertezas. Apenas advirto contra algo que se tornou muito comum nos últimos anos: na academia – infelizmente, também em governos – tenta-se resolver essas incertezas através de modelos econométricos.

Modelos são muito úteis para se estudar economia. Mas o grau de incerteza que cerca a construção de qualquer modelo é sempre muito grande. Em debates acadêmicos isso não é tão importante porque neles quer se conhecer tendências, sinais de variação etc. Sabe-se que grau de erro se espera etc. Governos devem ser muito mais pragmáticos do que isso. Citei a frase lembrada pelo Joaquim Elói: “A prova do pudim é a colherada”. Talvez o que tomou Alan Greenspan um mito dos anos 1990 tenha sido exatamente – e é um grande risco o novo presidente Ben Bernanke não ser assim agora, porque pelo seu discurso ele parece mais academicista do que político; talvez aprenda com a prática – a sua proverbial recusa de operar por modelos. Os modelos usados dentro do próprio Federal Reserve apontavam para uma ta-

O governo não é como uma família. Na verdade, nada tem a ver uma coisa com a outra. Quando um governo gasta, primeiro ele está, automaticamente, impulsionando algumas fontes da sua própria renda

xa de desemprego adequada aos Estados Unidos: a chamada, em economia, Taxa Natural de Desemprego, de 6,5%.

É famoso o procedimento de Greenspan, de pegar o telefone, conversar com empresários e concluir que 6,5% não eram bons, seria possível reduzir o desemprego além desse número. Continuou baixando a taxa de juros, e o desemprego americano chegou a 3,5% – um número absurdamente baixo. Mas só quando o desemprego já havia caído mais de 2% abaixo do limite intransponível a economia americana começou a dar sinais de que estava sendo pressionada demais.

É isso o que um *policy maker* competente faz. Um governo não calcula uma curva qualquer e diz: “Não, então vou mexer na taxa de juros, ou nisso, ou naquilo, porque pelo meu modelo 3,5% de crescimento é o limite”. O governo deve tentar ir além, com cautela, mas também com ousadia; se não der, volta atrás. Os governos devem fazer isso. Mas se julgarem que – por terem um modelo, operarem com um bom computador, dispor de umas equações muito elegantes etc – é daí que se determina a política econômica, teremos uma distorção absurda, um teatro do absurdo como o que temos visto, em que o Banco Central se auto-congratula, como no último relatório sobre inflação. Como se reduzir o crescimento econômico de 2005 a 2,3% merecesse agradecimentos da sociedade.

De toda discussão precedente sobre o *Federal Reserve*, para mim, talvez a mais sugestiva seria aprendermos com Alan Greenspan. Talvez não seja o caso de imitar a instituição. Lembremo-nos de que a economia de verdade é muito mais complicada, não é aquilo que desenhamos em quadro negro. A lição é simples, contudo: o papel do governo é mesmo o de testar os limites e ter, obviamente, o bom senso de voltar atrás quando for o caso.

A segunda condição em que o déficit tem problema é naturalmente quando há dificuldade de financiamento, ou seja, quando há perspectiva de moratória, quando se acha que o governo está emitindo papéis, mas não tem intenção de honrar esses contratos. Isto é um problema que entra pela ciência política. Não darei mais palpites do que a minha condição de economista me permite, mas é certamente um problema sério.

Apenas acentuarei uma confusão freqüente, mas importante: confundir gasto público com déficit público. Isto é muito comum até na imprensa, onde são freqüentes comentários que apontam algo como “a política keynesiana de déficit público...”. Isto é completamente falso. Desde o próprio Keynes, o instrumento de política econômica é gasto público. Ou seja, o gasto público é que pode ser um elemento dinâmico importante. Déficit público é um resultado adverso.

Keynes gostava de lembrar as limitações do que um ex-aluno meu e atualmente colega costuma chamar de “macroeconomia do lar”. Vemos isso muito quando as pessoas dizem: “O Governo é como uma família. O pai não pode gastar o que ele não ganha, se não alguém vai lá e toma a casa”. O governo não é como uma família. Na verdade, nada tem a ver uma coisa com a outra. Quando um governo gasta, primeiro ele está, automaticamente, impulsionando algumas fontes da *sua própria renda*. Quando eu gasto, do dinheiro que gastei nada volta para mim. No caso do governo, volta. Primeiro, se a renda aumenta, em resultado dos gastos do governo, em função do chamado multiplicador, a renda aumenta; quando a renda aumenta, a receita de impostos aumenta; uma série de gastos, por exemplo, seguro desemprego etc, reduz-se. Assim, parte do gasto do governo, ao contrário do que acontece com o pai de família, volta ao próprio governo. E o resto? E o que não volta? O que não volta – a parte da renda da economia que cresceu – é demanda por ativos. Se a pessoa não quer gastar, como vai guardar aquele dinheiro? Um dos veículos é a própria dívida pública.

Na verdade, a macroeconomia do lar apela muito para as pessoas por esse lado intuitivo, mas freqüentemente o que é intuitivo é simplesmente tolice. O gasto público não é semelhante ao do pai de família, que pensa se os filhos querem mais mesada ou não. Além de infantilizante, essa metáfora é simplesmente um equívoco, leva a decisões tolas, com custos pesados para o país.

Isto significa então que o Estado pode gastar qualquer coisa? Não, é óbvio. Há o problema da demanda por esses títulos públicos, e pode ser que não haja demanda. Então o governo terá um problema financeiro nas mãos. E, ainda, se a economia estiver em sua plena capacidade ela não reagirá, a renda não

crescerá, todo o esforço se esfumará em inflação e terá sido uma oportunidade perdida.

Devo acentuar que essa discussão vem de décadas e, provavelmente, vai prosseguir por outras tantas. Quero apenas chamar a atenção para a oportunidade deste debate, bastante importante, a fim de que se possa, por um lado, abordar o problema de forma racional; ou seja, superar essas imagens, os chamados *sound bites*, que soam interessantes quando emitidos, mas não significam nada. Substituir, portanto, esse tipo de análise superficial por um processo de reflexão efetiva sobre os impactos do gasto do governo, as condições em que ele possa e deva ser feito e assim por diante.

Por outro, também para discutir o papel do Orçamento. Aqui, estamos muito atrás. O grau de reflexão, tanto acadêmico quanto político – político no sentido amplo, não apenas no Congresso, mas na própria sociedade brasileira –, sobre o papel do Orçamento, sua natureza etc é muito fragmentado, reduzido a quem serve gastos específicos, ou seja, está limitado ao “levo isso, levo aquilo”.

Há necessidade de uma discussão estratégica, até para poder encarar questões, por exemplo, apresentadas no debate já mencionado: a importância da priorização de objetivos; a importância do acompanhamento e da avaliação dos gastos públicos. Não se trata apenas de quantidade, mas de saber se o que estamos gastando está resultando em bens públicos como deveria. Basta andar pela rua e ver: os hospitais não são bons, as escolas também não. Venho do Rio de Janeiro, nem preciso falar de segurança pública. É bom para a saúde, porque corremos muito mais, e com isso fazemos exercícios, mas, obviamente, não é seguro. Os serviços públicos em geral, independentemente de o gasto ter sido alto ou baixo, não são adequados. Por quê? Não se trata apenas de valor, mas de avaliação, de suprir os serviços necessários de forma mais racional.

O importante é realmente ter uma visão macroeconômica do Orçamento. Não acompanho de perto, mas apenas pela imprensa, os debates que ocorrem tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo sobre o Orçamento. E tenho a impressão de serem muito tópicos: emenda isso, corta aquilo, porque tem a Lei Kandir, tem de devolver aquilo ali se não ninguém assina nada etc. Mas há poucos debates sobre a eco-

nomia.

Qual o papel, inclusive macroeconômico, dessa peça de legislação? Já que estamos no Congresso Nacional, deixo uma sugestão – talvez possamos explorá-la um pouco mais. Há algumas economias em que esse debate foi instrumentalizado legalmente. Citarei dois exemplos: Estados Unidos e Inglaterra, por intermédio da chamada, em ambos os países, Lei do Emprego. Nos Estados Unidos, ela passou em 1946; na Inglaterra, mais ou menos no mesmo período.

A Lei do Emprego aqui simplesmente reconheceria a responsabilidade do governo pela estabilidade macroeconômica – e quero acentuar: estabilidade macroeconômica diz respeito a preços estáveis, mas também a emprego estável; dois objetivos que nem sempre se conciliam com facilidade. O governo tem responsabilidade pela estabilidade do emprego e do nível de atividades. Por isso a lei recebeu o nome de Lei do Emprego, não de Lei da Estabilidade – para acentuar essa responsabilidade. Nesse projeto de lei, então, definiu-se a responsabilidade do governo, criou-se o Conselho de Assesores Econômicos, cuja função executiva é nenhuma, exceto mostrar ao presidente quando a lei está sendo violada e aconselhar sobre o que ele deveria fazer a respeito.

Concordo que não devemos ficar aqui idealizando muito sobre o que se faz em outros países – como se acima do Equador tudo fosse perfeito –, mas esse elemento contribuiu bastante para que na discussão de problemas, como, por exemplo, política fiscal, se pudesse dar papel explícito à preocupação macroeconômica.

Ao lado de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um progresso – ela poderia ser muito melhor, mas de qualquer forma é melhor do que nada –, talvez uma Lei do Emprego pudesse ser uma iniciativa que nos impedisse de deixar as coisas deteriorarem.

Fernando Cardim é professor de economia da UFRJ. Adaptação de apresentação feita no Seminário “Caminhos do Crescimento”, promovido pela Câmara dos Deputados em Brasília no dia 15 de março de 2006.

*Prebisch y Furtado: soberania e integração**

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

“El año 2000 nos encontrará
unidos o dominados.”

(Juan Domingo Perón)

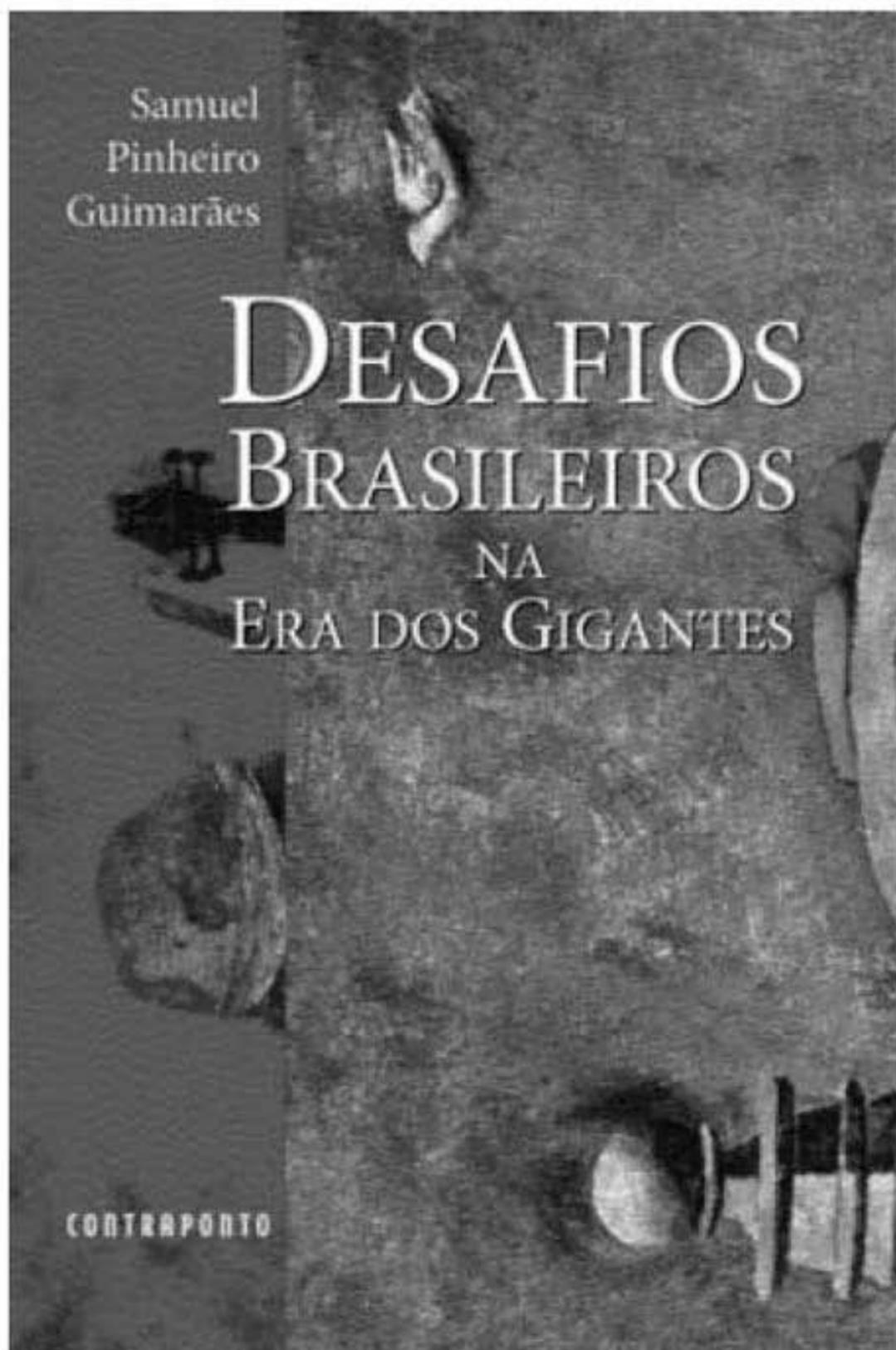
Importância vital da integração

A árdua recuperação argentina e sua nova política econômica; a política econômica semi-ortodoxa no Brasil; a sensação de desequilíbrio de benefícios de que se ressentem Uruguai e Paraguai; e, finalmente, os esforços americanos de negociação da Alca e, mais recentemente, de acordos bilaterais de livre comércio fizeram reacender o debate sobre os méritos e desvantagens da integração regional no nível do Mercosul e no nível da América do Sul.

* Capítulo do livro *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*.

Um primeiro argumento desse debate afirma que a economia argentina e a brasileira não estariam ainda integradas e que a integração regional agravaria a *desintegração* interna e as disparidades entre as regiões de cada país. A tarefa prioritária seria integrar os sistemas econômicos nacionais antes de tentar integrá-los aos de seus vizinhos e antes, com maior razão, de tentar uma inserção radical na economia mundial.

Os economistas multilateralistas liberais argüem que a abertura para bens e capitais estrangei-



Capa do novo livro de Samuel Pinheiro Guimarães.

ros seria indispensável para relançar o desenvolvimento. Consideram que uma política de integração regional seria menos eficiente que uma política de integração em nível mundial, pois o mercado mundial seria muito mais amplo, dinâmico e vantajoso do que o regional. Uma variante desse argumento é que a integração com os Estados Unidos por meio de acordos bilaterais de livre comércio ou de uma eventual Alca seria mais vantajosa do que a participação no Mercosul.

O argumento do multilateralismo é reforçado pelo conceito de *global trader*. Argentina e Brasil, pela di-

versificação geográfica de seu comércio, não deveriam integrar suas economias, pois isto levaria a um desvio de comércio em favor de produtores ineficientes em termos mundiais, aumentando os custos de importação e de produção. Adicionalmente, se argúi no Brasil que a integração regional favorece mais os produtores argentinos que os brasileiros, já que aqueles teriam acesso preferencial ao mercado brasileiro, várias vezes maior que o argentino.

Um último argumento econômico do lado argentino é que a maior eficiência industrial brasileira e a maior eficiência agropecuária argentina podem levar a uma especialização agrícola por parte da Argentina, frustrando seu desenvolvimento industrial e sendo prejudicial a longo prazo, pelas características dos mercados agrícolas. Do lado brasileiro, o argumento diz que a maior eficiência agropecuária argentina teria um impacto destruidor sobre a agricultura brasileira, em especial no Sul do país, prejuízo que não seria compensado pelas vantagens obtidas com as maiores exportações de manufaturados brasileiros.

Do ângulo político, no Brasil se argúi com a mercurialidade da política exterior argentina, lembram-se incidentes comerciais, em especial no comércio do trigo, e a sobrevivência de rivalidades políticas históricas e recentes. Do lado argentino, se argúi com a verdadeira *identidade européia* do país, seu relativo maior avanço cultural e a hegemonia que tende a ocorrer em favor do Brasil, graças a assimetrias de toda ordem.

A argumentação favorável à integração econômica e à cooperação política entre a Argentina e o Brasil parte de uma visão realista da dinâmica política e econômica mundial e traz implícita a idéia de que a integração regional não pode ser exclusivamente comercial e passiva, mas deve ser parte de uma *vigorosa estratégia comum de desenvolvimento*, em especial na área industrial e de serviços.

A eficiência econômica e a tecnologia moderna exigem, em muitas linhas de produção industrial, es-

calas mínimas para as quais tanto o mercado brasileiro quanto o argentino, isolados, são insuficientes e, portanto, levam ao superdimensionamento de unidades, com a conseqüente ineficiência, ou à simples inexistência de produção local daqueles bens.

O mercado mundial é maior do que qualquer mercado nacional ou regional; todavia, o mercado mundial é sempre mais instável, pois suas várias partes (os Estados nacionais) estão sujeitas a soberanias distintas e a mudanças súbitas de política que afetam as exportações, o que torna mais arriscados investimentos de grande porte que sejam destinados à exportação para o mercado mundial.

Um mercado regional, por sua vez, onde vigem as mesmas normas permite às empresas uma base de operação *doméstica* mais ampla e, assim, a instalação de unidades com escala de produção mais elevada, para operar em condições permanentes e estáveis. É necessário, todavia, que não haja entre as empresas participantes desse mercado uma assimetria excessiva, em termos de capacidade financeira, gerencial e tecnológica.

Os mercados em expansão sustentada a longo prazo não são os mercados agrícolas (apesar da expansão da demanda chinesa), mas sim os mercados de bens industriais e de serviços conexos. A participação eficaz nesses mercados mundiais é função da dimensão das empresas, a qual depende, por sua vez, da escala do seu mercado *original*, o que torna vantajosa a integração regional de mercados e a constituição de empresas com capitais dos países que participam da zona de integração.

Os mercados mais lucrativos são aqueles criados pelas inovações tecnológicas que geram *novos* produtos e que são monopolizados, ainda que temporariamente, pelas empresas detentoras das patentes a que correspondem tais produtos. A geração de *novos* bens depende de investimentos em ciência e tecnologia, desde a formação de pessoal até o desenvolvimento industrial e gerencial da inovação. As atividades de pesquisa são caracterizadas por custos, economias de escala e riscos elevados e retorno demorado. Assim, a integração regional pode permitir a coordenação de esforços na área científica e tecnológica em países com escassez de recursos públicos e *inapetência* relativa das empresas nacionais para o investimento em pesquisa, o qual é es-

sencial para o desenvolvimento futuro dessas empresas e das economias nacional e regional.

As vantagens da integração para as economias brasileira e argentina decorrem não somente da possibilidade de alcançar maior eficiência, e assim aumentar sua capacidade de competir no mercado mundial a partir de uma base regional maior, como de questões específicas que se referem à agricultura, aos níveis de nutrição, ao *aprendizado* industrial – e, conseqüentemente, ao aumento de produtividade, ao desenvolvimento e à proteção adequada dos serviços – e, finalmente, à possibilidade de reduzir disparidades regionais.

As características de solo, clima, demografia e nível de nutrição fazem com que a economia brasileira tenda a ser – ainda que não o seja nas condições atuais em virtude dos níveis extremos de pobreza e desnutrição – uma importadora líquida de alimentos, enquanto que as características do mercado internacional de alimentos, em especial não processados, em termos de crescimento de demanda, substituição, novos concorrentes, instabilidade de preços, fazem com que o Brasil possa representar, para a agricultura argentina, um mercado amplo, crescente, seguro e preferencial.

De outro lado, os mercados reais, específicos, de bens e serviços têm tal natureza que tanto a Argentina como o Brasil correm muito menor risco de *desindustrialização* pela abertura intraregional – inclusive pela menor diferença de eficiência entre seus respectivos setores – do que em decorrência da abertura em relação aos países altamente desenvolvidos. Portanto, o risco de especialização desfavorável para a Argentina, se existe, decorreria de abertura excessiva para países desenvolvidos e não da integração regional. Tanto para o Brasil como para a Argentina, o principal, mais favorável e promissor destino para suas exportações de manufaturas têm sido seus mercados recíprocos e os demais mercados do Mercosul e da América do Sul, onde gozam de preferências e, portanto, podem melhor competir com importações procedentes de outras regiões. Assim, a integração comercial regional, desde que acompanhada de *política industrial regional*, contribui para o alcance de níveis superiores e mais amplos de industrialização, o que permite a sociedades populosas como Brasil e Argentina aumentar a produtividade social agregando

maior valor à produção, ampliar o emprego, aumentar a coesão social e atingir níveis mais elevados de cidadania e de desenvolvimento cultural.

O processo de integração econômica afeta de forma diferenciada o capital, o trabalho e as regiões dos países que dele participam. Esse processo somente pode sobreviver se dispuser de *mecanismos compensatórios* para reduzir os desequilíbrios e as tensões que gera em distintos setores da economia e para promover o desenvolvimento mais acelerado das regiões afetadas de forma desfavorável, de modo a reduzir os desníveis regionais e suas repercussões na esfera política.

Há duas questões na esfera da *organização* da economia mundial que fazem com que a integração econômica e a cooperação política venham a ser estrategicamente decisivas para o futuro da economia e da sociedade dos dois países, desde que o limitado esquema atual de integração venha a se tornar parte de um *projeto conjunto* de desenvolvimento econômico, político e social.

A negociação de normas internacionais para disciplinar os mercados de bens, de serviços e de capitais pode resultar em quadros jurídicos mais ou – o que é mais provável – menos favoráveis para os países subdesenvolvidos, inclusive para o Brasil e para a Argentina. Assim, a atuação coordenada dos dois países em foros de negociação dessas normas, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), onde têm de enfrentar a influência e o poder de compelir das grandes potências econômicas, tem sido e será sempre altamente proveitosa. Por outro lado, Argentina e Brasil, países importadores de capital e com dívidas externas importantes (estoques e fluxos), podem sofrer dificuldades relativas aos fluxos negativos de certos itens do balanço de transações correntes e têm interesse na negociação de novas regras para o sistema financeiro internacional mais favoráveis aos países devedores. Nessas circunstâncias, a atuação coordenada de Argentina e Brasil como devedores diante de credores, que sempre negociam de forma conjunta e articulada, e em organismos financeiros pode contribuir para que os dois países possam obter melhores normas e mais realistas condições de financiamento externo.

A integração econômica entre Brasil e Argentina no âmbito do Mercosul pode ser o caminho prepara-

tório de cooperação política mais ampla e duradoura, mas esta também pode contribuir decisivamente para o sucesso ou insucesso da integração econômica.

O sistema político e econômico internacional vem se caracterizando por processos de rápida e acentuada concentração de poder político, econômico e militar nos países desenvolvidos, que se articulam em estruturas hegemônicas de poder, e de uso da força por esses países, com ou sem a autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em flagrante violação do Direito Internacional, cada vez mais *aceita e justificada* pela mídia e pela opinião pública.

Nesse sistema, onde surge, de um lado, um grande novo Estado que é a União Européia e, de outro, ocorre a reemergência do Japão e a rápida expansão chinesa (e a perspectiva, ainda que distante, de eventual cooperação sino-japonesa), Brasil e Argentina podem multiplicar o seu poder de influir caso atuem de forma conjunta no processo internacional, quer no que diz respeito a seus momentos pacíficos – de negociação e elaboração de normas – quer em situações em que ocorre o uso ou abuso de poder. Essa possibilidade de cooperação duradoura e ativa alteraria de forma significativa a correlação internacional e regional de forças e, por essa razão, outras potências tendem a desestimular e a dificultar sua concretização na prática apesar de elogios retóricos.

A atuação conjunta na esfera política e na esfera militar requer um esforço prévio prolongado de coordenação e compreensão para muito além da atividade diplomática rotineira. A coordenação política segue a integração econômica, mas, quanto mais cedo a primeira começar, melhor, para que se possam evitar os casos de iniciativas isoladas nas esferas política e militar, que criam apreensões e ressentimentos capazes de afetar o processo de aproximação entre os dois países, inclusive na área econômica e, portanto, no Mercosul.

As assimetrias entre o centro e a periferia do sistema internacional tendem a se agravar, assim como os esforços dos países do centro no sentido de articular e consolidar mecanismos de controle das reivindicações periféricas e dos distúrbios que tendem a ocorrer nessa área. No centro desses esforços estão a legitimação do uso da força por organizações

como a Otan e a ampliação da competência e da composição do Conselho de Segurança da ONU, assim como a ampliação do G-8, com a inclusão da China. O condomínio político do Conselho de Segurança, o condomínio nuclear do TNP e o condomínio econômico e cada vez mais político do G-8 passariam a ter quase que a mesma composição. A reforma do Conselho de Segurança da ONU e as próprias regras para emendar a Carta da ONU criam, todavia, uma oportunidade única de incluir a América Latina no Conselho e permitir à região influir sobre o sistema internacional e assim defender seus interesses em uma era futura que se prenuncia de grande turbulência e abuso de poder.

A questão militar é de suma importância para o processo de integração Brasil-Argentina e para o Mercosul, considerando o passado e os justos ressentimentos quanto ao autoritarismo militar (isto é, de ditaduras civis/militares, ainda que lideradas por esses últimos) e a possibilidade de competição e tensão regionais que decorreriam de hipotéticas *corridas armamentistas* no Cone Sul e da constante pressão externa de grandes potências pelo desarmamento unilateral da região.

A extensão do território da Argentina e do Brasil, a necessidade de defesa de suas longas fronteiras terrestres e marítimas, o futuro de turbulência e a necessidade de projeção de poder que decorreria do próprio êxito da integração econômica e da cooperação política tornam indispensável manter Forças Armadas adestradas, equipadas, com capacidade tecnológica, democráticas e estreitamente coordenadas, e um nível de despesas com defesa semelhante ao de países desenvolvidos que têm dimensões territoriais e demográficas e potencial inferiores aos do Brasil e da Argentina.

Soberania e integração

Processos de integração econômica como o Mercosul se encontram estreitamente vinculados às questões da soberania e do território e, portanto, têm aspectos políticos, sociais e culturais muito mais importantes do que aparentam. Os defensores desses processos procuram apresentá-los como fenômenos puramente econômicos e técnicos e, portanto, isentos de raízes e conseqüências políticas.

Todavia, os processos de integração têm implicações políticas e a não-atenção a elas pode vir a resultar em dificuldades na execução desses projetos, dificuldades essas que aparecem como inesperadas, surpreendentes e irracionais aos olhos daqueles apologistas.

A integração econômica é o processo pelo qual se eliminam os obstáculos à circulação de bens, capitais e pessoas entre territórios econômicos que se encontram sujeitos a soberanias distintas e, portanto, a legislações específicas, elaboradas e implementadas por Estados distintos, refletindo os interesses de classes ou setores hegemônicos diferentes, que podem ou não ter, mas em princípio têm, um passado mais ou menos remoto de rivalidade, antagonismo e luta. Esse passado de antagonismo é natural na medida em que, no processo de formação dos Estados nacionais, as sociedades feudais ou coloniais que os antecederam entraram em luta, por razões políticas, econômicas, religiosas e outras, para definir territórios e soberanias mutuamente excludentes.

Ora, os projetos de integração econômica, para ter viabilidade e possibilidade de êxito, devem ser empreendidos entre territórios geograficamente próximos, e muitas vezes contíguos, cujas fronteiras foram definidas, em geral, pela força. Esse processo levou naturalmente a esforços e a políticas posteriores de afirmação de identidade nacional (e, portanto, de acentuação das diferenças em relação às populações vizinhas e de criação de estereótipos antagônicos) e gerou rivalidades de ordem política e cultural. As dificuldades e os deslocamentos econômicos que a livre circulação de bens, de capitais e de pessoas necessariamente provoca tenderão a fazer ressuscitar esses antagonismos, sempre que se aguçar a *percepção de grave desequilíbrio de benefícios* entre os Estados e as sociedades participantes. Assim, o processo de integração não é somente fluido, tranquilo e gerador de cooperação e amizade, mas pode também desencadear tensões entre as classes hegemônicas dos Estados que dele participam em torno da nova divisão de exercício da soberania no novo território, ainda que apenas econômico, em formação.

Quanto mais recentes as rivalidades entre os Estados que participam do projeto de integração e quanto menor a percepção de que a formação do novo território é indispensável para fazer frente à influ-

ência e ao poder de outros Estados soberanos, mais intensos e mais ressentidos serão os deslocamentos de poder das classes hegemônicas em cada uma das partes, e maior será sua repercussão política, o que poderá pôr em risco o projeto de integração.

Esses deslocamentos e essas tensões internas são menos sentidos nas sociedades e nos Estados que foram vencedores (ou que se vêem como tal) no processo histórico de delimitação de soberanias e naqueles menos dependentes dos mercados intrazona de integração; mas essa menor dependência e essa menor tensão interna, pelo contrário, podem até afetar a sobrevivência do projeto de integração, por causa do menor interesse dos sócios maiores – e dele menos dependentes – em preservá-lo.

Esses deslocamentos de poder podem ser tão intensos que o projeto de integração não poderá se salvar por soluções de natureza jurídica que levem à criação de instituições supranacionais ou de mecanismos de solução de controvérsias, o que em verdade envolve novas tensões políticas. Da mesma forma, demonstrações de economistas sobre a eficiência gerada pela integração na alocação de fatores de produção no conjunto do novo território visando à sua melhor inserção na economia mundial, e outros argumentos desse tipo, são de pouca utilidade para resolver crises dos esquemas de integração.

Soberania e integração no Cone Sul

Ao se iniciar o processo de cooperação e integração econômica entre Brasil e Argentina, em 1985, havia nos governos Alfonsín e Sarney a compreensão de duas questões: a primeira, de que esse era um processo político; e a segunda, de que era uma iniciativa necessária à defesa dos interesses econômicos e políticos da Argentina e do Brasil, em um sistema internacional cada vez mais competitivo, agressivo e concentrador em todos os seus aspectos. Os princípios fundamentais desse processo foram definidos como gradualismo, equilíbrio, flexibilidade e participação social. Procurou-se, então, construir os programas específicos de tal forma que pudessem ser implementados e não viessem a se transformar em meras manifestações de intenção. O princípio do equilíbrio de benefícios foi considerado essencial para solidificar a cooperação e difundir uma percepção de solidarieda-

de e destino comum nas duas sociedades, dissolvendo preconceitos, estereótipos e rivalidades. Todavia, os desenvolvimentos domésticos e internacionais iriam afetar o curso desse projeto.

O estrangulamento exterior causado pelo peso do serviço das dívidas e pela escassez de capitais; o esforço ingente para a geração de mega-*superavits*; as dificuldades em controlar a inflação e o risco de hiperinflação; e a estagnação da produção levaram a conjunturas internas de instabilidade econômica e de risco de retrocesso político.

De outro lado, a revolução ideológica conservadora que se inicia com Thatcher e Reagan tornou hegemônica a visão neoliberal da economia em todo o mundo, com grande influência sobre a periferia, em especial sobre a Argentina e o Brasil.

Essa conjunção de fatores internos e externos fez com que nos Estados periféricos a restauração democrática fosse acompanhada, em especial a partir de 1989, pela vitória dos grupos na sociedade e no Estado favoráveis, tradicional ou recentemente, a uma política de abertura unilateral irrestrita e rápida da economia aos bens, serviços, tecnologias e capitais estrangeiros, de desregulamentação da atividade econômica e de redução das atividades do Estado como empresário, promotor e regulador do desenvolvimento.

A Nova Ordem Mundial que veio a ser implantada seria impulsionada ideologicamente pelo neoliberalismo e, na prática, pela expansão das megaempresas multinacionais em seu esforço para se instalar nas novas e lucrativas regiões abertas pela demolição do socialismo e nas áreas periféricas em que se instalara um capitalismo local, de empresas nacionais ou estatais protegidas pela legislação.

A ação das megaempresas multinacionais foi apoiada pelos seus respectivos Estados nacionais, por meio de pressões políticas acompanhadas de *condicionalidades* para a concessão de financiamentos e a renegociação de dívidas externas. As agências internacionais, controladas de fato ou de direito pelas grandes potências, em especial os Estados Unidos, lideraram o *esforço ideológico de difusão das políticas neoliberais e de cooptação de elites intelectuais e políticas periféricas* acompanhado de uma política ativa de promoção de abertura comercial e financeira radical, por meio das negociações comerciais multilaterais da Rodada Uru-

guai e das negociações bilaterais das dívidas externas, em que tiveram influência decisiva agências internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

Na esfera político-militar, a vitória neoliberal tornou hegemônica uma visão cooperativa do sistema internacional em que o fim do conflito Leste-Oeste deveria levar ao desarmamento, à redução das despesas militares, ao fim dos conflitos regionais, ao fim do neutralismo e do movimento não alinhado, cabendo aos Estados periféricos contribuir para a paz, engajando-se unilateralmente nos programas de não-proliferação de armas de destruição em massa e de desarmamento convencional e organizando regimes democráticos, ainda que apenas formais, para executar políticas neoliberais.

De sua parte, os *programas de integração na periferia deveriam se adaptar aos novos tempos* e renunciar a suas características de formação de blocos econômicos para o fortalecimento das economias e dos capitalismo nacionais, de construção de seu poder de negociação internacional, de esforço conjunto de desenvolvimento industrial e tecnológico, para se tomarem mecanismos auxiliares de abertura neoliberal de mercados, sem discriminação em relação às megaempresas multinacionais e ao capital financeiro internacional, contribuindo para o processo de globalização e liberalização total da economia mundial. Daí a origem da expressão *regionalismo aberto*, cunhada pela Cepal, para justificar o regionalismo em uma época de globalização e derrubada de barreiras, apresentando os esquemas de integração periféricos como meras etapas do processo de globalização.

Assim ocorreu em 1991 com a transformação em Mercosul do Programa de Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina. O PICE (1986) tinha como estratégia central a idéia de superar, cautelosamente, a rivalidade econômica e política entre Brasil e Argentina, através de um programa gradual e equilibrado de abertura comercial e de criação de mecanismos de desenvolvimento industrial e tecnológico entre os dois países maiores da América do Sul. Os aspectos desenvolvimentistas do PICE foram abandonados e foi ele transformado em um esquema simples de redução automática, até a eliminação completa de barreiras comerciais, criando uma zona de livre comércio que incluiria o Paraguai e o Uruguai e uma união aduaneira com

uma Tarifa Externa Comum, com nível médio de alíquotas inferior ao antes vigente, em especial no Brasil, maior mercado da região.

A crises e as críticas que atingem a estrutura e os mecanismos do Mercosul hoje são apenas um reflexo das crises econômicas, sociais e políticas vividas em países do Cone Sul que decorrem do lento crescimento da economia regional, da eventual retração do comércio intrazonal, da sempre latente perspectiva de crise cambial, dos esforços ingratos de gerar *superávits*, do desemprego, do deslocamento de setores industriais e da percepção de assimetria de resultados, em especial em relação ao Brasil.

O caráter do Mercosul (abertura de mercados sem política industrial ou de reorganização setorial) não previu que um processo de integração econômica – isto é, de criação de um território econômico único entre *quatro países tão distintos* – levaria necessariamente a desequilíbrios econômicos setoriais e regionais como decorrência do maior dinamismo de uma economia ou de outra em diferentes estágios de industrialização ou de ciclo econômico. Nem previu que esse processo de integração comercial teria de ser acompanhado por políticas compensatórias e pela harmonização efetiva de políticas fiscais e de câmbio (e outras), e que esta harmonização não poderia ocorrer rapidamente e muito menos no prazo previsto no Tratado de Assunção, em virtude do caráter histórico conflitivo de formação do Estado, das classes hegemônicas e das soberanias nos dois países e de dificuldades econômicas e sociais estruturais.

Ao Brasil e à Argentina, todavia, continua a interessar acima de tudo a constituição de um bloco econômico, político e militar que, fortalecendo sua estrutura econômica, permita a participação a médio prazo dos dois países no sistema internacional em grau de igualdade com Estados de semelhante potencial econômico, demográfico e territorial. Este objetivo somente poderá ser atingido *restaurando a idéia-força do desenvolvimento econômico com base no mercado interno (agora do Mercosul)*, isto é, no pleno emprego dos fatores nacionais e regionais de produção e na geração e absorção de tecnologias adequadas à constelação de fatores dos dois países e do Cone Sul, sem obviamente excluir o esforço indispensável de transformar as relações econômicas

com os parceiros tradicionais e abrir novos mercados externos.

Algumas estratégias

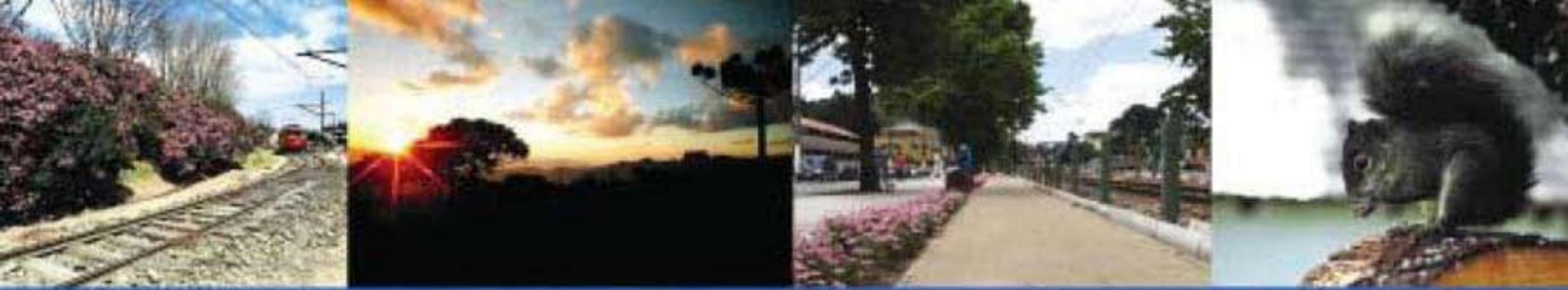
Algumas das estratégias que têm sido sugeridas para enfrentar os impasses do Mercosul e atender às expectativas dos Estados membros são de difícil execução em prazo adequado, algumas parecem inviáveis e outras podem até agravar a situação atual. A construção de *agências supranacionais* para o Mercosul esbarra em assimetrias territoriais, demográficas, econômicas e sociais entre os quatro Estados membros. A inclusão de outros Estados no Mercosul é importante, em especial a da Venezuela, mas não altera a relação global de forças dentro do bloco decorrente daquelas assimetrias. A construção de mecanismos objetivos e imparciais de *solução de controvérsias* não resolve a crise do Mercosul, pois o processo de construção de território único é muito mais político do que econômico e muito mais econômico do que institucional ou comercial. Apesar de a criação de agências supranacionais ou de mecanismos de solução de controvérsias ser, em teoria, um aperfeiçoamento institucional, na realidade e na prática do Mercosul há uma dificuldade que as extraordinárias assimetrias entre os quatro Estados trazem para a definição democrática e equilibrada de sua representação nessas eventuais agências e mecanismos, que elaborariam normas para vigorar em sociedades com extraordinárias diferenças demográficas, econômicas e sociais e que decidiriam os conflitos de execução. Assim, tratar a construção de um território único como um processo comercial e considerar a crise que surge da percepção dos desequilíbrios e deslocamentos como meras questões comerciais privadas ou de falta de instituições revela uma deficiência de visão quanto à natureza do processo de integração e suas consequências econômicas e políticas. A *coordenação de políticas macroeconômicas* por meio de consultas entre autoridades, de avisos prévios sobre medidas ou mudanças políticas (o que, em geral, não parece ser possível), da fixação de metas macroeconômicas comuns ou da criação de moeda única (que implica a organização de um Banco Central único) envolve medidas de muito longo prazo, especialmente difíceis quando até a coordenação interna, dentro de ca-

da país em desenvolvimento, dessas políticas encontra dificuldades permanentes e sofre os efeitos de choques externos imprevisíveis. O Mercosul provavelmente desapareceria se seu êxito dependesse de tal coordenação, e de toda forma, mesmo que se conseguisse um nível elevado de coordenação, o comércio tenderá ao desequilíbrio e a gerar tensões na ausência de políticas ativas compensatórias e de uma política industrial e de serviços comum.

Um *programa estratégico de curto prazo* que contribuiria para reduzir as tensões entre Argentina e Brasil e assim enfrentar os impasses atuais do Mercosul deveria:

- desenvolver, com urgência e por setores, uma política industrial e de serviços comum;
- definir e executar políticas conjuntas de expansão de exportações e de importações de outros países com vistas à geração de *superávits* comerciais permanentes, inclusive no complexo setor de serviços;
- criar um programa conjunto de identificação e de remoção de barreiras às exportações de bens e serviços do Mercosul para terceiros mercados;
- reconhecer a impossibilidade de incluir certos setores no programa de eliminação completa de barreiras comerciais e elaborar regimes especiais para seu comércio intrazona;
- criar um fundo de reestruturação industrial, com recursos provenientes da aplicação da Tarifa Externa Comum (TEC), para financiamento a setores específicos afetados pela expansão do comércio;
- criar um fundo de desenvolvimento tecnológico, com recursos da cobrança da TEC, para financiar as atividades de pesquisa de empresas de capital de países do Mercosul que já sejam exportadoras;
- ampliar os prazos de compensação do Convênio de Crédito Recíproco, tomando progressivamente dispensável o uso de moeda forte nas transações bilaterais, liberando divisas para as transações com outras áreas e construindo as condições para o estabelecimento futuro da moeda única.

Samuel Pinheiro Guimarães é Secretário Executivo do Ministério das Relações Exteriores. Este texto faz parte do livro Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes (em fase de lançamento pela editora Contraponto) e foi gentilmente cedido pelo autor à Princípios.



Campos do Jordão

Jardim do Brasil



Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento

SÉRGIO MACHADO REZENDE

O foco em objetivos nacionais de longo prazo permitiu ao governo Lula retomar os investimentos em programas estratégicos para o País

Na largada do século XXI, as bases para o desenvolvimento soberano e sustentável de um país não são apenas aquelas que prevaleciam até meados do século passado: riquezas naturais, extensão territorial, ou até mesmo a capacidade militar. Desenvolvidos são os países que detêm conhecimento técnico-científico e, portanto, a capacidade de decidir sobre o seu destino. Aos demais, resta o papel de fornecedores de matérias-primas e de mercados importadores de produtos de maior valor agregado, condenados ao subdesenvolvimento. É o rumo de um Mundo cada vez mais globalizado, onde, nos últimos 50 anos, os avanços e as

descobertas científicas superaram todo o saber acumulado até então pela Humanidade.

O Brasil tardou a despertar para esta realidade. Somente na década de 1960 começou a ser institucionalizado o ensino de pós-graduação para formar pesquisadores e recursos humanos mais qualificados, e foi criado o regime de tempo integral, permitindo que os professores pudessem fazer pesquisa nas universidades. O sistema de financiamento da pesquisa e de formação de pessoal avançou nos anos 1970, mas passou a enfrentar crises sucessivas a partir dos 1980. Ainda assim o país formou e consolidou a maior e mais qualificada comunidade científica da América Latina, hoje com mais de 50 mil pesquisadores.

Em 2005 as publicações de artigos indexados em

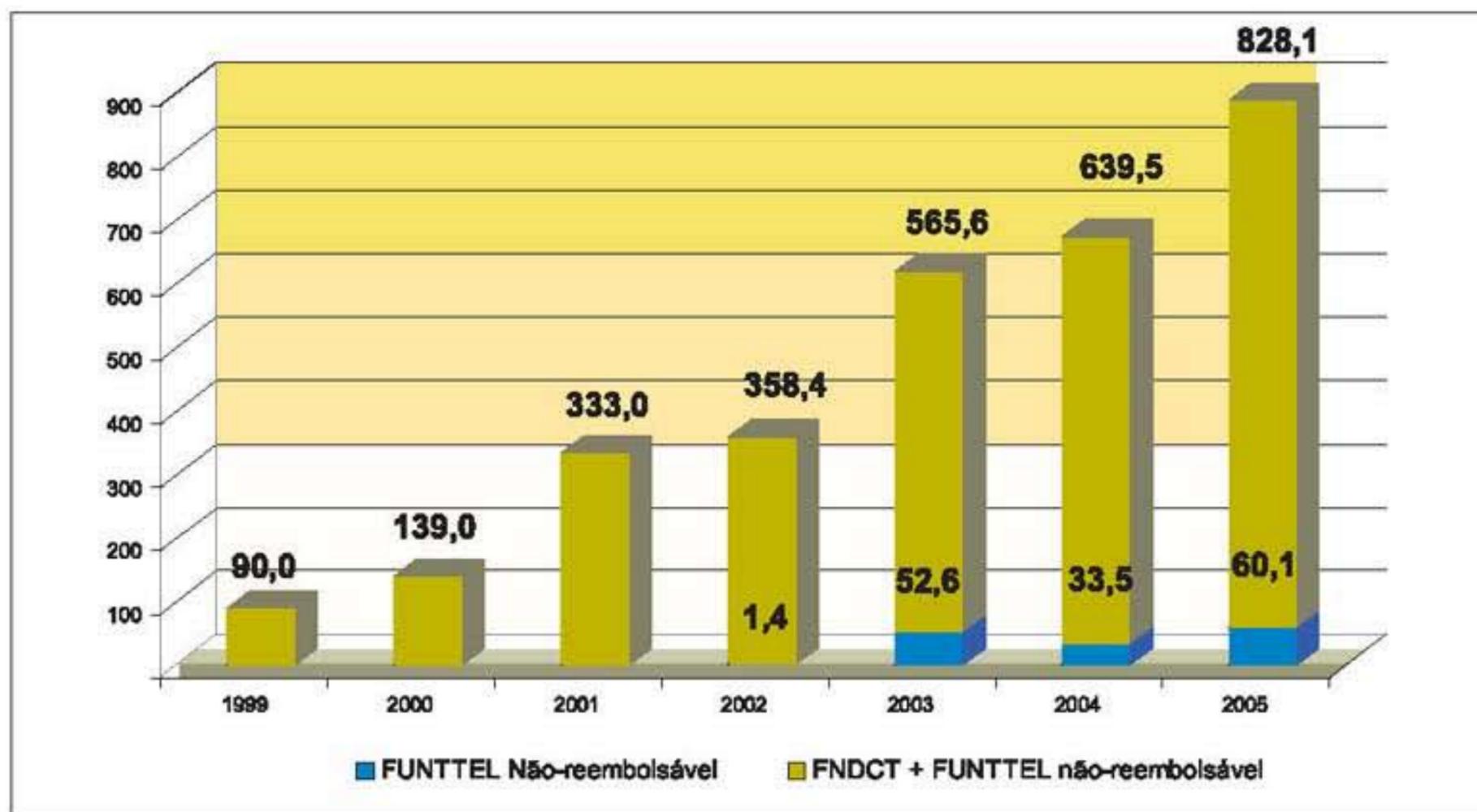


Figura 1: Execução Financeira pela FINEP do FNDCT/Fundos Setoriais em R\$ milhões correntes

revistas científicas internacionais provenientes de instituições brasileiras representaram 1,8% do total no mundo. Não é um número impressionante, mas ele é comparável com a participação do PIB nacional na riqueza total do mundo. O mais significativo é o crescimento recente da participação brasileira na produção científica mundial, pois em 1980 era apenas 0,4%. Hoje, os trabalhos com origem no país representam aproximadamente 45% de toda a produção latino-americana.

Em 2004, estima-se que os investimentos brasileiros, públicos e privados, em pesquisa e desenvolvimento, equivaleram a 1,2% do PIB. Contudo, deveríamos ter 500 mil pesquisadores, para atingir a mesma proporção dos países centrais em relação à população, e dobrar os investimentos em P&D para acompanhar o passo dos países centrais e mesmo de países emergentes como a Coreia do Sul.

No ano passado reunimos em Brasília para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação mais de dois mil pesquisadores, empresários, políticos e dirigentes. Definimos os caminhos para a pesquisa científica e tecnológica e a inovação no país, até o horizonte de 2015, norteadas pelo objetivo de

formular estratégias e propostas para promover o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Esse mesmo objetivo orienta as ações do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um momento de transição na política de ciência e tecnologia no país. Nele, é imperativo superar o velho tempo, em que programas e projetos de pesquisa guardavam distância das empresas privadas e avançar na articulação do novo tempo – a integração de cientistas, pesquisadores e empresários. Este esforço é essencial para a criação de produtos e processos inovadores, de modo que o Sistema Nacional de C,T&I contribua de maneira mais decisiva para aumentar a competitividade das empresas brasileiras e para promover o desenvolvimento econômico e social. Do velho tempo ficaram desequilíbrios, como o fato de as empresas privadas contarem hoje com menos de 10% dos pesquisadores brasileiros. O novo tempo, por seu lado, se constrói com iniciativas e decisões do governo federal, apoiadas pelo Congresso Nacional, em articulação com os governos estaduais e com o setor empresarial.

A primeira delas é a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Ela tem como

objetivo central fazer com que a cultura da inovação entre definitivamente na agenda das empresas. Prioriza setores onde o país perdera competitividade tecnológica, como microeletrônica, software, fármacos e bens de capital, mas também contempla outros: o agronegócio, a biomassa e setores portadores de futuro, a exemplo da biotecnologia e a da nanotecnologia. Dentre os marcos legais da nova política está a Lei de Inovação, que já possibilitou a criação de novos instrumentos para ampliar a cooperação de universidades e institutos tecnológicos com as empresas, e para incentivar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em empreendimentos privados. Também são destaque os incentivos fiscais, os créditos com juros baixos (até 6% ao ano), capital de risco e subvenção direta para as empresas. Este último possibilitará as empresas privadas contratarem mestres e doutores a um custo mais baixo do que graduados. Do conjunto ainda fazem parte a Lei de Biossegurança, a nova Lei de Informática e a Lei do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Da parte do governo Lula, não falta empenho para que o novo tempo sepulte no passado o velho tempo. Sintonizado com esta estratégia o Ministério da Ciência e Tecnologia elaborou em 2004 um plano de ações contendo quatro eixos básicos: Expansão e Consolidação do Sistema Nacional de C&T; Política Industrial e Tecnológica; Ciência e Tecnologia para Inclusão Social; Objetivos Estratégicos Nacionais, englobando os programas espacial e nuclear, a Amazônia, o Cerrado e o Nordeste.

As agências de fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq e FINEP, dispõem de modalidades e formatos de financiamento cada vez mais flexíveis e com maior abrangência, todos com recursos financeiros crescentes, para apoiar todo o Sistema Nacional de C,T&I e as empresas de base tecnológica. Isto está mostrado de forma eloquente nos gráficos das Figuras 1 e 2. Segundo a Figura 1, enquanto a execução financeira pela FINEP do FUNTEL e do FNDCT, que engloba os outros 15 Fundos Setoriais, foi de R\$ 358,4 milhões em 2002, no governo do presidente Lula o valor tem crescido continuamente alcançando R\$ 828,1 milhões em 2005. E a Figura 2 mostra o aumento do número de bolsas do CNPq nos últimos anos.

A consolidação do Sistema Nacional de C,T&I também avança com a estruturação da Rede E-Conehecimento, através da Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP), com a sua nova infra-estrutura de alta velocidade de transmissão de dados (NovaRNP). Ela está interligando mais de 300 instituições de pesquisa e ensino em todos os estados do país, beneficiando um milhão de usuários vinculados a atividades científicas e tecnológicas. A velocidade de transmissão da nova rede chegará a 10 gigabites por segundo, situando as instituições de pesquisa do Brasil no mesmo patamar de conectividade dos países mais desenvolvidos.

É preciso ressaltar, ainda, o papel da NovaRNP na estruturação e coordenação da Rede Clara, que interliga as redes de comunicação para a pesquisa de diversos países latino-americanos, contribuindo assim de forma decisiva para a integração científica e tecnológica continental.

O foco em objetivos nacionais de longo prazo permitiu ao governo Lula retomar os investimentos em programas estratégicos para o país. Após um prolongado período de escassez de recursos, os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), foram ampliados, chegando ao patamar de R\$ 225 milhões em 2005, com foco no desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e em desenvolvimento, montagem e lançamento dos satélites do Programa CBERS – este último em parceria com a China.

O PNAE deverá adquirir grande visibilidade em 2006 com o vôo, em parceria com a Agência Espacial da Rússia, do primeiro astronauta brasileiro que realizará experimentos científicos com microgravidade na Estação Espacial Internacional (ISS).

No âmbito do programa espacial, o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) desenvolveu e implantou a nova política de acesso livre a imagens e dados de satélites ambientais e de observação. Entre abril de 2004 e março de 2006, o INPE distribuiu gratuitamente cerca de 200 mil imagens, tornando-se a instituição que mais distribui imagens de satélites do mundo em benefício da pesquisa, do controle ambiental e do empreendimento econômico.

O mesmo processo de retomada se verifica no Programa Nacional de Atividades Nucleares (PNAN),

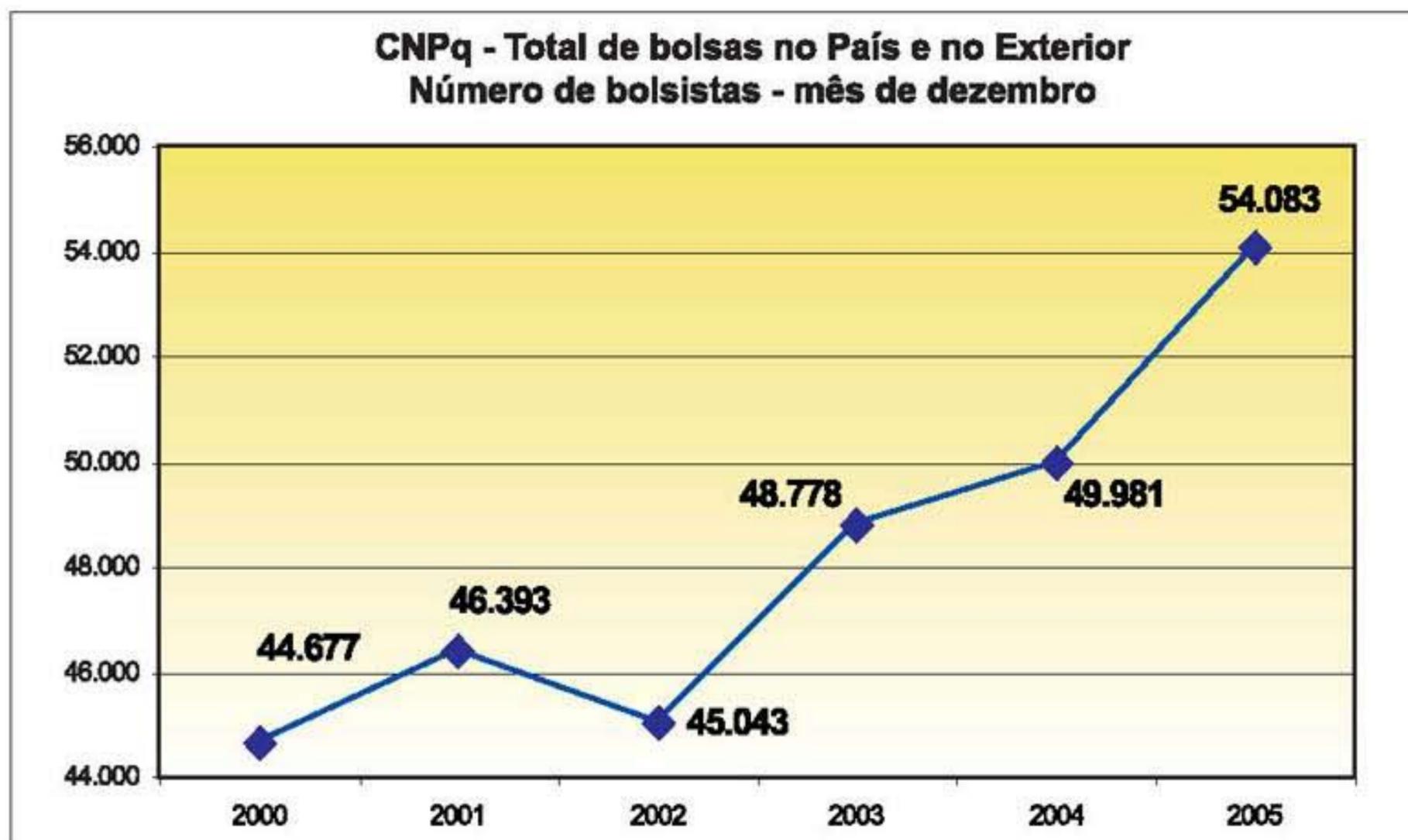


Figura 2: Evolução recente do número total de bolsas do CNPq em todas as categorias (mês de dezembro)

sob coordenação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). Seu orçamento foi ampliado de R\$ 71 milhões em 2003 para R\$ 126 milhões em 2005, tendo como principal projeto a viabilização da fábrica de enriquecimento de urânio em Resende (RJ), para fornecimento de material combustível às usinas nucleares de Angra dos Reis, depois da negociação da autorização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

A inclusão e o desenvolvimento sociais – dimensões ausentes no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia antes do atual governo – permitiram lançar iniciativas pioneiras de universalização do acesso ao conhecimento e de novas capacidades locais de geração de renda e elevação da qualidade de vida. São destaque os programas de extensão tecnológica, os Centros Vocacionais Tecnológicos e as ações de inclusão digital e de divulgação científica.

As ações de inclusão social também incluem iniciativas de divulgação da ciência e da tecnologia. Desde 2004, o MCT já apoiou 230 projetos nesta área, com investimentos de R\$ 25 milhões. Em 2004, foi realizada a 1ª Semana Nacional de Ciência e Tecnolo-

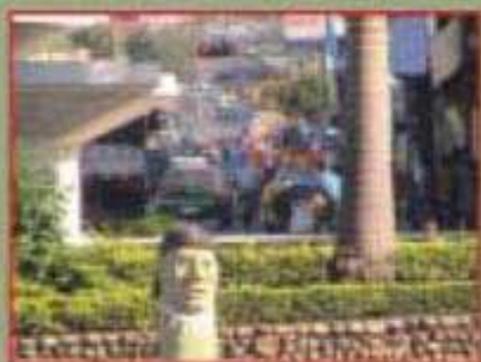
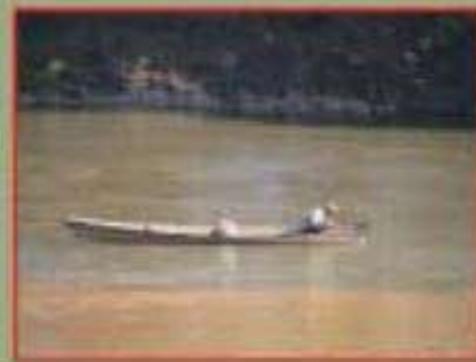
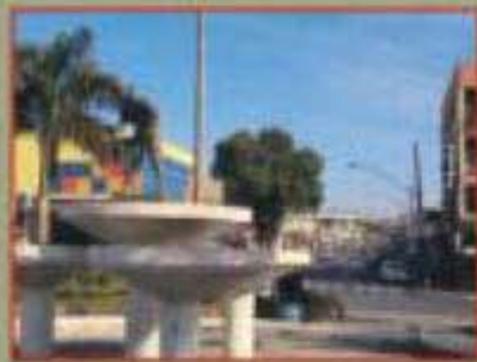
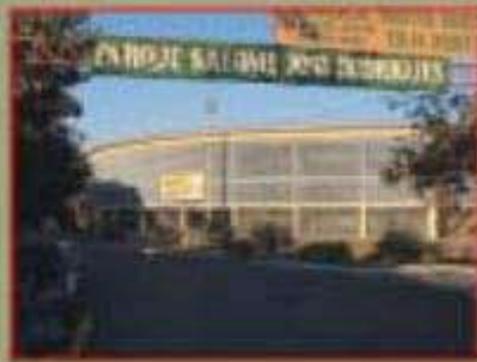
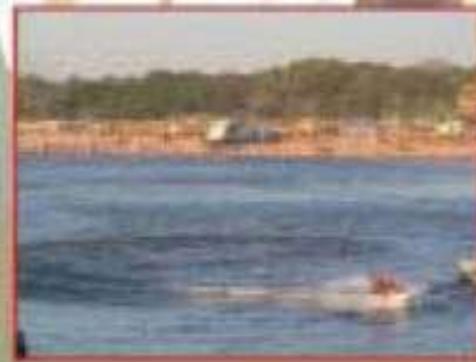
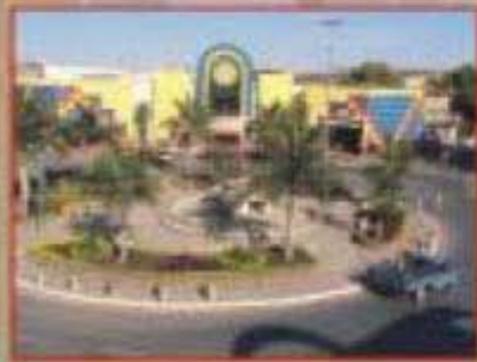
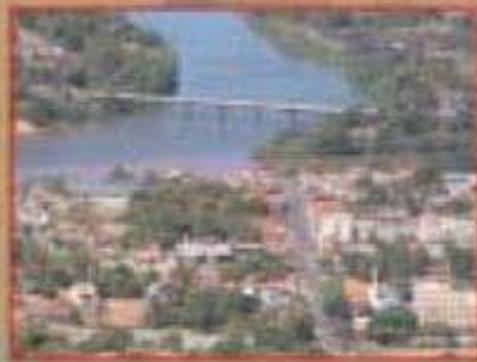
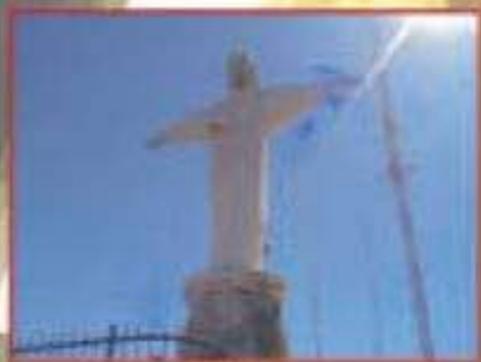
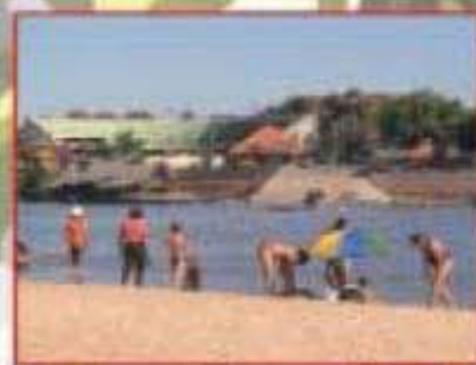
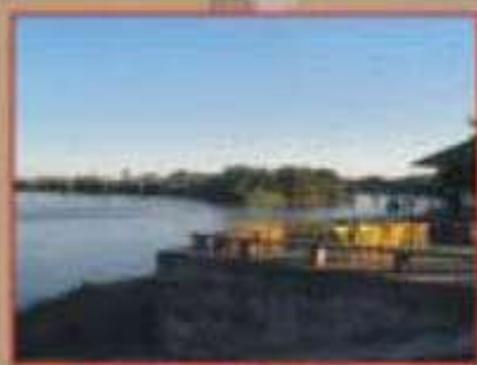
gia, com amplo êxito já na sua primeira edição. O sucesso foi ainda maior em 2005, quando ocorreram cerca de 6.700 atividades em 350 cidades, envolvendo em torno de 900 instituições de pesquisa, universidades, secretarias estaduais e municipais, ONGs e empresas privadas. Cerca de 1 milhão de pessoas participou das programações em 2005.

A 1ª Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas, realizada em 2005, reuniu 10,5 milhões de estudantes dos cursos fundamental e médio, representando todos os estados. Participaram 31.038 escolas, em 5.197 municípios, números correspondentes a 57% das escolas e a 93% dos municípios. Trata-se de uma das maiores mobilizações, no mundo, em certame estudantil de testes de conhecimentos.

O esforço é expressivo, mas precisa ser ampliado e continuado para que se consolide um sistema efetivamente nacional de ciência, tecnologia e inovação – condição essencial para o desenvolvimento soberano e sustentável do Brasil.

Sérgio Machado Rezende é Ministro da Ciência e Tecnologia.

Barra do Garças te espera de braços abertos



Cachoeiras, praias, montanhas, águas quentes,
os rios Garças e Araguaia e uma diversidade étnica
e cultural te esperam no coração do Brasil.
Venha desfrutar de nossas maravilhas.

Agora Barra do Garças está ainda melhor, com uma



Barra do Garças
Bela e Melhor Para Todos

Princípios 25 anos, jubileu de prata!



ADALBERTO MONTEIRO E EDVAR LUIZ BONOTTO

As idéias não são de metal, mas brilham como a prata!

Mil novecentos e oitenta e um. Um alvoroço. A anistia fora conquistada dois anos antes e, embora a ditadura militar ainda vigorasse, o cheiro forte de liberdade já se irrompia. Ruas e praças eram retomadas, no “peito e na marra” por operários e estudantes. Articulações e reuniões se multiplicavam. Era preciso forjar uma frente oposicionista que liderasse a “ofensiva final” contra a ditadura. A militância se desdobrava para reorganizar os movimentos e entidades do povo e dos trabalhadores que o arbítrio ceifara... Havia uma gestação de novos partidos políticos e o PCdoB, naquela data, semiclandestino, logo ganharia os auditórios e as praças bradando pela sua legalidade.

Com o declínio do obscurantismo ditatorial, entrava, também, em ebulição a vida intelectual do país, florescia o debate de idéias. Eram muitas as divergências sobre os caminhos...

João Amazonas, ex-deputado constituinte de 1946, um dos líderes mais destacados do Partido Comunista do Brasil, estava no olho desse redemoinho.

No meio dessa grande azáfama quando já eram tantas as tarefas, ele diz a seus companheiros: a jornada do movimento revolucionário é de longo curso, precisamos de uma revista que à luz do marxismo perscrute os dilemas da luta presente, investigue a realidade brasileira e internacional e fundamente o futuro de nosso movimento.

Assim, sob essas circunstâncias e com esses propósitos, em 1981, nasce a revista *Princípios*. Hoje, com esta edição de número 84, comemoramos 25 anos de sua circulação ininterrupta. Essa longevidade e vitalidade de *Princípios* vêm de sua fidelidade àqueles propósitos que a fizeram nascer.

Percorrer quase sete mil páginas de sua coleção é fazer uma viagem ao itinerário da elaboração teórica e política de uma destacada corrente do movimento marxista brasileiro. Sua evolução registra os aportes analíticos e teóricos que ofereceu ao movimento operário e transformador; seu diálogo, afinidades e polémicas com outros segmentos do pensamento progressista; os dilemas, limitações e crises por que passou; seu combate contínuo ao ideário conservador.

A revista, nos dias de hoje, segue sua tradição de

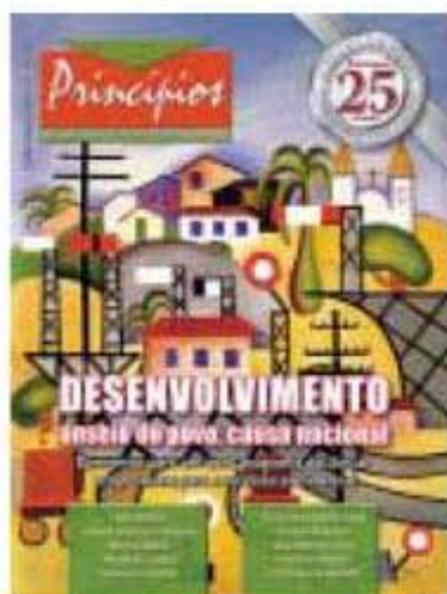
engajar-se, sob a ótica dos interesses do Brasil e dos trabalhadores, na busca de soluções para os dilemas e desafios pulsantes que emergem da luta política concreta. Nos últimos quatro anos, contando com a colaboração de intelectuais e lideranças políticas do campo marxista e progressista, participa da elaboração das bases de um novo projeto nacional de desenvolvimento – questão imprescindível à superação do neoliberalismo.

Ante a política de dominação e ação guerreira do imperialismo contra os povos e países, suas páginas têm publicado libelos em defesa da paz e dos direitos dos países ao desenvolvimento e à soberania. *Princípios*

se dedica, com especial interesse, a desvendar e divulgar a nova luta pelo socialismo que brota dos paradoxos do capitalismo contemporâneo e da consciência e luta dos povos. Os artigos, entrevistas, resenhas, estudos, pesquisas que publica se vinculam ao seu objetivo de enriquecer e desenvolver o marxismo – isto, derivado, da concepção de que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”.

Princípios 25 anos, uma conquista da corrente marxista e progressista do nosso país! Nossos agradecimentos a todos os que contribuíram para esse feito e que nos incentivam a seguir adiante!

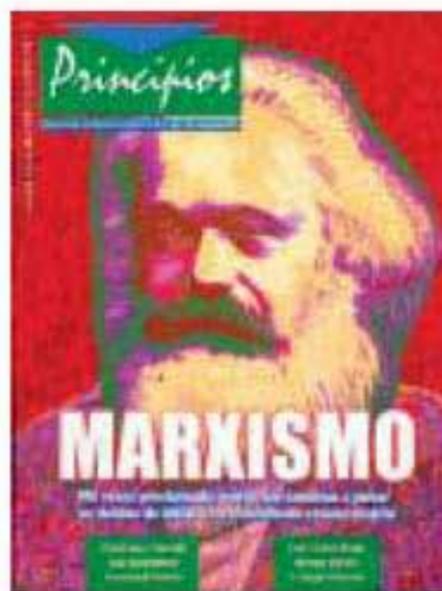
25 anos em defesa do Brasil e do socialismo



A REVISTA PRINCÍPIOS começou a circular nos primeiros raios da redemocratização, em março de 1981, e agora, em 2006, completa seus 25 anos – um marco na imprensa marxista e progressista em nosso país. Neste percurso *Princípios* agregou lideranças políticas, intelectuais, escritores, cientistas e artistas

importantes para defender e desenvolver o marxismo. Destacou-se também pelo esforço de interpretação da realidade brasileira e pela defesa da soberania nacional.

Domenico Losurdo, Samir Amin, Aldo Rebelo, Luis Fernandes, Ana Rocha, Haroldo Lima, José Reinaldo Carvalho, Jô Moraes, José Carlos Ruy, João Quartim de Moraes, Atilio Boron, Marta Harnecker, Samuel Pinheiro Guimarães...



NOS ANOS 1980 disseminou a necessidade de se forjar a unidade das forças democráticas, patrióticas e populares ante a encruzilhada em que o país se encontrava.

No início dos anos 1990, diante da denominada crise do socialismo, enfrentou o vendaval antimarxista e participou ativamente da elaboração que reafirmou o socialismo em bases novas.



DENTRE SEUS NOTÁVEIS colaboradores, já apareceram: João Amazonas, Oscar Niemeyer, Aziz Ab'Saber, José Saramago, Celso Furtado, Luiz Inácio Lula da Silva, Paula Beiguelman, Luiz Gonzaga Belluzzo, Ariano Suassuna, Renato Rabelo,



NOS ANOS 1990 contribuiu para desvendar do ponto de vista teórico e político o caráter nefasto do neoliberalismo, bem como os caminhos para sua superação.

A TEMÁTICA ECOLÓGICA e a concepção de um projeto de desenvolvimento que harmoniza o crescimento econômico com a preservação ambiental em contraposição à lógica capitalista do lucro máximo que destrói o meio ambiente fazem parte do enfoque de Princípios.

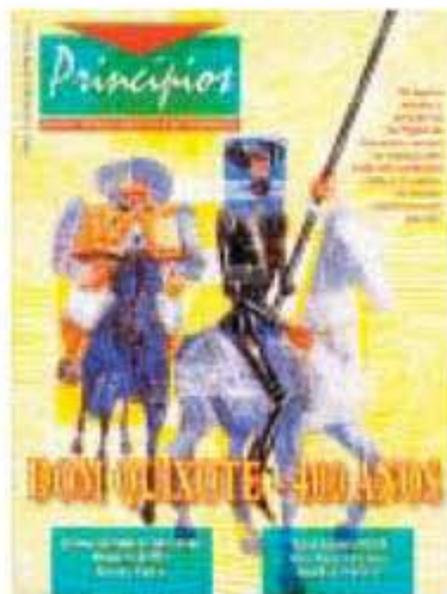


NA ATUAL QUADRA TEM se empenhado para enriquecer o debate e a luta de idéias necessários à elaboração de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Defende que tal projeto deva estar alicerçado na democracia, na soberania nacional e na integração latino-americana e, também, deva proporcionar ao país

progresso e vida digna a nosso povo – com distribuição de renda e valorização do trabalho.

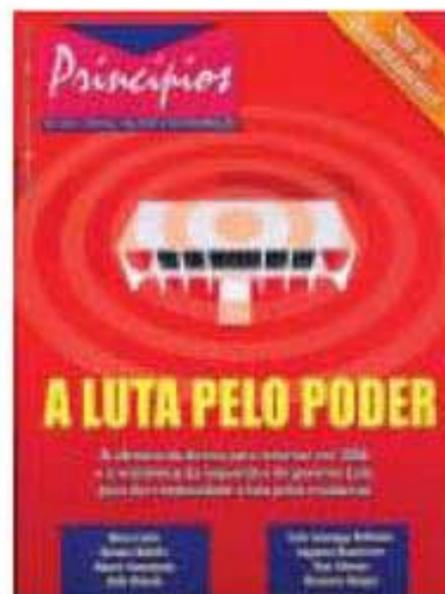


COM O PRESTÍGIO E A legitimidade conquistados por Princípios ao longo destes 25 anos, ela aumenta seu esforço para oferecer aos seus leitores uma revista cada vez mais à altura dos desafios teóricos e políticos de nosso tempo. Além disso, redobramos nossos esforços para que Princípios amplie progressivamente sua circulação, número de leitores e assinantes. O jubileu de prata, motivo de orgulho e alegria do pensamento marxista e progressista, é uma conquista do conjunto do movimento patriótico, democrático e revolucionário de nosso país. Homenageamos a todos os que contribuíram para este feito, celebrando a memória de seu fundador, João Amazonas.



A CULTURA, A ARTE E A literatura também têm comparecido nas páginas de Princípios. O movimento transformador e o pensamento progressista, sobretudo agora quando as contradições e os paradoxos do capitalismo trazem novamente a barbárie à cena da história, precisam mais do que nunca valorizar o papel

da cultura e da arte na jornada libertária dos trabalhadores e da humanidade.



PRINCÍPIOS: ÍNDICE POR ASSUNTO (DO N° 51 AO N° 80)

Nome do autor em **negrito**; título do artigo em *italico*; e o número da edição da revista em que o artigo se encontra entre parênteses (), em ordem decrescente.

Na edição 52 da revista você encontra o índice por assunto das edições anteriores à 51.

ÍNDICE DOS ASSUNTOS

América Latina/América do Sul/Alca
Brasil/Desenvolvimento regional/Amazônia
Brasil/Economia
Brasil/História do Brasil/Formação social e econômica do Brasil
Brasil/Petróleo/Energia
Brasil/Política
Capitalismo/Neoliberalismo
Ciência e tecnologia/Ecologia e meio ambiente
China
Cultura
Cultura/Literatura
Debate
Educação
Esporte e lazer
Guerrilha do Araguaia
Fórum Social Mundial
História
Internacional/Estados Unidos/Imperialismo
João Amazonas
Juventude
Mídia
Mulher/Feminismo
Partido Comunista/Leninismo
Partido Comunista do Brasil
Proletariado/Classe operária/Mundo do Trabalho
Psicologia
Questão agrária
Questão indígena
Questão anti-racismo
Questão urbana/Município/Regiões metropolitanas
Reforma sindical
Revista *Princípios*
Socialismo/Movimento Comunista/Marxismo
Teoria/Filosofia
Universidade

ASSUNTOS EM ORDEM ALFABÉTICA

A

América Latina/América do Sul/Alca
Domich, Marcos - *A crise na Bolívia* (80)
Costa, Darc - *O espírito da época não é de globalização, mas de regionalização* (76)
Carmona, Ronaldo - *Comunidade Sul-Americana de Nações: progressos e obstáculos* (76)
Carvalho, Eugênio Rezende de - *Dilemas históricos da integração latino-americana* (76)
Abreu, Ricardo - *Uruguai: integração regional, projeto nacional e unidade popular* (76)
Venezuela, Ministério da Produção e Comércio da - *Estado e políticas de liberalização* (76)
Borges, Altamiro - *As perspectivas da revolução bolivariana* (75)
Catenaccio, Roberto - *Por um Uruguai progressista* (75)
Buarque, Chico et alii - *Manifesto de apoio a Hugo Chávez* (74)
Cademartori, José - *O Tratado de Livre Comércio entre Chile e EUA* (72)
Arismendi, Marina - *Uruguai: agora é a vez do povo* (72)
Domich, Marcos - *Bolívia: lições da insurreição popular de outubro* (72)
Rebelo, Aldo - *A Alca em campo minado* (66)
Ruy, José Carlos - *Venezuela: a derrota do golpe* (65)
Rebelo, Aldo - *Alca X soberania nacional* (65)
Borges, Altamiro - *México e Canadá: a trágica experiência do Nafta* (65)
Guimarães, Samuel Pinheiro - *A Argentina, o Brasil e o futuro do Mercosul* (64)
Guimarães, Samuel Pinheiro - *Alca: sonho de Monroe e pesadelo de Bolívar* (61)
Quesada, Ricardo Alarcón de - *A ditadura global e a promessa de José Martí* (61)
Turriago, Jaime Caycedo - *A guerra social da globalização: o Plano Colômbia* (61)
Garcia, Humberto Gómez - *O processo de revolução bolivariana na Venezuela* (57)
Rebelo, Aldo - *Cimeira Europa América latina* (54)

B

BRASIL/DESENVOLVIMENTO REGIONAL/AMAZÔNIA
Martins, André - *O Nordeste e a política de desenvolvimento regional* (80)

Grazziotin, Vanessa - *Zona Franca de Manaus: combate às desigualdades regionais* (72)

Bezerra, Eron & Graziotin, Vanessa - *Amazônia: uma região estratégica que a política oficial teima em desconhecer* (60)

BRASIL/ECONOMIA

Pochmann, Márcio - *Financeirização, concentração de renda e desemprego. Como valorizar o trabalho?* (80)
Toni, Dilermando - *Projeto nacional de desenvolvimento: o debate atual* (78)
Fialkow Sobrinho, David - *A não-renovação do acordo com o FMI* (78)
Rabelo, Renato - *Superar a política econômica contracionista* (77)
Morais, Lécio - *Política econômica e autonomia do Estado* (77)
Belluzzo, Luiz Gonzaga & Carneiro, Ricardo - *O mito da conversibilidade ou moedas não são bananas* (77)
Braga, José Carlos - *A oportunidade histórica da "Era Lula"* (77)
Dedecca, Cláudio Salvadori - *Crescimento, mercado interno e renda* (76)
Lessa, Carlos - *A Era Vargas e os desafios da nação* (75)
Barroso, A. Sérgio - *Dez anos pós-Real: desnacionalização, dívidas e desemprego* (74)
Teixeira, Aloísio - *A continuidade econômica é o maior risco* (73)
Belluzzo, Luiz Gonzaga - *Há espaço para uma política econômica diferente* (72)
Coutinho, Luciano - *Crescimento e desenvolvimento dependem de Estado nacional ativo* (70)
Lessa, Carlos - *Carlos Lessa, um brasileiro otimista* (69)
Souza, Renildo - *Neodesenvolvimentismo e o governo Lula* (69)
Morais, Lécio - *Crise financeira e eleições* (66)
Morais, Lécio - *Proposta Bresser-Nakano propõe a volta do esforço exportador* (65)
Miranda, Sérgio - *A verdadeira face da Lei de Responsabilidade Fiscal* (61)
Morais, Lécio - *O Real após a desvalorização* (58)
Maringoni, Gilberto - *Um plebiscito para a dívida externa* (58)
Furtado, Celso - *Renovar o debate sobre o desenvolvimento* (58)
Morais, Lécio - *De onde vem o otimismo de FHC?* (53)
Batista Jr., Paulo Nogueira - *O eterno retorno do mesmo* (53)
CNBB et alii - *Tribunal da Dívida Externa: Veredito* (53)
Miranda, Sérgio - *FHC e FMI determinam: o orçamento público deve*

priorizar pagamentos da dívida (52)

Morais, Lecio - *A crise brasileira, a dívida e o déficit públicos: para que superávit fiscal?* (51)

BRASIL/HISTÓRIA DO BRASIL/FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DO BRASIL

Buonicore, Augusto - *Descobririndo o povo brasileiro* (80)

Moura, Clóvis - *População e miscigenação no Brasil* (80)

Ruy, José Carlos - *De José Bonifácio a Lula, a luta pelo desenvolvimento* (80)

Carmona, Ronaldo - *Revisitando a experiência do ISEB* (80)

Ruy, José Carlos - *Redemocratização: contradições contemporâneas* (77)

Toni, Dilermando - *Vargas, Estado nacional e industrialização* (76)

Vargas, Getúlio - *Carta-Testamento* (74)

Ruy, José Carlos - *A luta pela autonomia* (74)

Buonicore, Augusto César - *Radicalização e crise do segundo governo Vargas* (74)

Ruy, José Carlos - *40 anos do golpe militar de 1964: desenvolvimento soberano versus integração subordinada* (73)

Ruy, José Carlos - *Crescer e distribuir renda: estatísticas do século XX* (71)

Ruy, José Carlos - *Liberalismo versus desenvolvimentismo* (68)

Carvalho, Rodrigo de - *Dez anos do impeachment de Collor* (66)

Carvalho, Lejeune Mato Grosso Xavier de - *Um país rico e um povo pobre* (62)

Ruy, José Carlos - *Dependência e autonomia (visões do Brasil - final)* (59)

Carrion, Raul - *O Visconde de Mauá e o início da industrialização brasileira (final)* (59)

Ruy, José Carlos - *Internacionalização, imperialismo e globalização (visões do Brasil - parte 7)* (58)

Carrion, Raul - *O Visconde de Mauá e o início da industrialização brasileira (parte 1)* (58)

PCdoB - *500 anos de luta - na construção de um povo, uma cultura e uma nação novos* (57)

Ruy, José Carlos - *Do escravo ao cidadão (visões do Brasil - parte 6)* (57)

Rebello, Aldo - *100 anos de Gilberto Freyre - um homem que entendeu o Brasil* (57)

Moura, Clóvis - *Nascimento, paixão e ressurreição de Casa Grande e senzala* (57)

Ruy, José Carlos - *Feudalismo versus capitalismo (visões do Brasil - parte 5)* (56)

Joffily, Bernardo - *Dez cenas da história do trabalho no Brasil* (55)

Ruy, José Carlos - *Os primeiros passos da interpretação marxista (visões do Brasil - parte 4)* (55)

Andrade, Manuel Correia de - *A Revolução Praieira* (55)

Ruy, José Carlos - *O projeto democrático-burguês (visões do Brasil - parte 3)* (54)

Ruy, José Carlos - *Para os conservadores, o problema é o povo (visões do Brasil - parte 2)* (53)

Huggins, Martha - *Polícia e política no Brasil* (53)

Ruy, José Carlos - *Da razão de Estado à emergência do povo na história (visões do Brasil - parte 1)* (52)

Vizentini, Paulo Fagundes - *Política externa e desenvolvimento no regime militar* (51)

BRASIL/PETRÓLEO/ENERGIA

Lima, Haroldo - *Os caminhos do petróleo no Brasil - a VII rodada* (80)

Lima, Haroldo - *A crise energética e a pusilanidade do governo* (62)

BRASIL/POLÍTICA

Borges, Altamiro - *Novo golpe das elites* (80)

Miranda, Sérgio - *Os reais compromissos de FHC são com os credores financeiros* (79)

Calheiros, Renildo - *Reformar para fortalecer a democracia* (78)

Guimarães, Juarez - *Diferente do que era, aquém do possível, melhor do que parece* (77)

Rabelo, Renato - *Consolidar a base política e aglutinar a base social do governo Lula* (76)

Rabelo, Renato - *Pela vitória das idéias renovadoras* (74)

Rebello, Aldo - *Governo Lula: êxitos e desafios* (74)

Valentim, Edmilson - *A violência está à mesa* (73)

Rabelo, Renato - *É hora de concretizar o compromisso com o desenvolvimento e o emprego* (72)

Lima, Haroldo - *Brasil 2004: desafios e perspectivas* (72)

Rabelo, Renato - *Momentos decisivos para o governo Lula* (71)

Dirceu, José - *O desafio da retomada de um projeto de desenvolvimento* (71)

Rebello, Aldo - *A construção da base de sustentação parlamentar* (71)

Fernandes, Luis - *A política externa do governo Lula: um balanço preliminar* (71)

Partido Comunista do Brasil - *União pelo desenvolvimento, emprego e valorização do trabalho* (70)

Arantes, Aldo - *O FMI e a soberania nacional* (70)

Toni, Dilermando - *A questão nacional e o governo Lula* (70)

Rabelo, Renato - *A construção do novo modelo* (69)

Bosi, Alfredo et alii - *Carta ao presidente Lula por brasileiros notáveis* (69)

Rabelo, Renato - *Nasce um novo Brasil: a eleição de Lula e a responsabilidade para consolidar o governo da mudança* (68)

Rebello, Aldo - *A chave das maiorias heterogêneas* (68)

Lima, Haroldo - *Independência do Banco Central e "terceirização" do Estado* (68)

Toni, Dilermando - *Elementos para a construção de um novo modelo* (68)

Rabelo, Renato - *Desafios para um novo Brasil sob o governo Lula* (67)

Ruy, José Carlos - *O presidente é um dos nossos* (67)

Fiori, José Luís - *Para ler a vitória de Lula* (67)

Antero, Luiz Carlos - *Hércules e a herança maldita de FHC* (67)

Hobsbawm, Eric et alii - *Os intelectuais e o novo governo* (67)

Machado, Luiz Toledo - *Uma concepção estratégica: a defesa nacional e o projeto nacional* (67)

Rabelo, Renato - *A mudança é uma exigência da maioria da sociedade brasileira* (66)

Lula da Silva, Luiz Inácio - *Compromisso com soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro* (66)

Lima, Haroldo - *Conseqüências da privatização na herança que nos entregam* (66)

Lima, Haroldo - *O Brasil foi humilhado na ONU pelos Estados Unidos* (65)

Rabelo, Renato - *A conjuntura brasileira e a tática dos comunistas* (64)

Rabelo, Renato - *O Brasil precisa de um ciclo de desenvolvimento e progresso social* (63)

Rabelo, Renato - *Um novo rumo para o Brasil* (62)

Lula da Silva, Luiz Inácio - *Programa e aliança necessários para ganhar em 2002* (62)

Garotinho, Antony - *Dentro do atual modelo econômico não há saída* (62)

Gomes, Ciro - *Falta a batalha intelectual em torno da proposta alternativa* (62)

Ruy, José Carlos - *Itamar Franco: ênfase no nacionalismo* (62)

Rabelo, Renato - *O novo quadro político brasileiro* (59)

Rebello, Aldo - *A democracia neoliberal* (56)

Amazonas, João et alii - *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* (55)

Gusmão, Sérgio Buarque de - *Apagão na democracia* (54)

Mendes, Candido - *Democracia:*

exigências e frustrações (54)

Nicolau, Jairo - *A reforma política no Brasil* (54)

Vianna, Luis Werneck - *Democracia e pluralismo* (54)

Santos, Wanderley Guilherme dos - *Democracia e pluralismo* (54)

Guimarães, Paulo Machado & Dias, Lúcio Flávio de Castro - *Propostas de Emenda à Constituição sobre o Poder Judiciário* (54)

Furtado, Celso - *A reconstrução do Brasil* (54)

Rabelo, Renato - *Por um movimento amplo em defesa do Brasil* (53)

Arantes, Aldo - *FMI: governo paralelo* (53)

Rebello, Aldo - *Reformas políticas: a tentação conservadora* (52)

Lima, Haroldo - *A grande contra-reforma* (52)

Gomes, Luiz Marcos - *Os homens de FHC - banqueiros e testas de ferro do imperialismo* (51)

C

CAPITALISMO/NEOLIBERALISMO

Barroso, A. Sérgio - *O capitalismo contemporâneo e suas crises - um decálogo* (79)

Belluzzo, Luiz Gonzaga - *O regime do capital e o desenvolvimento capitalista* (79)

Moreno, Ricardo - *A formação do capitalismo: uma introdução* (79)

Cintra, Marcos Antonio Macedo - *Tendências da globalização financeira: a extraordinária liquidez global* (79)

Ruy, José Carlos - *Sob o signo de Narciso* (79)

Barroso, A. Sérgio - *Uma crítica às teorias das alternativas ao neoliberalismo* (77)

Belluzzo, Luiz Gonzaga - *A economia do Império e o império da economia no limiar do século XXI* (75)

Braga, José Carlos - *Capitalismo e desemprego nos Estados Unidos* (74)

Souza, Renildo - *Lições da experiência neoliberal: Brasil, Argentina e México* (70)

Barroso, A. Sérgio - *Capital financeiro, desenvolvimento e desafios da nova política externa brasileira* (70)

Souza, Renildo - *Estado e desenvolvimento econômico* (68)

Viana, André Rego - *O Sistema Monetário Internacional e os desafios ao desenvolvimento da periferia sistêmica* (68)

Belluzzo, Luiz Gonzaga - *Elementos sobre a crise econômica dos Estados Unidos* (63)

Arantes, Aldo - *Neoliberalismo e liberdade do capital (final)* (62)

Arantes, Aldo - *Neoliberalismo e liberdade do capital (parte 2)* (61)

Arantes, Aldo - *Neoliberalismo e liberdade do capital (parte 1)* (60)

Partido Comunista de Cuba - *O capitalismo contemporâneo e o debate sobre a alternativa* (57)

Arantes, Aldo - *Globalização e Estado* (56)

Caropreso, Álvaro - *O economista da vida e da morte* (54)

Partido do Trabalho da Bélgica - *As multinacionais exigem a abertura das fronteiras. Para elas!* (52)

Fernandes, Luis - *A crise do novo endividamento e a velha dependência* (51)

Martins, Umberto - *A crise do capital não está restrita à esfera financeira* (51)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Rebello, Aldo - *Pesquisa com células-tronco embrionárias* (78)

Fernandes, Luis - *Ciência, tecnologia e integração regional* (76)

Calheiros, Renildo - *A nova lei de biossegurança* (73)

Fernandes, Luis - *Ciência e tecnologia para o desenvolvimento nacional* (73)

Pedroso, Maria Theresa - *Transgênicos e soberania tecnológica agropecuária* (71)

Amaral, Roberto - *Ciência e tecnologia para a vida* (68)

Campos, Marize - *Centro de Lançamento de Alcântara: patrimônio nacional* (63)

Azevedo, Fábio Palácio - *A reforma do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia* (63)

Vitale, Bruno - *Novos crimes contra a humanidade: o uso militar das armas de Urânio enriquecido* (60)

Bercht, Verônica - *Nossa história, nossos gens* (59)

Lopes, José Leite - *Ciência e resistência* (59)

Ab'Saber, Aziz - *O Código das Biodiversidades - uma exigência da inteligência* (57)

Cerqueira Leite, Rogério Cezar de - *Covardia e desenvolvimento dependente* (55)

Lopes, José Leite - *Aspectos da história da ciência no Brasil* (53)

Paty, Michel - *Ciência, aquele obscuro objeto de pensamento e uso* (52)

CHINA

Theuret, Patrick - *China-EUA: o choque do século XXI* (79)

Oliveira, Amaury Porto de - *China: Estado, revolução e desenvolvimentismo* (75)

Jabbour, Elias - *A China e seus investimentos em infra-estrutura* (72)

Rabelo, Renato - *Socialismo e forças produtivas na China* (66)

Lima, Haroldo - *Oitenta anos do Partido Comunista da China: lutas, vitórias e lições* (62)

Moraes, João Quartim de - *A Flor do Lácio* (60)

Lima, Haroldo - *Embandeirada com o socialismo, a China entra no século XXI* (59)

Losurdo, Domenico - *A esquerda, a China e o imperialismo* (58)

Lima, Haroldo - *Cinqüentenário da Revolução Chinesa realça controvérsias* (55)

Lima, Haroldo - *As estatais e o caminho socialista na China* (53)

Pereira, Duarte - *A polêmica sobre o Tibet: a quem interessa dividir a China e atizar os conflitos entre suas nacionalidades?* (53)

(53)

CULTURA

Vieira, Elder - *O enigma do gato* (80)

Bomfim, Eduardo - *O multiculturalismo* (80)

Turino, Célio - *Uma Cultura Viva desescondendo o Brasil profundo* (78)

Ferreira, Juca - *Ancinav: regulação econômica, não cultural* (75)

Gil, Gilberto - *Cultura e desenvolvimento social: partilhando responsabilidades* (74)

Instituto Maurício Grabois - *Em defesa da cultura brasileira* (73)

Turino, Célio - *Uma gestão cultural transformadora* (71)

Bomfim, Eduardo - *Políticas públicas culturais* (70)

Guimarães, Samuel Pinheiro - *Por uma política cultural eficaz* (67)

Eduardo, Cléber - *Entretenimento distarçado de denúncia* (67)

Rangel, Manoel - *Um desabamento central da alma* (66)

Nunes, Paulo - *Os brasis contidos no Brasil: a modernidade na Amazônia* (65)

Meireles, Cildo - *Malhas da liberdade* (64)

Rodrigues, Miguel Urbano - *As pontes da barbárie na tragédia de Bamyán* (61)

Didio, Lucie - *Em defesa da Língua Portuguesa* (61)

Bernardi, Iara - *Voto pela aprovação do Projeto Aldo Rebello* (59)

Azevedo, Fábio Palácio de - *Mostra do Redescobrimento: cultura brasileira ou culturas brasileiras* (59)

Petras, James - *A ação (endinheirada) da CIA para promover a cultura apolítica* (56)

Rego, Tereza Costa - *As sete luas de sangue* (56)

Rebello, Aldo - *Idioma e soberania* (55)

Azevedo, Fábio Palácio de - *As origens*

barrocas da cultura brasileira (54)
Suassuna, Ariano - *O guerreiro da cultura popular* (51)

CULTURA/LITERATURA

Carpeaux, Otto Maria - *Cervantes: um homem entre os séculos* (78)
Joffily, Bernardo - *Sancho Pança tem razão: o que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia* (78)
Vieira, Maria Augusta - *"Ordem no mundo a partir de valores humanitários"* (78)
Sant'Anna, Affonso Romano de - *Cervantes: o falso e o verdadeiro* (78)
Gullar, Ferreira - *Quixote: um maluco beleza* (78)
Mochiutti, Romilda - *A realidade e seus simulacros* (78)
Pessoa Neto, Anselmo - *Conhecimento, experiência e literatura* (76)
Teitelboim, Volodia - *Pablo Neruda - cem anos* (74)
Abdala Junior, Benjamin - *50 anos sem Graciliano Ramos* (68)
Oliveira, Joan Edessom - *Uma pedra no caminho da escritura* (67)
Oliveira, Joan Edessom - *O derradeiro voo da avezinha de Assaré* (66)
Lencastre, Manoel - *Vida de um gigante: 200º aniversário de Victor Hugo* (65)
Santos, Luciano - *A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade (final)* (62)
Souza, Angela Leite de - *Prêmio Casa de las Américas: a cultura como resistência* (61)
Santos, Luciano - *A incivilização brasileira no pensamento de Mário de Andrade (parte 1)* (62)
Pessoa Neto, Anselmo - *O mundo parado: estudo sobre Caetés, de Graciliano Ramos* (59)
Moura, Clóvis - *Rafael Alberti (1902-1999)* (56)
Camargo, Goiandira Ortiz de - *A lírica impertinente de Manoel de Barros* (55)
Monteiro, Adalberto - *Ferreira Gullar: cinquenta anos criando poesia* (55)
Teitelboim, Volodia - *Um moço do século XX* (52)
Saramago, José - *A palavra ao Nobel da palavra* (52)
Jatobá, Roniwalter - *Saramago, um Nobel português* (51)

D

DEBATE

Sampaio, Fernando & Medeiros, Marlon - *Questão agrária e o desenvolvimento brasileiro* (78)
Boron, Atilio A. - *"Império": duas teses equivocadas* (69)

E

EDUCAÇÃO

Teixeira, Anísio - *Para uma tomada de consciência de uma nova etapa educacional com a Lei de Diretrizes e Bases* (60)
Lima, Haroldo - *Anísio Teixeira: 100 anos do pensador da educação* (58)

ESPORTE E LAZER

Turino, Célio - *Lazer e inclusão social* (69)
Queiroz, Agnelo - *Esporte: uma política de Estado* (68)
Queiroz, Agnelo - *Receita para um país olímpico* (68)
Azevedo, Carlos - *A CPI que tinha (quase) tudo para não dar certo* (62)
Ab'Saber, Aziz - *Uma proposta para a cidadania* (58)

F

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Abreu, Ricardo et alii - *V Fórum Social Mundial: um outro mundo, com paz e socialismo, é possível!* (77)
Prestes, Ana Maria - *Participação política e Estado nacional em tempos de Fórum Social Mundial* (76)
Abreu, Ricardo - *Fórum Social Mundial: unidade na luta e luta de idéias* (72)
Comissão Editorial - *O Fórum Social Mundial* (67)
Rabelo, Renato - *Davos X Porto Alegre: O caminho da resistência ao neoliberalismo* (61)
Genro, Tarso - *Fórum Social Mundial: um outro mundo é possível* (61)

G

GUERRILHA DO ARAGUAIA

Antero, Luiz Carlos - *Araguaia: presente!* (64)

H

HISTÓRIA

Prestes, Anita Leocádia - *Olga: revolucionária, sem perder a ternura* (75)
Moraes, Jô - *Olga, uma paixão humana* (75)
Buonicoire, Augusto - *Edgard Carone (1923-2003)* (68)

I

INTERNACIONAL/IMPERIALISMO/ ESTADOS UNIDOS

Hallabi, Wadi'h - *Alta do petróleo e guerra imperialista* (79)
Sotto, Hector - *Se a revolução não for cultural, não é revolução* (78)
Carvalho, José Reinaldo - *A posse de Bush: novo momento da ofensiva imperialista*

e da resistência dos povos (77)

Chomsky, Noam et alii - *"Não em nosso nome"* (77)

Gomes, Socorro - *Brutal e generalizada ofensiva contra os povos e nações* (77)

Marquit, Erwin - *As recentes eleições nos Estados Unidos* (76)

Murad, Jamil - *Lutar pela causa palestina é a melhor forma de homenagear Arafat* (76)

Carvalho, José Reinaldo - *O código do reacionarismo moderno* (75)

Martin, André Roberto - *O significado estratégico das eleições nos Estados Unidos* (75)

Moraes, João Quartim de - *A impostura liberal* (75)

Pecequillo, Cristina Soreanu - *A Nova América? Os neoconservadores e a hegemonia* (75)

Silva, Francisco Carlos Teixeira da - *Os Estados Unidos e a guerra contra o terrorismo* (75)

Carvalho, Eugênio Rezende de - *Estados Unidos: de nação democrática e progressista a potência imperialista* (75)

Carvalho, José Reinaldo - *Resistência iraquiana e traços da situação mundial* (73)

Guerreiro, Pedro - *Sobre a situação na União Européia* (72)

Moraes, João Quartim de - *A nova face do imperialismo* (69)

Maillard, Jacques - *A morte programada da República das Letras na França* (69)

Carvalho, José Reinaldo & Martins, Umberto - *Guerra imperialista e sinais de um declínio* (68)

Genoino, José - *A luta contra a guerra* (68)

Amin, Samir - *A criminoso ambição dos EUA: o controle militar do planeta* (68)

Saramago, José - *Uma ofensa à razão* (68)

Lima, Haroldo - *Por que os Estados Unidos querem atacar o Iraque?* (67)

Arantes, Aldo - *Timor Leste: "Devernos ser solidários na sua reconstrução tanto quanto fomos solidários na luta pela sua independência"* (66)

Partidos Comunistas - *A nova situação no mundo após o 11 de setembro* (66)

Fernandes, Luis - *Violência, instabilidade e resistência: o mundo que emerge dos atentados de 11 de setembro* (65)

Saramago, José - *Das pedras de Davi aos tanques de Gólias* (65)

Rodrigues, Miguel Urbano - *O terrorismo de Estado norte-americano e o perigo da ditadura militar planetária* (64)

Carvalho, José Reinaldo - *A guerra norte-americana ameaça os povos* (63)

Rodrigues, Miguel Urbano - *Estados Unidos: os bárbaros modernos e a ordem*

neofascista (63)

Lima, Haroldo – *Tendências da situação internacional* (63)

Carvalho, Lejeune Mato Grosso Xavier de – *A crise na Ásia e o conflito no Afeganistão: a questão do terrorismo* (63)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Erros e fragilidades do Império no início do século XXI* (62)

Rodrigues, Miguel Urbano – *A resistência à globalização neoliberal* (60)

Carvalho, Carlos – *Um rumo diferente para a humanidade* (60)

Rodrigues, Miguel Urbano – *As perspectivas da humanidade na viragem do milênio* (55)

Carvalho, José Reinaldo – *Agressão dos EUA-OTAN à Iugoslávia é ameaça aos povos* (53)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Bombas sobre a Europa: o assalto à razão no ataque do Império* (53)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Bombas sobre a Europa: o assalto à razão no ataque do Império* (53)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Rodrigues, Miguel Urbano – *Impressões sobre a França de nossos dias* (52)

Castro, Mary Garcia – *Gênero e revolução cultural: as revoluções na revolução* (52)

P

PARTIDO COMUNISTA/LENINISMO

Buonicore, Augusto – *Lênin e o partido de vanguarda* (69)

Moraes, João – *O papel dos movimentos no "Assalto aos Céus"* (69)

Ruy, José Carlos – *Um partido proletário para construir o poder proletário* (62)

Ruy, José Carlos – *Partido para mudar, ou para manter a ordem capitalista?* (61)

Ruy, José Carlos – *Partido para mudar, ou para manter a ordem capitalista?* (61)

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Rabelo, Renato – *Por uma alternativa nacional ao padrão neoliberal* (80)

Rebelo, Apolinário – *Os 80 anos de A Classe Operária* (79)

Freitas, Ronald – *O desafio de governar bem* (78)

Santos, Luciana – *A experiência do PCdoB no governo de Olinda* (78)

Rocha, Ana – *Elza Monnerat: semente da simplicidade e da solidariedade* (75)

Ruy, José Carlos – *Construção coletiva: as conferências do PCdoB* (69)

Sorrentino, Walter et alii – *O PCdoB cresceu nas eleições de 2002* (67)

Buonicore, Augusto César – *Partido Comunista do Brasil: do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958* (67)

Buonicore, Augusto César – *Partido Comunista do Brasil – 1943 a 1947: da Conferência da Mantiqueira à cassação sob o governo Dutra* (65)

Ruy, José Carlos – *Partido Comunista do Brasil – 80 anos: as quatro primeiras décadas* (64)

Comissão Editorial – *Partido Comunista do Brasil – 80 anos (1922-2002)* (64)

Ruy, José Carlos – *Condições históricas do surgimento do Partido Comunista do Brasil* (63)

Konrad, Diorge – *Partido Comunista do Brasil: 1935-1943* (63)

Konrad, Diorge – *Partido Comunista do Brasil: 1930-1935* (62)

Carrion, Raul – *Os primeiros passos do Partido Comunista do Brasil* (61)

Ruy, José Carlos – *Contribuição para o estudo da história do Partido Comunista do Brasil* (60)

Branco, Zillah – *Catullo Branco, um pioneiro* (58)

Rangel, Olívia – *A Lanterna de Diógenes Arruda* (56)

Rangel, Olívia – *A Lanterna de Diógenes Arruda* (56)

Rangel, Olívia – *A Lanterna de Diógenes Arruda* (56)

Rangel, Olívia – *A Lanterna de Diógenes Arruda* (56)

Rangel, Olívia – *A Lanterna de Diógenes Arruda* (56)

PROLETARIADO/CLASSE OPERÁRIA/MUNDO DO TRABALHO

Petta, Augusto César & Cruz, Paulo Camargo – *Vinte anos de formação sindical classista* (79)

Miranda, Sérgio – *Por uma política de valorização do trabalho e dos trabalhadores* (66)

Barroso, A. Sérgio – *A classe operária e seus signos (final)* (65)

Buonicore, Augusto César – *Assalariados urbanos: proletariado ou nova classe média?* (64)

Barroso, A. Sérgio – *A classe operária e seus signos (parte I)* (65)

Toni, Dilermando – *Apontamentos sobre o proletariado brasileiro (final)* (64)

Joffily, Bernardo – *O proletariado do século XXI* (64)

Saviani, Nereide – *Sobre o conceito de proletariado em Marx: situando um debate* (63)

Toni, Dilermando – *Apontamentos sobre o proletariado (parte I)* (63)

Beiguelman, Paula – *Neoliberalismo e desregulamentação trabalhista: a investida contra os portuários de Santos* (62)

Benjamin, César – *Desemprego em Marx, Keynes e nos neoclássicos* (60)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (final)* (60)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 2)* (59)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Beiguelman, Paula – *Os companheiros de São Paulo: lutas contemporâneas (parte 1)* (58)

Bercht, Verônica – *Contribuições da biologia à luta contra o racismo* (79)

QUESTÃO URBANA/
MUNICÍPIO/
REGIÕES METROPOLITANAS

Siqueira, Luciano – *O município e a questão nacional* (74)

Sorrentino, Walter – *Eleições 2004: o discurso progressista* (74)

Miranda, Rosana – *Mundo urbano brasileiro* (74)

Santos, Luciana – *Olinda: captar recursos, democratizar o governo e investir em prioridades* (74)

Arruda, Inácio – *Em Fortaleza planejamento será coisa popular* (74)

Suplicy, Marta – *O governo FHC ignorou as necessidades de São Paulo* (74)

Rios, Robert – *Desenvolvimento e segurança para Teresina* (74)

Pont, Raul – *Unir as ações do governo federal às do município* (74)

Graziotin, Vanessa – *O governo Lula favorece os municípios* (74)

Feghali, Jandira – *Segurança pública como política social* (74)

Ab'Saber, Aziz – *A sociedade urbano-industrial e o metabolismo urbano* (71)

Campeão, Nádia – *Os espaços de lazer na metrópole* (71)

Arruda, Inácio – *Reforma urbana e desenvolvimento* (70)

Arruda, Inácio – *As cidades sem recursos* (59)

Arruda, Inácio – *O impacto das políticas neoliberais na organização das cidades* (57)

Villaça, Flávio – *O impacto das políticas neoliberais na organização das cidades* (57)

Câmara dos Deputados – *Carta das Cidades* (56)

Ab'Saber, Aziz – *Os problemas do Brasil urbano* (56)

Campeão, Nádia & Sorrentino, Walter – *Rumos para São Paulo* (56)

Pinto, Valeska Peres – *A crise do sistema de transporte* (56)

Arruda, Inácio & Antero, Luiz Carlos – *Reforma urbana e Estatuto da Cidade* (55)

Baldez, Miguel Lanzellotti – *A luta pela terra urbana* (54)

R

REFORMA SINDICAL

Lemos, João Batista & Tonelli, Flávio – *A reforma sindical: pluralidade e autonomia privada para os acordos trabalhistas* (78)

REVISTA PRINCÍPIOS

Bonotto, Edvar Luiz – *Revista Princípios: duas décadas em defesa do Brasil e do socialismo* (60)

Comissão Editorial – *Índice da revista Princípios: do nº 41 ao nº 50* (52)

S

SOCIALISMO/MOVIMENTO
COMUNISTA/MARXISMO

Avante! – *Álvaro Cunhal (1913-2005)* (80)

Rabelo, Renato – *A luta pelo socialismo num novo tempo* (79)

Giap, Vo Nguyen – *A guerra contra os EUA pela salvação nacional* (79)

Partidos Comunistas da Europa e América Latina – *Cooperação e unidade contra o neoliberalismo* (77)

Harnecker, Marta – *O caminho é construir forças* (77)

Carvalho, José Reinaldo – *Luta antiimperialista, partido e movimentos sociais* (76)

Le, Phan Huy – *Diên Biên Phú na história e na identidade da nação vietnamita* (73)

Carvalho, Lejeune Mato Grosso Xavier de – *Edward Said: 1945-2003* (73)

Monteiro, Adalberto – *Que viva Abril, sempre!* (73)

Partidos Comunistas – *Os movimentos contra a guerra e a globalização capitalista* (70)

Carvalho, José Reinaldo – *Outubro de 1917 – irrepetível, mas vigente* (67)

Fernandes, Luis – *As cores da revolução sul-africana* (67)

Carvalho, José Reinaldo & Lemos, João Batista – *Viagem ao país das manhãs serenas* (65)

Costa, Sílvio – *Ensinaamentos da Comuna de Paris* (61)

Lima, Haroldo – *Os comunistas na Rússia, hoje* (60)

Amazonas, João – *Enver Hoxha: destacado dirigente revolucionário* (57)

Alleg, Henri – *Conservar a esperança!* (57)

Amazonas, João – *A perspectiva histórica do socialismo* (56)

Pereira, Duarte – *Marxismo sem classe operária. É possível?* (56)

Monereo, Manoel – *A terceira via* (56)

Manfredini, Luiz – *Cuba: da recuperação econômica ao desafio ideológico* (56)

Fernandes, Luis – *Marxismo, política e emancipação* (54)

Buonicore, Augusto César – *Marx e Engels e a Revolução Alemã de 1848* (54)

Joffily, Bernardo – *O socialismo é inevitável?* (51)

T

TEORIA/FILOSOFIA

Joffily, Olívia Rangel – *Sobre ética e valores* (79)

Espindola, Carlos & Bastos, José Messias – *Ignácio Rangel e a crise brasileira* (76)

Duarte, Newton – *A crítica de Marx à naturalização do histórico (final)* (72)

Duarte, Newton – *A crítica de Marx à naturalização do histórico (parte 1)* (71)

Peixoto, Madalena Guasco – *O entendimento dialético da transição* (67)

Comissão Editorial – *Milton Santos: um filósofo da geografia* (62)

Beiguelman, Paula – *Algumas considerações sobre o conceito de pensamento conservador* (52)

U

UNIVERSIDADE

Peixoto, Madalena Guasco – *Anteprojeto da Reforma da Educação Superior: um novo rumo político* (77)

Saviani, Nereide – *Diretrizes do MEC à reforma da educação superior* (74)

Gazzola, Ana Lúcia – *Educação superior é questão de Estado nacional* (74)

Petta, Gustavo Lemos – *Reforma universitária: queremos mais* (73)

Saviani, Dermeval – *Universidade pública: fator estratégico ao desenvolvimento* (73)

Saviani, Nereide – *Reforma universitária: propostas em curso* (73)

Peixoto, Madalena Guasco – *A reforma do ensino superior privado* (73)

Mamigonian, Armen – *Imperialismo, universidade e pensamento crítico* (71)

Couto, Beatriz – *Mudanças nas relações sociais de produção nas universidades* (63)

Chauí, Marilena – *A universidade hoje* (58)

Tavares, Hermano – *Mais futuro que passado* (56)

Rocha, João Augusto de Lima – *A questão da autonomia universitária* (54)

Adalberto Monteiro é jornalista e Editor de Princípios. Edvar Luiz Bonotto é doutor em direito e membro da Comissão Editorial de Princípios.

Agroindústria, desenvolvimento e projeto nacional

CARLOS JOSÉ ESPÍNDOLA E MARLON MEDEIROS

A grande produção agrícola deve ocupar papel de destaque num projeto nacional de desenvolvimento

A intensa modernização da agricultura brasileira – ocorrida na esteira do processo substitutivo de importações – promoveu, com o aporte estatal: a centralização de diferentes capitais; a conquista de novas terras antes não ocupadas; a desagregação da produção de autoconsumo, estruturada à base e em torno da pequena produção mercantil de bens agrícolas; a criação do semiproletário agrícola; a expansão do mercado interno; a liberação da mão-de-obra para o segmento urbano-industrial; a ampliação da produção de alimentos (pondo fim às crises de abastecimento até a década de 1970); o aumento da participação brasileira no mercado mundial de alimentos (soja, suco de laran-

ja, frutas, açúcar, carnes, entre outros); e o direcionamento do Estado, sob o regime militar, para a pesquisa agropecuária (Embrapa, Epagri etc).

Todo esse processo, como resultado do pacto de poder estabelecido em 1930, foi altamente progressista à medida que transformou o latifúndio semifeudal em latifúndio capitalista, comerciantes em agroindustriais e boa parte da pequena produção de subsistência numa produção especializada com alta produtividade e integrada aos mercados. Aqui entendemos a produção agrícola juntamente com a indústria de insumos, equipamentos e a agroindústria, pois a agricultura em si não tem mais nenhum sentido prático. Somando o papel desse setor ao abastecimento do mercado interno, à geração de divisas com exportações e ao acúmulo de técnicas produzidas pelas

empresas nacionais de pesquisa a grande produção agrícola – incluindo a normalmente chamada agricultura familiar, pois esta é mais um elo na divisão do trabalho agrícola – deve ocupar papel de destaque num projeto nacional de desenvolvimento. Ignorar isto é tão prejudicial ao desenvolvimento do Brasil quanto a defesa do latifúndio orquestrada cotidianamente pela UDR (União Democrática Ruralista).

Não é possível associar a grande produção agrícola ao latifúndio. Trata-se de um erro político fatal. Seria como confundir os interesses dos produtores que visam a lucrar com sua produção (como no setor industrial), com os interesses rentistas vinculados à especulação fundiária e à propriedade da terra como fonte de poder político. É preciso distinguir entre os setores progressistas da produção agrícola e os interesses do latifúndio.

A grande produção agrícola necessita do crescimento do mercado interno e da renda e perde com a política macroeconômica recessiva tanto quanto qualquer setor produtivo. A produção voltada primordialmente para o mercado interno não tem podi-

do se expandir satisfatoriamente devido à estagnação do crescimento do consumo, com exceção dos produtos que passaram por mudança tecnológica, como o leite UHT. Por este motivo, primordialmente, os setores mais dinâmicos concentram-se na exportação e não porque queiram sabotar o mercado interno. A produção agrícola responde em primeiro lugar ao preço; em segundo, à demanda. O mercado externo vem oferecendo essas duas condições de maneira crescente, em especial a partir da desvalorização cambial em 1999 e com a retomada do crescimento da economia mundial a partir de 2002.

As pequenas propriedades estão vinculadas à grande produção da mesma maneira que as grandes propriedades. Prova irrefutável disto é que alguns dos setores agroindustriais mais dinâmicos – como aves, suínos, leite e fumo –, têm a produção agrícola basicamente nas pequenas propriedades, via sistemas de integração. O aumento de produtividade alcançado nas últimas décadas pelos avanços técnicos na mecânica e bioquímica propiciou aumentos de produção sem aumentos equivalentes de área culti-

Série histórica anual da balança comercial brasileira e do agro-negócio (US\$ milhões)

Ano	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO				SALDO		
	Total	Agronegócio	?%*	Part.(%)	Total	Agronegócio	?%*	Part.(%)	Total	Agronegócio	?%*
1989	34.383	13.931	-	40,49	18.263	3.081	-	16,87	16.120	10.840	-
1990	31.414	12.990	-6,69	41,35	20.661	3.184	3,33	15,41	10.753	9.806	-9,54
1991	31.620	12.403	-4,52	39,23	21.041	3.642	14,39	17,31	10.579	8.761	-10,66
1992	38.505	14.455	16,54	37,54	20.554	2.962	-18,66	14,41	17.961	11.942	31,17
1993	38.555	15.940	10,27	41,34	25.256	4.157	40,33	16,46	13.299	11.783	2,53
1994	43.545	19.105	19,85	43,87	33.079	5.678	36,58	17,16	10.466	13.427	13,95
1995	46.506	20.871	9,25	44,88	49.972	8.613	51,69	17,24	-3.466	12.258	-8,70
1996	47.747	21.145	1,31	44,29	53.346	8.939	3,79	16,76	-5.599	12.206	-0,43
1997	52.994	23.404	10,68	44,16	59.744	8.247	-7,74	13,80	-6.750	15.156	24,17
1998	51.140	21.575	-7,81	42,19	57.763	8.106	-1,71	14,03	-6.623	13.469	-11,13
1999	48.011	20.514	-4,92	42,73	49.295	5.739	-29,20	11,64	-1.283	14.775	9,70
2000	55.086	20.610	0,47	37,41	55.839	5.799	1,05	10,39	-753	14.811	0,24
2001	58.223	23.863	15,78	40,99	55.586	4.847	-16,42	8,72	2.637	19.016	28,39
2002	60.362	24.839	4,09	41,15	47.222	4.492	-7,34	9,51	13.140	20.347	7,00
2003	73.084	30.639	23,35	41,92	48.260	4.791	6,67	9,93	24.824	25.848	27,03
2004	96.475	39.016	27,34	40,44	62.782	4.881	1,88	7,77	33.693	34.135	32,06

Fonte: SECEX/MDIC

* Variação percentual referente ao Agronegócio



O agronegócio cresce cada vez mais em produção.

vada e de incorporação de mão-de-obra. Isto levou, por um lado, à concentração em produções onde o diferencial é a escala de produção e a mecanização (por exemplo, grãos), mas, por outro, à integração crescente da média e pequena propriedade também nos cultivos de escala, mas primordialmente nos produtos em que o tamanho da propriedade não é o diferencial, como a avicultura, a pecuária leiteira, a horticultura entre outros. Logo, quando falamos em grande produção agrícola nos referimos ao conjunto das atividades agrícolas, industriais e de serviço que se ligam à produção agrícola. A abordagem que põe o tamanho da propriedade agrícola no centro da discussão é por demais limitada.

O setor agrícola como um todo, a que nos referimos, tem sido responsável mais recentemente pelos excelentes superávits da balança comercial brasileira, conforme tabela abaixo.

Na tabela 1 verificamos que tanto as exportações quanto o superávit comercial apresentam valores excepcionais. Entre 1989 e 2004, as exportações cresce-

ram de US\$ 13.921 bilhões para US\$ 39.016, o que representou uma participação de 40% na pauta de exportações totais brasileira e 32,06% no saldo da Balança Comercial brasileira. Entre março de 2005 e fevereiro de 2006, as exportações brasileiras do agronegócio totalizaram US\$ 44.055 bilhões. Isto significou um crescimento de 10,7% acima do valor exportado no período de março de 2004 a fevereiro de 2005, ou seja, US\$ 39.801 bilhões. Dentre os setores que mais contribuíram para o incremento das exportações do agronegócio no período analisado destacam-se açúcar e álcool (42,2%); carnes (28,7%) e café (33,9%).

Além da existência das pressões que afetaram o seu dinamismo – por exemplo, as valorizações e desvalorizações cambiais, o protecionismo dos países desenvolvidos via barreiras tarifárias e não tarifárias, os subsídios europeus e americanos concedidos aos seus próprios produtores, os custos produtivos elevados, os problemas fitossanitários etc – chama a atenção a falsa dicotomia imposta pelos meios acadêmicos, jornalísticos e movimentos sociais, entre a defesa do

agronegócio e a defesa da indústria. Essa polêmica surge em função de o governo brasileiro ter implantado uma política econômica que beneficia os setores ligados à exportação de bens agrícolas, visando a aliviar o serviço da dívida externa, os déficits internos e o de financiar as importações para controlar os preços internos.

Entretanto, a grande produção agrícola é, na atual conjuntura, a porta-bandeira do progresso, pois: abre novos mercados para os produtos brasileiros, abastece o mercado interno, alivia a ociosidade do Departamento I da economia, financia novas atividades, reduz a superprodução rural e urbana etc.

Desnacionalização da grande produção na década de 1990

Um dos aspectos centrais desta discussão refere-se ao controle patrimonial e à concentração do capital no agronegócio brasileiro. A crise econômica provocada pela política econômica do governo FHC levou à desnacionalização de parcela significativa da produção agrícola nacional e à centralização de significativas parcelas tanto da produção agrícola quanto de insumos nas mãos de poucos conglomerados internacionais.

Setores inteiros da produção de fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes e industrialização de alimentos foram desnacionalizados, ampliando-se inclusive a importação de diversos destes elementos. Os grupos Bunge e Cargill, por exemplo, controlam a maior parte da exportação brasileira de soja, bem como a maior parte da produção de sementes e fertilizantes, detendo o controle acionário da ex-estatal Fósferil, privatizada por Collor. Esta empresa dominava, juntamente com a Serrana – empresa brasileira vendida para a Bunge em 1996 –, 76% da capacidade de produção de fósforo (minério básico para a fabricação dos fertilizantes NPK). Hoje, apenas 13% do capital desta empresa pertencem à brasileira Fertibrás, e o restante à Bunge e Cargill. No período em questão, a Bunge adquiriu cinco empresas brasileiras de produção de fertilizantes (Serrana, IAP, Elekeiroz, Takenaka e Manah); a Cargill duas (Solorrigo e Ferti-za); e a holandesa Norski Hidro a Manah (1). Além do controle sobre a produção de fertilizantes, Cargill e Bunge são os dois maiores exportadores de soja do

Brasil (o terceiro é o grupo norte-americano ADM).

O corte de recursos de pesquisa na Embrapa levou a que esta aceitasse contratos com estes grupos em troca do financiamento de pesquisas, ampliando sobremaneira a influência destes na agricultura nacional. Assim, a Monsanto detém algo em torno de 90% do mercado de sementes de soja no Brasil (18% próprios e 70% da parceria com a Embrapa).

O mesmo quadro de desnacionalização apresentou-se na indústria de alimentos, na agroindústria processadora e na produção de sementes. Torna-se claro que esta situação põe em risco a soberania nacional ao transpor parte significativa da produção e comercialização de alimentos a conglomerados internacionais que não podem ser completamente confiáveis, como o exemplo da quase falência recente da Parmalat. Esta deixou em sérias dificuldades milhares de produtores de leite e cooperativas agrícolas das regiões sul e sudeste, levando o BNDES a intervir para não ocorrer problemas de abastecimento para a população.

Há paralelos na história recente da utilização do alimento como arma, como no caso do golpe contra Salvador Allende. O estudo de Burbach e Flynn (1982) demonstra que os EUA eram grandes exportadores de alimentos ao Chile e que estes provocaram desabastecimento alimentar para desestabilizar e desacreditar o governo de Allende perante a população. Entre as empresas que participaram do boicote estava a Cargill.

O pacto pelo desenvolvimento e geração de renda

Na atual conjuntura faz-se necessário um novo pacto de poder em substituição à aliança entre o capital financeiro internacionalizado e o latifúndio decadente. Como aponta Ignácio Rangel (2005), este novo pacto de poder há de combinar os setores progressistas do capital industrial e da agricultura (da mesma classe nas condições atuais) com os trabalhadores e seus representantes, partidos desenvolvimentistas e movimentos sociais organizados interessados no desenvolvimento do país.

Essa aliança será capaz de reestruturar o serviço de intermediação financeira, “*habilitando-o a suprir recursos para investimentos nos serviços de utilidade pública*”

(RANGEL, 2005: 125). Ainda segundo Rangel (2005: 125), “*empreendida essa reforma de base; todos os setores da economia nacional entrarão em movimento, de tal maneira que aumentarão simultaneamente, o investimento e o consumo; elevar-se-á a demanda global, enquanto a moeda tenderá para a estabilização*”. Portanto, essa aliança interessa ao agronegócio, ao capital industrial ocioso, à classe trabalhadora desempregada e empregada e aos próprios movimentos sociais, como o MST.

O mercado interno – entregue aos sabores do mercado desde os governos de Collor e de FHC – precisa ser retomado. É isto exige o reconhecimento da existência de um problema sério de renda e conseqüentemente de uma insuficiência crônica de de-

manda, como aponta Rangel. Estas são as principais causas das pressões inflacionárias e do fraco desenvolvimento dos setores produtivos voltados ao mercado interno, originando, conseqüentemente, os subinvestimentos em infra-estruturas que enfrentamos atualmente e aumento da dependência quanto ao capital externo.

Carlos José Espíndola é professor doutor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geociências do CFH-UFSC e Marlon Medeiros é doutorando, mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP e professor do curso de Geografia da UNIOESTE (campus Francisco Beltrão).

Nota

(1) Estes dados foram retirados do estudo de Benetti (2004), que contém informações detalhadas sobre centenas de processos de fusões e aquisições de empresas nacionais dos setores de alimentos e insumos agrícolas e sobre as conseqüências destes para a economia nacional.

Referências:

- BENETTI, Maria Domingues. *Globalização e Desnacionalização no Agronegócio Brasileiro no Pós-1990*. Documentos FEE, n. 61. Porto Alegre: FEE, 2004. (Disponível em www.fee.rs.gov.br).
- BROIETTI, Marcos Henrique. *Os bóias-frias no Paraná: entre a aparência e a essência*. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Cultural, 1985.
- BURBACH, Roger, FLYNN, Patrícia. *Agroindústria nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas, Editora da Unicamp/Ícone, 1985.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. *As agroindústrias de carne do sul do Brasil*. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH-USP, São Paulo.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. “O Capitalismo na Agricultura (O Livro de Kautsky e o Artigo do Senhor Bulgakov)”. In: GRAZIANO DA SILVA, José, STOLKE, Verena. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril.
- Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982.
- MAMIGONIAN, Armen. *Teorias sobre a Industrialização Brasileira*. Florianópolis: UFSC, 2000.
- MARX, Karl. “O Método da Economia Política”. In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- O capital: crítica da economia política*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989.
- MEDEIROS, Marlon Clovis. *Formação, Evolução e Dinâmica do Complexo Agroindustrial do Arroz de Santa Catarina*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP, Presidente Prudente, São Paulo.
- RANGEL, Ignácio. *A Inflação Brasileira*. São Paulo: Bial, 1963.
- “A História da Dualidade Brasileira”. In: *Revista de Economia Política*, vol. 1, n. 4, out/dez, 1981.
- Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil*. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2000.
- Rio de Janeiro: Bial/IR, 1999.



Trabalho, soberania e desenvolvimento nacional

JOÃO BATISTA LEMOS E UMBERTO MARTINS

Um novo projeto de desenvolvimento deve agregar amplos setores e forças sociais. Os trabalhadores podem ser a força-motriz desse processo

Cresce na sociedade brasileira o debate sobre um novo projeto nacional de desenvolvimento, alternativo ao neoliberalismo e capaz de promover um crescimento econômico mais vigoroso, sustentado ao longo do tempo e sustentável para o meio ambiente. É uma questão complexa e polêmica que compreende vários aspectos e inspira a luta de idéias inclusive no seio dos movimentos sociais. Este artigo sugere que deve-

mos procurar desenvolver uma compreensão e uma consciência marxista do tema, o que significa abordá-lo sob uma ótica classista orientada pelos interesses da classe trabalhadora, resumidos na bandeira do desenvolvimento nacional com soberania e valorização do trabalho.

É uma falácia supor que as questões relativas ao desenvolvimento são estritamente técnicas, existindo à margem das classes sociais e da luta de classes. As divergências de opinião sobre o assunto no mais das vezes refletem interesses conflitantes das dife-



rentes classes e agrupamentos sociais que integram nossa sociedade. Isto fica mais claro quando nos deparamos com demandas como redução da jornada sem redução de salários e valorização do salário mínimo. Que impactos terão medidas do gênero sobre a economia e o desenvolvimento nacional? Capital e trabalho certamente apresentarão respostas diferentes para tal pergunta, pois a contradição dos interesses em jogo inspira pontos de vista distintos e é fonte de irremediáveis divergências.

Quando o pensamento tem por objeto a econo-

mia ou a política não raro, após um exame criterioso, as idéias se revelam fiéis escravas dos interesses de classe, aos quais até mesmo a ciência costuma bater continência. Não sem razão os céticos enxergam nas políticas econômicas neoliberais a extensão dos interesses da oligarquia financeira. Por seu turno, a teoria marxista, essencialmente crítica em relação ao modo de produção capitalista, não oculta seu compromisso com os interesses imediatos e futuros da classe trabalhadora, caracterizando-se, portanto, como uma teoria classista.

Trabalho e produção

Do ponto de vista do marxismo e da economia política clássica, o trabalho é a principal força-motriz do desenvolvimento econômico, a força que cria (ou agrega) novo valor à produção. É, por consequência, a fonte original de toda riqueza social e o conteúdo das diferentes formas pelas quais a renda nacional pode ser apropriada por empresas, governos ou indivíduos (lucros, dividendos, aluguéis, juros, impostos, salários, aposentadorias). É exclusivamente no processo de trabalho que ocorre a valorização real do capital. Por tudo isto, é justo atribuir ao trabalho um papel central na economia moderna, assim como à classe trabalhadora uma grande relevância política.

Entretanto, a centralidade do trabalho está hoje em xeque. A relevância dos trabalhadores nas lutas políticas é contestada pelo pensamento dominante e negada ou negligenciada pelo senso comum. Prevalece, na consciência da maioria, a idéia segundo a qual a "sociedade do trabalho" acabou e só resta aos seus representantes a perspectiva de decadência e depreciação. Para coroar tal raciocínio, as forças do trabalho vêm sendo submetidas a uma brutal ofensiva do capitalismo, através das iniciativas econômicas, políticas e ideológicas configuradas no chamado neoliberalismo.

O neoliberalismo fez da depreciação do trabalho uma profissão de fé. Segundo seus ideólogos, para obter um crescimento mais robusto das economias e combater o desemprego é indispensável flexibilizar e abolir direitos sociais, desvalorizar a mão-de-obra, facilitar as demissões imotivadas e dismantelar as redes públicas de proteção social. No final das contas, trata-se de aumentar o grau de exploração da classe trabalhadora. Além disto, segundo a cartilha neoliberal, as nações devem promover o "Estado mínimo", as privatizações, a liberalização do comércio exterior e dos fluxos de capitais.

Neoliberalismo e desenvolvimento

À medida que consegue hegemonia ideológica e política pelo mundo, o projeto neoliberal vem atropelando conquistas históricas do proletariado e impondo o retrocesso das relações sociais. Mas um balanço honesto e realista dos fatos históricos revela que a

depreciação do trabalho não favoreceu o desenvolvimento das forças produtivas. Contribuiu, pelo contrário, para o declínio das taxas de crescimento e o aumento assustador dos níveis de desemprego, além de agravar a dependência e espoliação das nações mais pobres pelo capital financeiro internacional. Este tem sido o caso, em geral, na América Latina e também no Brasil, onde o neoliberalismo tornou-se dominante a partir dos anos 1990.

A depreciação da força de trabalho é entre nós um fato insofismável, bem conhecido pelo movimento sindical e que transparece claramente nas estatísticas sobre a evolução da distribuição da renda nacional entre capital e trabalho ao longo dos últimos anos; no desemprego massivo, adquiriu um caráter crônico (não se restringindo às fases depressivas do ciclo produtivo); na desregulamentação, flexibilização e precarização crescente do mercado de trabalho nacional. A participação da renda dos trabalhadores no PIB, incluindo informais e autônomos, caiu de 52,3% em 1990 para 40,7% em 2002, segundo dados do Ministério do Trabalho; a taxa de desemprego praticamente triplicou no mesmo período; 48% dos empregados ganham até 2 salários mínimos e mais de 50% não têm carteira assinada.

O arrocho não favoreceu o crescimento do PIB, mas deprimiu a capacidade de consumo das famílias brasileiras; associado às políticas de ajuste externo ditadas pelo FMI, provocou sensível redução das dimensões do mercado interno. Uma vez que a produção encontra o seu limite na capacidade de consumo social, a depressão do mercado interno vem se revelando um sério obstáculo ao crescimento econômico, pois sujeita as empresas que produzem predominantemente para o consumo doméstico a crises recorrentes de superprodução relativa.

Classes sociais e nação

É notória no Brasil e em outros países ditos emergentes a centralidade política da questão nacional. Qualquer projeto de nação deve contemplar, prioritariamente, a garantia de soberania econômica e política. Em nosso caso, isto exige uma estratégia de integração solidária e soberana dos países latino-americanos, em contraposição à Alca proposta pelos EUA. Supõe igualmente o estabele-

cimento de uma agenda comum dos movimentos sociais, bem como lutas e reivindicações unitárias da classe trabalhadora.

Não devemos interpor uma Muralha da China entre a chamada questão nacional e a luta dos trabalhadores. No Brasil, durante os anos 1990, a ideologia e a política neoliberal angariaram um amplo consenso e apoio da burguesia e das classes dominantes brasileiras. As elites capitalistas abriram caminho à política neoliberal, à abertura indiscriminada da economia, à liberalização do movimento de capitais estrangeiros, aos acordos com o FMI. Além disto, sempre manifestaram total concordância e indisfarçável satisfação com agendas de redução dos direitos sociais, depreciação dos salários ou flexibilização e precarização dos contratos trabalhistas.

Diante da necessidade de propor um novo projeto nacional de desenvolvimento e por ele lutar, cabe indagar: qual o papel das classes sociais neste novo projeto? Não parece que a grande burguesia brasileira tenha credibilidade, moral e disposição para encabeçar a luta por um modelo econômico alternativo ao neoliberal. Já os interesses da classe trabalhadora parecem mais sintonizados com o progresso e uma vez contemplados tendem a promover desenvolvimento. A valorização do trabalho é o caminho para a ampliação do mercado interno e a concretização de um projeto nacional de desenvolvimento com soberania.

Isto significa que a classe trabalhadora pode ser a força-motriz, protagonista, do novo projeto de desenvolvimento, desde que não procure marchar sozinha. Um novo projeto de desenvolvimento deve agregar amplos setores e forças sociais, abrindo caminho a uma ampla união nacional pela mudança do modelo econômico, pela soberania, pelo emprego e pelo desenvolvimento. Setores do empresariado brasileiro podem desempenhar papel relevante nesta batalha, mas caberá à classe trabalhadora o papel principal, pois é a única que tem interesses concretos em conduzir uma luta vigorosa e conseqüente contra o neoliberalismo e por um projeto nacional de desenvolvimento com soberania e valorização do trabalho.

O imperativo do crescimento

Avaliada sob o critério do desenvolvimento nacional, a orientação neoliberal fracassou deixou a

renda *per capita* praticamente estagnada, resultou num crescimento rizível do PIB, elevou o nível de desemprego. Frente a tais resultados, forma-se no Brasil, como em outros países da América Latina, um amplo consenso de ser necessário mudar, de forma a criar as condições para viabilizar taxas de crescimento mais elevadas, de pelo menos 5% ao ano. Ganha força na região a luta antiimperialista por um novo rumo político, que pressupõe um projeto de desenvolvimento nacional diferente, alternativo.

Em oposição ao neoliberalismo, que continua perseguindo a depreciação do trabalho, a elaboração deste novo projeto, afinado com os interesses nacionais e populares, deve perceber na valorização do trabalho uma fonte (em vez de um obstáculo) para o desenvolvimento nacional. Numa ótica guiada pelos interesses da classe trabalhadora, será preciso defender a recuperação e o fortalecimento do mercado interno como fundamentos indeclináveis de um modelo econômico desenvolvimentista. Isto exige a reversão da lógica imposta pelo neoliberalismo.

Trata-se de reverter a trajetória de declínio da participação da renda do trabalho no PIB e implementar uma distribuição mais justa da produção nacional. Em tais condições, as bandeiras do trabalho não devem ser mais defendidas e entendidas apenas como bandeiras sindicais, meramente corporativas ou economicistas. São a um só tempo bandeiras do trabalho e bandeiras de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Ao compreender isto o movimento sindical, a começar pelo sindicalismo classista, dará um passo a mais no sentido de elevar o nível de sua intervenção política e contribuir de forma mais efetiva para a classe trabalhadora de fato poder exercer a missão que a história lhe confia de protagonista e vanguarda das lutas e da transformação sociais.

Analisamos a seguir as relações entre algumas bandeiras da classe trabalhadora (pleno emprego, redução da jornada e educação) e o desenvolvimento nacional.

Identidade entre emprego e produção

Um combate sistemático ao desemprego – visando à sua reversão através de um aumento substancial da oferta de emprego – é o ponto de partida para a valorização do trabalho. O desemprego em massa,

grande flagelo dos povos na atualidade, cria uma pressão objetiva irresistível a favor da depreciação dos salários e das conquistas proletárias; desmoraliza e desmobiliza as organizações sindicais; abre caminho à desregulamentação das relações de trabalho; acirra a concorrência entre os trabalhadores e dificulta sua unidade. Assim sendo, não podemos imaginar valorização do trabalho sem primeiro equacionar o problema do emprego.

Cabe aqui ressaltar que a desocupação é uma fonte de prejuízos para a economia nacional, pois em si já traduz e representa enorme ociosidade e desperdício de forças produtivas. Ao investigarmos melhor o tema veremos existir uma identidade dialética entre emprego e produção. Um trabalhador empregado (no processo de produção capitalista) gerará renda, agregando valor à produção e, deste modo, dará sua cota de contribuição para o crescimento da economia nacional e também do consumo popular, à medida que recebe e gasta uma remuneração pelo trabalho que executa. Logo, emprego e produção constituem uma unidade indissociável. Cada novo emprego criado no setor produtivo significa a adição de uma nova fração de valor ao PIB.

Quanto maior o número de pessoas ocupadas no processo produtivo, sob dada jornada e produtividade do trabalho, maior será o volume e o valor da produção, conforme sugere, por sinal, a famosa lei do valor-trabalho descoberta pelo fundador da economia política, o inglês Adam Smith. Quanto maior a taxa de ocupação da população economicamente ativa maior será o PIB e o crescimento relativo de uma nação.

Em contrapartida, um trabalhador desempregado, condenado à ociosidade, é por definição um ser improdutivo, embora não deseje tal condição. Como também não recebe nenhuma remuneração ao ficar parado, em tese, ele nada acrescenta ao consumo social, contribuindo para o emagrecimento do mercado interno. Em função de sua dimensão social, massiva, o desemprego moderno provoca prejuízos de toda ordem, onera o orçamento público (com seguro desemprego e outras verbas assistencialistas que numa situação de pleno emprego poderiam ser investidas de forma mais produtiva), estimula a criminalidade, deprime as contribuições previdenciárias e fomenta a instabilidade social.

Por isto, a bandeira do pleno emprego deve ser considerada uma bandeira desenvolvimentista. Bata-lhar pelo pleno emprego significa lutar pela utilização plena das forças produtivas nacionais, pelo crescimento mais vigoroso da economia, pelo fortalecimento do mercado interno. Todavia, não convém esperar que a solução para o problema do desemprego surja espontaneamente como resultado da livre movimentação das forças de mercado. Já nos anos 30 do século passado a suposição liberal de que o mercado de trabalho move-se automaticamente para um ponto de equilíbrio (entre oferta e demanda) era criticada e desmoralizada na prática e na teoria (por Keynes); agora retorna à baila, com nova roupagem e a idéia aparentemente inocente de que para aumentar o nível de emprego é necessário acabar com os obstáculos à liberdade de mercado, que seriam criados pelos sindicatos, o Estado e, em especial, a legislação trabalhista. Esta concepção é tão falsa hoje como no passado. O desemprego não é causado pela legislação ou pelos sindicatos, decorre antes das leis objetivas do desenvolvimento capitalista. A intervenção do Estado na regulação dos mercados, compreendendo a mudança da política econômica de viés neoliberal e a promoção de políticas públicas de pleno emprego, é indispensável.

Jornada e mercado de trabalho

Também cabe assinalar que o crescimento da economia por si só não soluciona o problema do desemprego massivo, mesmo porque a relação entre investimento e emprego é decrescente ao longo do tempo em função do fenômeno que, há mais de um século, Karl Marx identificou como alta da composição orgânica do capital, impulsionada pelo avanço da produtividade social do trabalho. Isto reforça a necessidade de também reduzir a jornada de trabalho.

Segundo estimativas dos economistas do Dieese, uma redução de quatro horas na semana de trabalho pode gerar mais de 2 milhões de novos postos de trabalho no Brasil, desde que seja acompanhada pela limitação de horas-extras e abolição do banco de horas. A medida implica automaticamente uma substancial elevação do consumo doméstico e fortalecimento do mercado interno, favorecendo por esta via o crescimento da economia.

A experiência histórica indica também que a repercussão da redução da jornada sobre a produtividade social do trabalho é francamente positiva. Conforme Marx já ressaltava n' *O capital* (livro I, capítulo XI-II), "o primeiro efeito da jornada de trabalho diminuída decorre dessa lei evidente: a capacidade de operar da força de trabalho está na razão inversa do tempo em que opera. Por isso, dentro de certos limites, o que se perde em duração ganha-se em eficácia". É justo supor que em médio e longo prazo a redução da jornada favorecerá o avanço da produtividade e, por extensão, da competitividade das empresas nacionais.

A bandeira da redução da jornada sem redução de salários revela-se, assim, uma bandeira desenvolvimentista, um instrumento poderoso no combate ao desemprego, que fortalecerá o mercado interno com o aumento da massa salarial e tende a elevar a produtividade do trabalho e a competitividade nacional. Há outra virtude a destacar: é uma luta que unifica, ao invés de dividir, o movimento sindical. No Brasil, as seis principais centrais sindicais estão juntas na campanha nacional pela redução da jornada sem redução de salários.

Educação e desenvolvimento

A transformação da ciência numa força produtiva direta vem conferindo à educação um papel estratégico na produção e no desenvolvimento desigual das economias nacionais. O avanço da produtividade social do trabalho e da competitividade relativa dos países, assim como a maior agregação de valor nas cadeias produtivas, dependem cada vez mais do grau médio de escolaridade da classe trabalhadora, do número de universitários e dos investimentos em pesquisa e tecnologia.

Podemos inferir a lógica deste processo através da própria teoria do valor-trabalho. Sabemos, pelo menos desde Adam Smith, da existência de dois tipos distintos de trabalho, o trabalho mais complexo ou qualificado e o trabalho simples, sem maior qualificação. Ambos agregam valor às mercadorias durante o processo de produção, mas não na mesma proporção: uma hora de trabalho complexo cria mais valor que uma hora de trabalho simples. Isto transparece nos preços praticados no comércio exterior, consti-

tuindo a base do que alguns economistas (críticos do capitalismo) classificam de troca desigual. Esta se verifica, por exemplo, no intercâmbio de mercadorias entre os produtores de matérias-primas e os fabricantes de produtos mais elaborados, intensos em ciência e tecnologia, cujos preços são significativamente superiores.

Na época de Smith e, mesmo mais tarde durante a vida de Karl Marx, a diferença entre trabalho simples e trabalho complexo não tinha maior peso na economia e podia ser negligenciada na análise do processo produtivo. Hoje já não se pode dizer o mesmo. A generalização do ensino e os avanços acumulados na aplicação da ciência e das tecnologias à produção alteraram a realidade. O sistema imperialista também cuidou de transformar a divergência entre trabalho complexo e trabalho simples em fundamento da divisão internacional de trabalho entre os países situados no centro e na periferia do sistema, atribuindo aos primeiros o monopólio do trabalho complexo (especialmente no campo das pesquisas e alta tecnologia), ao mesmo tempo procurando condenar as nações da periferia ao trabalho operário mais simples e à produção de commodities.

Por essas razões, a educação da classe trabalhadora tornou-se uma questão estratégica para o desenvolvimento nacional e a inserção soberana do Brasil, como de qualquer outro país, na economia mundial. Enquanto não lograrmos melhorar a educação do nosso povo (e ampliarmos os investimentos em ciência e tecnologia) estaremos condenados ao subdesenvolvimento, ao trabalho de baixo valor (agregado), ao intercâmbio desigual e à exploração neocolonial por parte das potências imperialistas.

Cabe ao movimento sindical brasileiro transformar em bandeira de luta o objetivo de elevar o grau de escolaridade da classe trabalhadora brasileira e erradicar o analfabetismo. Neste sentido, a Corrente Sindical Classista (CSC) propõe destacar uma parte da jornada de trabalho (remunerada), cinco ou seis horas semanais, para a educação, estabelecendo-se metas de erradicação do analfabetismo e gradual elevação do nível de escolaridade.

João Batista Lemos é coordenador da Corrente Sindical Classista; Umberto Martins é jornalista.

A conjuntura internacional em breves traços

JOSÉ REINALDO CARVALHO

Há três anos do desencadeamento das guerras “preventivas” do Afeganistão e do Iraque o mundo está mais inseguro e o imperialismo mais ameaçador

No transcurso do terceiro aniversário da agressão norte-americana ao Iraque o mundo se encontra à beira de nova crise política e nova guerra norte-americana. Manifestam-se concentradamente, sobretudo no Oriente Médio e na América Latina, lancinantes contradições econômicas, políticas e sociais. Exibe-se com nitidez e cores fortes um quadro de degradação e crise, em tudo distinto da rósea realidade vista pelas lentes da social-democracia reformista. Esta continua sonhando com a estabilidade, resultante de uma suposta capacidade de regeneração da hegemonia norte-americana e contando com o surgimento de novos equilíbrios, uma espécie de “multilateralismo assertivo” que mitigaria os efeitos devastadores para a ordem mundial emanados do unilateralismo de Bush e de sua políti-

ca de guerras preventivas. São hipóteses irrealizáveis, ilusões de intelectuais desligados da realidade, em alguns casos; em outros, propaganda interessada a serviço do imperialismo, uma nova espécie de cavalo de tróia ideológico nas fileiras da esquerda.

Coube ao próprio governo de Bush repor os termos da questão, na teoria e na prática. Os dias anteriores ao terceiro aniversário da guerra de ocupação foram de horror para a população da cidade iraquiana de Samarra – com o que as forças de ocupação pretenderam demonstrar capacidade de controlar a situação e avançar no seu objetivo de manter o Iraque sob domínio. Perpetraram novos crimes de lesa-humanidade, como já tinham feito quando do genocídio de Falluja e dos inúmeros bombardeios realizados, sob os quais foram massacradas populações civis iraquianas. Um dia elas serão julgadas e condenadas como os maiores terroristas, sem registro semelhante na história.

Durante aqueles dias foi lançado em Washington o documento "Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos". Trata-se de uma atualização, rigorosamente uma reiteração, da mesma estratégia já lançada em 2002, poucos meses antes do desencadeamento da agressão ao Iraque – a qual infatigavelmente os comunistas e revolucionários têm denunciado como uma estratégia de domínio do mundo através de guerras genocidas que põem em risco a democracia, a independência nacional dos povos, a segurança, a paz e a própria sobrevivência da humanidade. O documento lançado agora em março de 2006 reitera que a missão do governo de Bush é "derrotar o terrorismo e as tiranias", através da "guerra infinita" e das "guerras preventivas". O documento começa com a afirmação de que "A América está em guerra. Esta é a estratégia de segurança nacional em tempos de guerra, exigida pelos graves desafios que enfrentamos" – numa clara demonstração da opção militarista e belicista feita pelo imperialismo estadunidense. Não é uma figura de linguagem, nem uma deriva sectária, ou um nonsense dogmático, a assertiva de que as relações internacionais e a diplomacia modernas, inauguradas com a ordem da Paz de Westphália no século 17, tiveram seu ocaso na era Bush. O dobre de finados das Nações Unidas soou quando o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos caracterizou-as, dedo em riste, como organização "irrelevante", pois "faltava às suas responsabilidades" ao não autorizar o ataque ao Iraque. O epílogo foi o convescote dos Açores, contando com a cumplicidade do governo direitista que então governava Portugal. A partir de então, ficou de todo evidente o caráter farsesco da chamada Pax Americana e a ilusão de multilateralismo como método para manter o equilíbrio mundial na época da globalização.

O imperialismo norte-americano se tornou uma formidável máquina de guerra. O orçamento militar da superpotência beira os 500 bilhões de dólares. Suas tropas e bases militares estão espalhadas em todos os pontos do Globo. São mais de meio milhão de soldados, técnicos e instrutores estadunidenses fora das fronteiras nacionais em 725 bases e missões militares oficialmente reconhecidas em 38 países. Normalmente, quando se trata de fazer essa máquina entrar em ação, vêm à tona as teorizações sobre guerra humanitária, luta antiterrorista, remoção de tiranias, multilateralismo assertivo etc. Mas o que conta para todos os efeitos práticos, é o uso da força.

É tosca ilusão, ou novamente propaganda interessada, a crença de que é possível construir uma ordem global baseada em regras transparentes, em cooperação global, em governança progressista, em organismos multilaterais atuantes e eficazes, em instituições jurídicas sólidas e aplicáveis, em mecanismos políticos e econômicos auto-reguláveis. É um mundo que não existe e não existirá, a não ser com a ruptura revolucionária do ordenamento atual. Outra coisa é a emergência objetiva de novos pólos econômicos e políticos nacionais e regionais seja no campo oposto ao imperialismo, seja no quadro de contradições interimperialistas. A existência desses pólos não significa a manifestação do multilateralismo, antes indica a criação de novos cenários de conflitos e desequilíbrios internacionais. Porque é inevitável o entrelaço de interesses derivado da formação de pólos opostos.

O lançamento da nova estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos demonstra que três anos depois da ocupação iraquiana, o mundo não é mais seguro, porquanto estamos no prelúdio de nova crise mundial. "Não enfrentamos maior desafio que o Irã, país que patrocina o terrorismo, ameaça Israel, a paz no Oriente Médio e provoca a ruptura do processo democrático no Iraque", diz o documento da Casa Branca. Neste momento Washington prepara o ambiente para primeiro isolar e em seguida atacar o Irã. Invoca a "ameaça nuclear" supostamente proveniente daquele país, forceja a aprovação de resolução antiiraniana no Conselho de Segurança da ONU, mobiliza aliados e vincula a administração da crise iraquiana ao objetivo de atacar o Irã. Outros acontecimentos da política internacional também protagonizados pelos Estados Unidos descascaram a hipocrisia do discurso sobre a ameaça nuclear, como o acordo recentemente assinado com o governo indiano, no quadro da realização de esforços para conquistar aliados estratégicos, tendo em vista os objetivos permanentes na Ásia. A preparação do ambiente para agredir o Irã tem como pano de fundo aquele que é o aspecto central da política externa do segundo mandato de Bush, proclamado quando da convenção eleitoral do Partido Republicano e na posse presidencial: o plano de reestruturação do Oriente Médio, com claro sentido neocolonialista. Washington necessita de governos totalmente submissos ou da intervenção direta na região. Isso explica também as ameaças à Síria,

o apoio incondicional a Israel e a sabotagem à nova equipe à frente da Autoridade Nacional Palestina. O segundo governo Bush nada acrescenta de novo. Reitera uma retórica e um comportamento prenhes de perigos para os países e povos da região do Oriente Médio, alimentando um clima de guerra.

Nenhum desses fatos era imprevisível. Tais planos já estavam esboçados anteriormente e em seu escopo se compreendiam as guerras preventivas contra o Afeganistão e o Iraque, a “guerra ao terrorismo” e outras demarches da Administração Bush. O documento recentemente lançado volta a dizer que “vencer a guerra contra o terrorismo implica vencer as batalhas do Afeganistão e do Iraque”. Os atuais episódios envolvendo o Irã e outras ameaças de intervenção demonstram a existência de uma escalada e de uma persistente política de guerra.

O que há de novo e de imprevisível, pelo menos para os estrategistas da Casa Branca, é que tais planos estão fracassando. A Administração Bush entrará para a história não só como a mais agressiva, mas também como a maior colecionadora de derrotas. Ela vendeu a idéia de que seria pequeno o custo da guerra ao Iraque em face dos fins visados: a derrubada de um tirano e a eliminação das armas de destruição maciça. Suas tropas seriam recebidas como libertadoras do país e salvadoras da humanidade. Cabe ao povo estadunidense cobrar no momento oportuno. Três anos depois de deflagrada a guerra iraquiana de Bush, sua derrota é um fato consumado. Instalou-se no país uma multifacética resistência armada, uma prolongada guerra das forças nacionais e populares, que vão infligindo derrota após derrota ao exército invasor. Os meios de comunicação a serviço do invasor difundem a idéia de que se defrontam contra grupos terroristas e religiosos, inimigos do Ocidente. Hoje já não há como encobrir que é o povo, através de uma miríade de organizações políticas e militares, que está a mover uma encarniçada resistência e a derrotar os planos norte-americanos. O Iraque, tal como a Palestina já o havia feito, está demonstrando que não há futuro para uma política neocolonialista através de ocupação militar. O século XX, com sua experiência de revoluções e lutas de libertação, deixou esse grande legado para os povos: a consciência de que é imperativo defender a causa nacional. É a percepção disso que leva setores da própria direita norte-americana a

exigir que se acabe de imediato a “loucura do Iraque”.

Ao fracasso no Iraque soma-se o malogro dos planos do governo Bush para a questão palestina. O “Mapa do Caminho”, que já houvera sido borrado pela intransigência israelense e a persistência dos sionistas numa política repressiva e expansionista, malogrou por completo, como malogrará qualquer plano de paz que não leve em consideração como questão fundamental a devolução dos territórios ocupados e a criação de um Estado palestino independente.

A Estratégia de Segurança Nacional lançada pela Casa Branca em março último insiste no conceito de “países-bandidos”, no alvo da ação agressiva norte-americana. Além dos já referidos Irã e Síria, o governo norte-americano volta suas baterias para a Coreia do Norte, “que segue desafiando a região e a comunidade internacional”, o Zimbábue, a Bielorrússia e Mianmar, onde promete depor os “governos despóticos”; e faz referências desairosas à Rússia e à China, acusando a grande nação socialista asiática de praticar a “economia fechada”, “violar os direitos humanos” e “desenvolver” programas militares sem transparência.

A América Latina está na alça de mira da ofensiva norte-americana. Particularmente em relação a Cuba socialista e à Venezuela revolucionária e bolivariana a retórica e os gestos do governo Bush são ameaçadores. Sobre Cuba, conforme o documento, “um ditador continua a oprimir seu povo”, num indisfarçável recalque ao constatar que mais de 40 anos de bloqueio e tantas tentativas de desestabilização e magnicídio não foram capazes de prostrar a Revolução, que revela inabalável saúde política e ideológica e capacidade de contornar as dificuldades econômicas.

A Venezuela constitui hoje uma preocupação especial da Casa Branca: “Um demagogo cheio de dinheiro do petróleo ameaça a instabilidade regional”. Poucas semanas antes a srta. Condoleezza Rice exortou os países da região a atuarem contra a Venezuela e fez declarações risíveis negando o caráter democrático das eleições venezuelanas, sucessivamente realizadas e que resultaram em incontestes vitórias de Chávez e das forças políticas da Revolução Bolivariana.

O quadro político em desenvolvimento na América Latina é um sinal eloqüente das derrotas do imperialismo norte-americano. Além da consolidação da revolução Cubana e do triunfo da Revolução Bolivariana, têm se constituído como aspecto progressivo

e de promissores resultados políticos as vitórias eleitorais de forças democráticas, patrióticas e populares em diversos países do continente, cujo mais destacado exemplo recente foi a conquista do governo pelo líder indígena boliviano Evo Morales. Não se pode nem se deve fazer uma leitura unívoca dos processos políticos em curso na América Latina, pois pesam bastante as peculiaridades nacionais – muito diversas entre realidades tão díspares como a venezuelana, a brasileira, a boliviana, a argentina, a uruguaia etc. Mas não cabem dúvidas de que o sentido geral do que está acontecendo na região é progressista e tem caráter antiimperialista. Portanto, é grosseiro equívoco contrapor esses processos e supostamente apoiar um e condenar outro. Qualquer vitória da direita no continente, mormente se ocorrer num país da importância do Brasil, terá sério efeito negativo sobre o conjunto do movimento antiimperialista no continente. Percebendo o fenômeno com acuidade, o presidente Chávez fez importante reflexão perante os movimentos sociais reunidos em Caracas durante o FSM policêntrico realizado em janeiro último, sobre o caráter progressista dos movimentos em curso não somente na Venezuela, mas também no Brasil de Lula, no Uruguai de Tabaré Vázquez, na Argentina de Kirchner, entre outros, ainda que sejam notórias as limitações objetivas e subjetivas desses processos.

É significativo e tem extraordinário sentido histórico que o imperialismo estadunidense seja contestado de modo tão contundente na região que sempre considerou como seu quintal e que foi apresentada nos tão recentes anos 90 do século 20 como símbolo de um “novo renascimento”, na expressão de um dos mais pró-americanos e entreguistas estadistas daquele tempo, o ex-presidente brasileiro FHC. Como é significativo também o plano mega-neocolonialista da Alca ter sido até aqui derrotado, mercê da luta dos povos, da resistência antineoliberal dos movimentos sociais, da firmeza da Venezuela chavista, que disse não à Alca desde o primeiro momento, e da habilidade da diplomacia política e comercial do governo Lula, que desmontou com maestria uma das mais perversas heranças que recebeu – as negociações da Alca. Por isso, a “cumbre dos povos” de Mar Del Plata, que se caracterizou como o “enterro da Alca” entra para a história como um grande acontecimento, ao assinalar uma contundente derrota dos planos norte-americanos. É

ao mesmo tempo uma importante experiência da qual é possível extrair lições. Se os povos logram a mesma vitória sobre as disposições neoliberais da OMC cristalizadas nas propostas dos grandes potentados econômicos na chamada Rodada Doha, a globalização neoliberal será atingida naquilo que tem de mais caro: o “livre comércio” e a “desregulamentação”.

A evolução dos acontecimentos no Oriente Médio e na América Latina, com as derrotas do imperialismo estadunidense e o crescimento da resistência dos povos, são evidências de que há alternativa e o imperialismo não é invencível. Durante década e meia (os anos 90 e a primeira metade da década em curso), o movimento popular foi doutrinado pelas forças hegemônicas da centro-esquerda com a tese da inexpugnabilidade do imperialismo e do neoliberalismo, devido a seu poder de destruição e ao controle da economia mundial pelo capital financeiro. Difundiu-se o mito da inexistência de alternativa, justificação “taticista” para encobrir uma postura ideológica de adaptação e no fundo de capitulação. Os fatos das últimas semanas na França (que devem merecer análise à parte, no espaço de outro artigo) constituem um exemplo a mais de que existem caminhos possíveis a trilhar para resistir contra – e derrotá-las – as políticas da direita neoliberal.

Há três anos do desencadeamento das guerras “preventivas” do Afeganistão e do Iraque, o mundo, de um lado, está mais inseguro e o imperialismo mais ameaçador. De outro, os povos estão mais experientes e dispostos a lutar. A luta antiimperialista – tônica dos tempos atuais – será uma luta de longo fôlego. Acumulará forças se fizer seu percurso com radicalidade e amplitude, levantando bandeiras capazes de mobilizar as energias criadoras dos povos, como a da paz, contra a guerra imperialista, dos direitos sociais e políticos, contra a ofensiva anti-social e antidemocrática do neoliberalismo, pelo desenvolvimento e a soberania nacional, contra o neocolonialismo e a dominação imperialista.

*José Reinaldo Carvalho é especialista em Política Internacional; autor de *Conflitos Internacionais no Mundo Globalizado e A Luta antiimperialista versus a hegemonia norte-americana*; secretário de Relações Internacionais do PCdoB; e diretor do Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz).*

Entrevista com Benjamin Abdala Junior

“Já decretaram inúmeras vezes o fim do socialismo”

POR JEOSAFÁ FERNANDEZ GONÇALVES

Benjamin Abdala Junior é um ativo intelectual do campo das humanidades, cujo currículo abrange da chefia do Departamento de Letra Clássicas e Vernáculas da USP à Vice-Presidência da Comissão de Cooperação Internacional da USP, passando pela organização de inúmeros congressos nacionais e internacionais. Neles, tem procurado enfatizar a necessidade de associações comunitárias como estratégia geral de resistência à standardização do mundo pela indústria cultural de consumo dos EUA, e de estímulo à diversidade cultural, em cuja florescência considera residir a possibilidade de um mundo geopoliticamente multipolar e socialmente mais justo

Qual sua avaliação de três anos de governo Lula nas áreas de Ciência e Tecnologia e de Educação Superior?

Benjamin – Os dois ministérios não puderam implementar novas políticas em razão das restrições orçamentárias. A situação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em razão da boa administração do CNPq – não obstante essas limitações, a par da transparência na destinação de verbas para a pesquisa –, voltou-se também para o apoio às áreas de ciências humanas e sociais, o que foi um ganho. Já no Ministério da Educação, embora haja grande transparência em suas ações voltadas para o ensino superior, tem havido uma relativa paralisia. Há ca-

rências de toda ordem que se acumulam há mais de uma década, o que torna problemática qualquer solução em curto prazo. Releve-se nestes anos a gestão da Capes, que procura dinamizar o conjunto do sistema educacional brasileiro. Suas ações voltadas para a qualidade do ensino e da pesquisa universitárias são normativas, exteriores. Não há a contrapartida das universidades públicas, hoje em pleno processo de sucateamento.

O MEC exige uma porcentagem mínima de mestres e doutores no quadro docente de instituições de nível superior para que elas tenham seu funcionamento autorizado. No que tange às instituições privadas, como todos sabem, mal a equipe do MEC virou a esquina após sua visita de avaliação dos cursos, mestres e doutores são demitidos em massa. O senhor tem conhecimento de alguma iniciativa governamental para solucionar isso? Muitos doutores hoje omitem sua diplomação para garantir seus empregos: está valendo a pena investir na pós-graduação, particularmente no mestrado e no doutorado?

Benjamin – Esses fatos estão sendo investigados pelo MEC. Não adianta a Capes estabelecer critérios e estes não sejam obedecidos pelo conjunto do sistema educacional brasileiro. Pelo meu entendimento, é importante realizar uma auditoria nas universidades privadas para verificar o cumprimento das disposições oficiais. Ensino universitário sem pesquisa não tem razão de ser. Para o país é fundamental a busca do conhecimento novo, que não vem da mera reprodução do já conhecido, mas de uma práxis que imbrigue docência e pesquisa. Como justificar então ensino superior com professores horistas, restringindo-se apenas ao papel de ministradores de aula, sem tempo para suas investigações científicas? São necessários novos hábitos, criativos e críticos, tanto em relação ao docente-pesquisador quanto aos alunos, igualmente aos pesquisadores – inclusive em termos da preparação de professores para o ensino fundamental e médio. O aluno de hoje não é o de ontem, solicitando novas práticas. Além disso, o ensino precisa ser criativo em todos os níveis, dando condições para o desenvolvimento de inclinações que o aluno deverá

levar para todos os campos, da escola, em seus vários níveis, para a cidadania.

A expansão do ensino superior privado nos últimos anos virou a balança, ao menos numérica, em favor do ensino superior pago. Que impacto isso tem na escolarização do brasileiro e que repercussões tem para a pesquisa?

Benjamin – Há a necessidade de se fazer distinção entre as universidades privadas que são meras empresas de serviços e objetivam apenas à lucratividade de um empreendimento que tem apoio do Estado, e as universidades denominadas comunitárias, religiosas e laicas. Nestas últimas há uma preocupação, menor ou maior, com a capacitação docente e com a pesquisa, o que não ocorre com as primeiras. Acontece, infelizmente, que a maior parte do ensino superior se volta para a simples reprodução do conhecimento. Pior, limita-se a um rito de sala de aula, onde o professor faz de conta que ensina e o aluno tem a ilusão de que aprendeu. O título universitário, por extensão, é também um faz-de-conta. As implicações desse processo são nefastas. Em termos de pesquisa, esse profissional será um mero aplicador acrítico de técnicas que vêm de fora, contribuindo para o poder das grandes corporações que têm suas bases centrais nos Estados imperiais. Em termos de ensino, compare-se com os exemplos de alguns países do Oriente, mesmo numa perspectiva capitalista. Lá o ensino é visto como forma de capitalização nacional (o capital informacional) e procura-se fazer dessa capitalização uma espécie de reversão da assimetria dos fluxos da globalização neoliberal. É de se interrogar em que medida esse processo tem contribuído para a formação do cidadão, mas indiretamente, toda a comunidade e toda a sociedade se engajam nesse processo. Aqui, nem essa ênfase no capital tecnológico existe: não temos efetivamente programas de formação do professor e apoios comunitários, sociais e estatais, capazes de imprimir práticas semelhantes.

A universidade pública tem papel significativo do desenvolvimento tecnológico e este por sua vez tem repercussões na própria soberania nacional. Como fica essa questão diante da chamada glo-

balização, que tende a "hamburgerizar" todo conhecimento?

Benjamin – Só é soberano quem desenvolver políticas onde a unidade seja construída em toda sua diversidade, uma diversidade que seja produtiva, capaz de se reciclar continuamente. Uma identidade com muitos caracteres, dinâmica, que estabeleçam fronteiras múltiplas, sem que o sujeito – em suas dimensões individual, social e nacional – se esqueça onde estão seus pés e por onde circula sua cabeça. A partir desse solo, torna-se importante estabelecermos fronteiras múltiplas de cooperação, para revertermos ou atenuarmos o que existe de avassalador no processo de americanização do mundo. Não é possível a limitação ao nacional, toda a estratégia política, seja em nível da economia ou da vida social e cultural, é preciso envolver estratégias supranacionais. E países como Brasil, África do Sul, Índia, China etc têm condições, melhor do que outros, de se contraporem ao novo império. Cada um deles já em si concentra enorme contingente populacional e econômico. Melhor ainda se estabelecerem blocos econômicos e culturais e concertarem estratégias comuns.

Suas pesquisas são marcadas pelo esforço de estabelecer elos entre os países de língua portuguesa e os de língua espanhola. Que vantagens e dificuldades há nesse comércio simbólico? Em que ele contribui na busca de uma geopolítica multipolar?

Benjamin – Pelo meu ponto de vista – que tenho defendido há mais de quinze anos –, na circulação das formas simbólicas, precisamos abrir espaço para mostrar nosso rosto diferenciado. Não o rosto folclórico que nos atribui a mídia, mas como nos imaginamos. Vem daí a importância dos laços de comunitarismo cultural que mantemos com outros povos, em especial com os países de língua portuguesa e espanhola. Num mundo onde o inglês se transforma no idioma da globalização, falemos também em português e espanhol – em termos lingüísticos, culturais e tecnológicos. Outras associações também são possíveis, no âmbito das nacionalidades, como a da União Latina (que fala francês) ou de comunidades, que acabam por estabelecer fios com a contestação da política glo-

balizadora, em muitos países, inclusive com a periferia dos centrais. São os movimentos pacifistas, em defesa das crianças, de situações de gênero etc.

Como foi a experiência no Timor Leste em que esteve diretamente envolvido?

Benjamin – As ações da USP no Timor Leste mostram como as instituições educacionais brasileiras podem atuar em conjunto e em missões não apenas fora do país, mas também em nossas regiões periféricas. Um grupo de 18 alunos foi até esse país para sensibilizar alunos timorenses ao uso da língua portuguesa através da canção popular brasileira. Essa foi uma forma de ganhar essa juventude, mostrando-lhe as potencialidades culturais desse idioma. Como se sabe, o português é uma das línguas oficiais do Timor Leste e é vital para o projeto político de identidade nacional desse pequeno país, que conta com uma dezena de línguas e dialetos mauberes. Falar português nesse contexto transformou-se numa forma de se mostrar a identidade desse país predominantemente católico, em face do inglês australiano e do bahasa indonésio, imposto violentamente durante o domínio militar da Indonésia. Curiosamente, o português, pelas circunstâncias históricas, de língua colonial transformou-se em idioma de identificação nacional.

Seus últimos trabalhos alargam o leque de reflexões para o que talvez se possa chamar arco Ibero-afro-americano e para preocupações que extrapolam o campo literário, abrangendo amplos aspectos culturais. Isso é uma necessidade inerente às pesquisas que vem desenvolvendo ou atende também a um chamado de militância intelectual?

Benjamin – Conceitos e práticas críticas não são neutros. Há implicações políticas quando se constrói um determinado recorte do conhecimento. Inclusive nos conceitos que se articulam nas redes discursivas de um determinado campo de investigação científica. Damos relevo ao contexto ibero-afro-americano porque o consideramos politicamente relevante. É uma forma de nos olharmos no que temos em comum e também de diferente. A militância, considerada em

termos gerais, está implícita nesse recorte científico, que implica o estabelecimento de grupos de intelectuais. A adesão empática ao objeto dessa ação compartilhada é fundamental, mas cabe à postura intelectual uma dimensão crítica capaz de dar voz à diferença. Uma tensão entre adesão e diferença é imprescindível às ações compartilhadas, politicamente organizadas.

Há atualmente espaço para a militância intelectual ao mesmo tempo científica e engajada numa perspectiva ideológica?

Benjamin – Talvez possamos sintetizar os muitos sentidos de ideologia a dois básicos, que se inter-relacionam: falsa consciência e idéias-ação. Um sentido justificativo, de quem olha para trás e se afina com o estereótipo, e o prospectivo, de quem se projeta para o futuro. O desafio de quem olha para frente é não tornar esse futuro um “depois”, mas procurar fazer com que ele se concretize no continuum do presente. A presentificação, sempre parcial e fragmentária, não deixará de alimentar o processo, sempre reciclável, é verdade. Por certo será sob o crivo da experiência que as formulações ideológicas poderão se despir de seus dogmas. Dogmas afins de posturas religiosas. Entendemos que a militância intelectual assim entendida implica a dialética entre a adesão solidária e distanciamento crítico. Constitui um gesto antifundamentalismos, seja religioso, seja de mercado. Como a ideologia dominante exacerba o individualismo, ou a essas condutas estereotipadas e acrílicas de submissão do sujeito, posturas intelectuais voltadas contra a falsa-consciência tornam-se problemáticas. Sua inserção social precisa vencer fronteiras de resistência – tanto interiormente, quanto exteriormente –, ao campo intelectual.

O socialismo morreu mesmo? A utopia acabou e o que resta é o acúmulo monótono de episódios sem nexos?

Benjamin – Já decretaram inúmeras vezes o fim do socialismo e de seus principais monumentos críticos. Agora também o fim da história. Curiosamente, só defende o fim da história quem se considera no gozo de sua utopia, como ocorre com o capitalismo. Em sua perspectiva, estaríamos no me-

lhor dos mundos – no paraíso do capital. Aos excluídos continua a fulgurar o processo que leva do reino da necessidade para o da liberdade. Consideremos a situação da intelectualidade. A dominância do capitalismo financeiro sobre outras modulações do capital e suas compulsões de mercado se exerce na busca da informação nova, tendo em vista transformá-la em novos produtos. A apropriação social do conhecimento sempre ocorreu, mas a diferença atual é que ele se situa como capital informacional, que se efetiva com uma intensidade nunca vista anteriormente. Essa circunstância torna as esferas intelectuais e tecnológicas politicamente importantes. Levemos em consideração, ademais, que os intelectuais que por aí se exercem enquanto práxis já não são como os de seus antecedentes da série histórica. Não se isolam e trabalham em projetos compartilhados, ensejando relações de solidariedade. E mais: a informação nova não vem do trabalho de especialistas, mas de um intercurso de muitos especialistas que são capazes de interferir nas áreas de outros. Há, pois, toda uma diversidade que se encontra num projeto. Projeto implica processo. Em termos sociais, processo político. Nesse sentido, para além da ideologia dominante, tornam-se socialmente necessários horizontes libertários, ter esperança de que as coisas possam ser diferentes e mais humanas do que são. Não uma esperança em abstrato, mas a esperança como princípio laico desvestida de suas implicações religiosas. Como fundamento, a experiência histórica e social consubstanciada em projetos. Só assim a sociedade se libertará da ideologia fundamentalista, com suas falsas esperanças, e do fundamentalismo de mercado e suas ilusões consumistas.

Jeosafá Fernandez Gonçalves é Doutor em Letras pela USP, docente do ensino superior e presidente do Centro Cineclubista de São Paulo.

Construindo a relação esporte-escola

CÁSSIA DAMIANI E MICHELI ESCOBAR

**A universalização do esporte no Brasil,
como direito social, não pode se efetivar
sem a presença da escola**

A publicação da Política Nacional do Esporte (1), PNE, que aborda o esporte como questão de Estado e como direito fundamental, colocou em evidência a necessidade de se construir um Sistema Nacional de Esporte e Lazer para operar as suas diretrizes. Cabe às forças democráticas populares mais conseqüentes construí-lo buscando a unidade, as amplas alianças com os segmentos envolvidos e a utilização de conceitos avançados.

O programa esporte-escola impacta a estrutura do novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer porque a universalização do esporte no Brasil, como direito

social, não pode se efetivar sem a presença da escola. O desafio que se impõe é inscrever o conhecimento e a prática do esporte num determinado projeto de cultura que a entenda como uma diferença política entre as classes sociais e que esteja ancorado num projeto histórico socialista. Essas são condições básicas para tratar a relação esporte-escola no novo Sistema. A PNE reconhece que a prática esportiva é potencialmente uma forma privilegiada de promoção do desenvolvimento humano que precisa de condições específicas para atender a diversidade presente na sociedade e indica a necessidade de observar detidamente os conceitos empregados na Lei 9615/98 (2) -



“desporto educacional”, “desporto de participação” e “desporto de rendimento” – porque eles legitimam uma hierarquização que pode impedir o atendimento de prioridades. Esses conceitos, que refletem determinações históricas e a correlação de forças presente na época da sua elaboração, apresentam limites explicativos que precisam ser superados.

Na legislação vigente o “desporto educacional” é aquele “(...) praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercí-

cio da cidadania e a prática do lazer”. Essa explicação impede o reconhecimento do esporte como atividade humana historicamente criada, produto da cultura humana e a compreensão das diferentes formas e objetivos em que ele se dá na vida real.

A denominação “esporte educacional” é ambígua. “Educativo” refere-se a um determinado caráter concedido à formação das faculdades intelectuais ou à instrução em geral que os próprios interessados adjetivam, subjetivamente, de “educativo” e que pode impregnar quaisquer práticas esportivas, seja as de tipo competitivo ou recreativo que acontecem na escola ou fora dela. O teor da Lei permite interpretar,

de um lado, que a “seletividade” e a “hipercompetitividade” seriam empecilho para o indivíduo alcançar o desenvolvimento integral e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer e, de outro, que o esporte de alto rendimento seria uma prática não educacional por privilegiar a “seletividade” e a “hipercompetitividade”. Na verdade, deve-se ter presente que o esporte não possui nenhuma virtude mágica: ele é, apenas, o que se faz dele.

Tratando-se do esporte desenvolvido na escola é mais adequada a denominação “esporte escolar”, sob a referência da Lei 9.394/96-LDB quanto à organização escolar do sistema educacional. Obviamente, a natureza política da escola constrói um caráter “educacional” que é dado a todas as práticas que se desenvolvem no seu interior. Sendo assim, o esporte escolar é aquele praticado na escola, no âmbito da educação básica e superior, seja como conteúdo curricular da Educação Física ou atividade extracurricular conforme os objetivos do projeto político pedagógico de cada uma delas.

Atribuir um sentido educativo ao esporte significa espelhar objetivos educacionais que representem valores, hábitos e atitudes necessários à formação do homem, na perspectiva do projeto histórico socialista, e possíveis de serem alcançados por meio da prática esportiva. Nessa ótica, o esporte é educacional quando efetiva a participação voluntária e responsável da população concretizando a auto-organização e a autodeterminação com práticas que não comprometam o caráter genuinamente nacional e popular. É educacional se promove o desenvolvimento da Cultura Corporal, cultiva e incrementa atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas do povo, tendo como prioridade educá-lo em níveis mais elevados de conhecimento e de ação que se reflitam na criação de possibilidades de solução dos problemas que a realidade apresenta e que, no momento, impedem o progresso social. É educacional quando pode ser usufruído como um bem cultural, tanto na ótica do gosto pessoal como na busca da maximização do rendimento, garantido o direito ao uso das instalações e materiais adequados para ambos os fins.

Um novo Sistema de Esporte e Lazer exige a explicitação dos seus nexos e relações com a escola. Seria a escola a base para apreensão do conhecimento do es-

porte e da sua democratização, da possibilidade da ampliação e solidificação da cultura corporal e, portanto, da afirmação do esporte como direito? Se a resposta for sim, na escola devem ser criadas as condições de acesso à prática do esporte e ao conhecimento da cultura corporal para todos os alunos. Mas, também se afirmaria, implicitamente, que cabe à escola responsabilizar-se pelo desenvolvimento da aptidão física e, conseqüentemente, oferecer a prática do esporte de alto rendimento. A interpretação do que seja a “aptidão física” é um dos principais problemas enfrentados pela escola e, até hoje, permanece sem solução.

A escola instituída pelo modo de produção capitalista nasceu da exigência de integrar os indivíduos ao sistema e qualificá-los para o trabalho tanto no nível técnico-produtivo como no ideológico. Embora não dedicadas exclusivamente ao tema ensino-educação as reflexões de Marx e Engels (1987) indicam que os nexos internos entre a divisão social do trabalho e a educação que se explicitam na organização do trabalho pedagógico, fundamentalmente, na cisão teoria-prática, precisam ser superados, pois, impedem a emancipação social particularmente a emancipação humana.

Marx (1986) considerava a formação omnilateral o fim da educação por implicar o desenvolvimento de uma disponibilidade, de uma posse de capacidades teóricas e práticas para realizar tarefas tanto de trabalho como de prazeres humanos, pelo qual, além da politecnicidade, requeria-se a integração da educação física.

O homem e suas condições de vida se transformaram no decorrer da história e todas as suas aquisições, acumuladas ao longo da sua evolução, foram transmitidas de geração em geração assegurando desse modo a continuidade do progresso histórico (Leontiev, 1977). Cada geração assimila o conhecimento criado pelas anteriores que está cristalizado no mundo de objetos e fenômenos que nos envolve. As propriedades e *aptidões* que caracterizam o homem não transmitidas como herança biológica; quer dizer, não pode se assimilar a cultura esportiva sem o desenvolvimento das aptidões.

Como conseqüência da cisão teoria-prática – trabalho intelectual trabalho manual – o dualismo corporeamente é a base científico-teórica de todo o conhecimento por ela transmitido, especialmente o da Educação Física, que dá origem a um referencial desprovido de conteúdo real como o conceito histórico de esporte

e das suas classificações. O conhecimento da cultura corporal, especialmente o dos jogos lúdicos e de outras atividades esportivas, é banalizado pela repetição mecânica de técnicas esvaziadas da valorização subjetiva que deu origem a sua criação. Fica explícita a falta de uma teoria pedagógica, construída como categorias da prática, que responda a questões complexas como o desenvolvimento da aptidão física e sua pretensa contradição com a reflexão sobre a cultura corporal.

No ensino do esporte vê-se o efeito da divisão social do trabalho que Marx observara em relação à concentração exclusiva do talento artístico somente em alguns indivíduos. A separação da técnica do conteúdo social da atividade resulta em dois tipos de indivíduos: aqueles que apresentam “talento” para dominar as técnicas e, portanto, são considerados atletas natos; e aqueles que por não apresentarem essas condições passam a ser parte da massa que tem seu talento aniquilado pela exclusão. Marx e Engels (1986), face à questão da arte, afirmam que a formação do indivíduo não pode terminar em sujeição a uma determinada arte, pois isso expressaria a estreiteza do seu desenvolvimento profissional e a sua dependência da divisão do trabalho. Paraphraseando Marx pode-se dizer que “numa sociedade socialista não haverá atletas, mas, quando muito, homens que, entre outras coisas, fazem também esporte”.

Os princípios da administração científica de Taylor (1960) que buscavam diminuir o tempo empregado pelos operários na realização do seu trabalho através de um cuidadoso planejamento das ações e de um rígido controle para suprimir os gestos desnecessários e os comportamentos supérfluos, não se separavam da idéia platônica de “disciplinar” o corpo para torná-lo continente apropriado da alma. Como seu processo de trabalho pedagógico segue as normas da organização do trabalho impostas pelo modo de produção capitalista, a escola fez desses princípios uma ótima estratégia para formar indivíduos dóceis, submissos e produtivos. A Educação Física se encarregou do controle dos gestos e movimentos dos alunos modelando-os sob a pressão da avaliação de hábitos, valores e atitudes, especialmente as disciplinares.

O treinamento esportivo não fugiu da influência dos princípios “Tayloristas”. Apropriando-se do saber do atleta, analisou tempos e movimentos e os reduziu a fórmulas e leis que voltaram para a área espor-

tiva como “a melhor, mais correta e eficiente maneira de fazer a coisa ocupando o menor tempo possível”, a técnica. Constituído em nova ciência embasou o currículo da Educação Física e concretizou a dissociação da técnica, isto é, a separação do seu conteúdo político da forma social da sua utilização e reforçou o dualismo instalado na escola com o uso dos testes padronizados como parâmetros de avaliação da atividade física dos escolares e do cronômetro como bússola pedagógica. A Educação Física incorporou essas idéias e se dedicou a “educar o movimento” e os gestos corporais como se sua organização obedecesse a um conjunto de normas impostas de fora: a técnica.

As aptidões para a prática dos jogos e atividades esportivas, explicadas como herança biológica, foram os critérios para seleção dos mais aptos – afortunados por terem esse patrimônio – e exclusão dos menos afortunados; não por azar, a maioria dos alunos. A escola aderiu rapidamente à busca do mais alto rendimento da “máquina humana” fazendo do desenvolvimento da velocidade, habilidade, destreza, resistência e força o objetivo e razão de ser da Educação Física. A “Didática Instrumental”, também chamada “tradicional”, com seus critérios estreitos e uniformes dos processos assimilativos do conhecimento pelos escolares foi decisiva na iniciação do que mais tarde receberia o nome de “esportivização” da Educação Física. As técnicas dos jogos e atividades esportivas sofreram a extirpação do seu conteúdo social, o lúdico, e foram ensinadas pela repetição de pedaços de ações arbitrariamente cortados. Os alunos se viram às voltas com exercícios repetidos até a exaustão que nada tinham de jogo, mas, eram os requisitos para poder jogar.

Essa “Educação Física” afastou os alunos da ciência, negou-lhes o acesso à cultura corporal construída socialmente pela da humanidade, o direito ao conhecimento e a prática esportiva no seu caráter original, a alegria, a ludicidade, o prazer. Separando a prática da teoria deixou de formar o pensamento científico teórico indispensável à possibilidade de ultrapassar a aparência da realidade apreendida, apenas, pela sensorialidade.

A possibilidade de superação desses problemas passa pela escola, mas exige a prática revolucionária de uma pedagogia calcada num projeto histórico anticapitalista que inspire a formação de indivíduos conscientes, críticos, autônomos e criativos. Indiví-

duos que ultrapassem o pensamento empírico pelo domínio das bases do conhecimento científico que permite compreender a relação do todo com as partes e os determinantes sociais, econômicos e políticos das ações em que estão envolvidos. Indivíduos capazes de se apropriar da cultura elaborada pela humanidade e romper as amarras da ideologia que impede a avaliação crítica dessa cultura e o engajamento na luta pela transformação da sociedade. Isso significa assumir uma perspectiva emancipatória que, ao valorizar o lúdico, o jogo e o tempo livre, faça um contraponto à preparação para o trabalho alienado.

O ensino na escola não deve orientar-se, apenas, para a formação de uma futura elite esportiva, o que não significa a eliminação da possibilidade do desenvolvimento de atletas a partir do ensinamento das práticas esportivas no seu interior. Essa aparente contradição deve ser superada. As competições esportivas para escolares da Educação Básica ou Superior devem ser orientadas por preceitos e valores que reflitam princípios democráticos que ajudem a edificar a cidadania, assim como o respeito às convenções coletivas, a tolerância à diversidade, a cooperação, a busca da superação e o respeito a si e a outrem.

É evidente que o sistema educacional deve assegurar a possibilidade de ampliação da participação esportiva de escolares de todos os níveis de ensino, em jogos e competições nacionais e internacionais próprios da organização do esporte escolar, articuladamente com o Sistema Nacional de Esporte, que deve contemplar na sua estrutura os locais e meios adequados para a realização de um trabalho de base assentado numa visão de futuro através de programas especializados na formação de pequenos iniciantes e outros de promoção de atletas de alto rendimento.

Mas, não seria correto ver, a partir disso, uma defesa incondicional do esporte competitivo e dos seus métodos de treinamento na escola. Antes de acontecer deve-se expor a teoria que daria suporte à prática pedagógica esportiva para superar a teoria da pirâmide que corporifica a influência do esporte de alto rendimento e considerar a autonomia da escola frente ao currículo e à necessidade de estreitar as relações entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte.

A escola precisa ser compreendida como instituição com características reprodutoras da sociedade atual, mas também como espaço de produção de contra-

hegemonia, de contracultura, onde se inclui um esporte transformado. Esporte que sai da condição de conteúdo prioritário ou exclusivo da organização das aulas, para ser tratado no âmbito de um programa que contempla o amplo acervo de conteúdos ou temas da cultura corporal sem hierarquias. Esporte que foge da ditadura dos gestos, modelos e regras, que tem suas normas questionadas e é adaptado à realidade social e cultural dos alunos. Esporte desmistificado porque conhecido, praticado de forma prazerosa com experiências de sucesso para todos. Esporte adquirido como bem cultural cuja prática passa a ser compreendida como direito. Uma coisa é submeter as aulas de Educação Física e a escola aos interesses da instituição esporte e, outra, é tratar pedagógica, crítica, reflexiva e criativamente o esporte enquanto conteúdo de ensino e campo de vivência social nas aulas de Educação Física.

A Educação Física tem um papel fundamental na determinação de possibilidades distintas de apreensão do esporte, pois ele, assim como traz consigo desde sua origem a cultura do povo modificada e transformada em produto de consumo, também traz possibilidades contraditórias estabelecidas em sua própria dinâmica – de forma que na sua prática é possível enfatizar situações que privilegiam a solidariedade sobre a rivalidade, o coletivo sobre o individual, a autonomia sobre a submissão, a cooperação sobre a disputa, a distribuição sobre a apropriação, a abundância sobre a escassez, a confiança mútua sobre a suspeita, a descontração sobre a tensão, a perseverança sobre a desistência e, além de tudo, a vontade de continuar jogando em contraposição à pressa para terminar o jogo e configurar resultados (Taffarel, 2000).

Segundo Gariglio (1995), a Educação Física deve propiciar a “ (...) *vivência lúdica como expressão real de um projeto utópico comprometido com a construção de uma nova escola, de uma nova referência nas relações humanas e enfim, de um ser humano re-criador de mundos*”.

A escola está ligada ao Sistema Nacional do Esporte e Lazer porque abriga uma prática cuja base é construída pela disciplina Educação Física, que tem a cultura corporal e esportiva como objeto de estudo, e por outras atividades ou programas de esporte que concorrem à universalização do esporte e do lazer que possibilitam a prática esportiva de escolares, a exemplo do Programa Segundo Tempo, prio-

ridade do atual Ministério do Esporte, de caráter educativo, voltado para a inclusão social. Na escola se aprende, se pratica e se desenvolvem habilidades esportivas para fins mais amplos do que apenas a performance.

Como conseqüências da aprendizagem e da prática surgem os jogos escolares e se levanta o problema da seleção. A escola deve oferecer a todos os estudantes oportunidade de escolha de participar de jogos tanto de caráter lúdico quanto de alto rendimento. No caso particular do alto rendimento, deve oferecer espaço, orientação e equipamentos apropriados e suficientes para esse fim que permitam a ampliação do acesso e a permanência de escolares na prática esportiva com valorização profissional daqueles que atuam nessa atividade dentro da escola.

Para pensar a escola como instituição implícita e explicitamente ligada ao sistema esportivo na perspectiva acima descrita é necessário prever as formas de dotá-la de uma estrutura que hoje continua precária. Somente um 18% das escolas há locais apropriados para aulas e, na educação Infantil, essa disciplina continua fora dos currículos das escolas públicas. A

LDB prevê autonomia do Projeto Político Pedagógico da escola; entretanto, a maioria dos professores – despreparada para lidar com a Cultura Corporal enquanto conteúdo de ensino – constrói suas aulas de forma improvisada com ordenações mecânicas de técnicas de jogos da sua preferência.

Relações desejáveis da escola com o esporte desafiam o PCdoB a consolidar o processo de participação popular do atual Governo, com realização da II CNE, assumindo o papel de protagonista na construção de um novo sistema nacional de esporte e lazer capaz de criar condições materiais concretas para efetivar novos objetivos sociais do esporte e de construir as bases de uma sociedade que supere as relações de dominação de classe e abrigue o pleno desenvolvimento e liberdade humana.

Cássia Damiani é mestre em Educação Brasileira, professora da Universidade Federal do Ceará e Diretora de Esporte Universitário do Ministério do Esporte e Micheli Escobar é doutora em Educação pela UNICAMP e consultora do Ministério do Esporte pelo PNUD.

Notas:

(1) Brasil. Ministério do Esporte. Política Nacional do Esporte. Brasília: Assessoria de Comunicação. 2005.

(2) Lei 9.615 de 24 de março de 1998, publicada no D.O.U. (*Diário Oficial da União*), em 25 de março de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.574 de 29 de abril de 1998, publicado no D.O.U. em 30 de abril de 1998.

Bibliografia:

ADAM, Y. et alii. *Desporto e desenvolvimento humano*. Lisboa: Seara Nova, 1977.

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1992.

ESCOBAR, M. et alii. *Manifestações dos Jogos*. Brasília: Universidade de Brasília, DF. Centro de Educação a Distância, 2005.

FREITAS, L. C. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. Campinas. São Paulo. Papyrus, 1995.

GARIGLIO, J. A. *A ludicidade no "jogo" de relações trabalho/escola*. Movimento. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

KOPNIN, P.V. *A dialética como lógica e teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEONTIEV, A. "O homem e a cultura". In: *Desporto e desenvolvimento humano*. Adam, Y. e outros. Lisboa: Seara nova, 1977: 4774.

MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Sobre Literatura e Arte. São Paulo: Global Editora. 3ª ed., 1986.

PISTRAK. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TAFFAREL, C. Z. *Desporto Educacional: Realidade e Possibilidades das Políticas Governamentais e das Práticas Pedagógicas nas Escolas Públicas*. 1ª Conferência Nacional de Educação Cultura e Desporto. Brasília. 22-23/11/ 2000.

TAYLOR, F.W. *Princípios da administração científica*. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1960.

Determinações históricas e ideológicas de *O Capital* (final)*

SÉRGIO BARROSO

Segundo Marx, a pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima

As particularidades históricas que originaram a feitura de *O Capital* (1), como vimos no artigo anterior, inserem a grande obra de Karl Marx no marco teórico de uma excepcional exegese do capital, desde o redemoinho da I Revolução Industrial à constituição do capitalismo de forças produtivas típicas desse modo de produção, ou do advento da autodeterminação do capital industrial. Mas é fundamental insistir sempre no traço distintivo da teoria econômica de Marx: sua economia política responde aos processos da produção capitalista em sua *forma social*; não apenas seu lado técnico-material.

Por isso, em sua costumeira percuciência, o grande economista russo Isaac Rubin considerava que a economia política em *O Capital* não poderia ser com-

preendida se negligenciássemos o fato de Marx estar tratando de uma *sociedade específica*. Para Marx – acentua Rubin –, as categorias da sociedade burguesa moderna exprimem formas de ser, determinações de existência, da mesma maneira que em toda ciência histórica e social (Rubin, 1987:15-16).

Desse ponto de vista, qual seja de uma análise materialista e dialética, onde os fenômenos são rigorosamente imersos nas circunstâncias históricas, observe-se: um percurso de aproximadamente 200 anos abarca a passagem da manufatura à grande indústria representando uma radical transformação – altamente destacada (2) –, decisiva para a caracterização do novo regime, em trânsito e sobre a base do sistema de máquinas.

Paul Mantoux, por exemplo, em seu clássico e pioneiro *A revolução industrial no século XVIII – estudos sobre os primórdios da grande indústria na Inglaterra* (1906),

*Veja a parte 1 na edição 82 de *Princípios*.

chama ainda a atenção para o significado daquela interpretação, pois – escreve ele – segundo Marx, foi no tempo do Renascimento e da descoberta do Novo Mundo, na expansão súbita do comércio, do aumento do numerário e da riqueza que adveio a forja da vida econômica dos povos ocidentais, o início da evolução do capitalismo moderno. E a etapa da livre concorrência mundial se desenvolve quando das transformações das bases técnicas do capitalismo, nomeadamente da evolução de sua composição orgânica.

Esclarece igualmente Mantoux (1988: 12-13) que, para Marx, essas fases impulsionantes da economia mercantil-capitalista compreendiam dois períodos: a) até meados do século XVIII, ou época da vigência da manufatura; b) e por volta de 1760, quando começara a era da grande indústria.

Apreenda-se então que a teoria econômica de Marx, inscrita destacadamente em *O Capital*, traduz também, pela primeira vez, uma visão de mundo onde o caráter científico da economia política reside no movimento materialista da história, cujo objeto crucial consiste nas modificações das relações de produção; estas por sua vez dependentes do desenvolvimento das forças produtivas. Noutras palavras, a teoria econômica de Marx analisa as relações de produção do capitalismo e seu processo de mudanças originário das transformações das próprias forças produtivas; simultaneamente suas contradições e suas crises. Portanto, Marx quer o captar e o desvelar da *forma social* dessas relações, adquirida no capitalismo, distinguindo-a da configuração e do processo técnico-material.

A demolição ideológica da economia “vulgar”

“Para determinar a mais-valia, Ricardo, como os fisiocratas, A. Smith etc, tem de definir, antes de tudo, o *valor da força de trabalho* ou, conforme diz em concordância com A. Smith e seus predecessores, o *valor do trabalho*” (Marx, 1983: 832) (3).

Essas passagens, contidas no Livro 4 de *O Capital* (as famosas “Teorias da mais-valia”, escritas em 1861-1863) (4) nocionam a “limpeza de Hércules” que Marx teve de fazer para a necessária crítica da economia política burguesa em suas diversas variantes. Como dissemos, na verdade Marx teve de dissecar toda a história do pensamento econômico existente até o momento de suas construções teóricas

acumuladas. Anteriormente Marx tinha levado aproximadamente 15 anos para a conclusão dos *Grundrisse*, referidos na primeira parte deste artigo.

De outra parte, conforme notou recentemente F. Teixeira (2004: 70-74), importa também compreender terem Smith e Ricardo conseguido desenhar uma “representação” da sociedade capitalista enquanto uma totalidade na medida em que descortinaram a regularidade regente das irregularidades do mercado: a lei do valor. Entretanto, tal visão de totalidade “é vazia, sem vida própria, pois não tem, em si mesma, a lei interna do seu movimento”; e na medida em que o valor é anterior ao capitalismo. Dito de outra maneira, a economia política de Smith e Ricardo fraqueja na medida em que o trabalho valorizador de valor aparece como uma forma natural de produção social, não como uma forma histórica.

Mas qual a importância dessa referência à regularidade estrutural fundamental existente desde vigência de relações mercantis, ou à época das trocas comerciais? Ela reside concretamente no fato de sob o modo de produção capitalista pleno a regularidade estrutural se desenvolver amplamente e *condicionar* o duplo caráter do trabalho (valor de uso e de troca), bem como a lei do valor na sociedade burguesa: a mais-valia (cf. Afanásiev e Lantsov, 1986: 16-26).

Examinemos um pouco mais amiúde essas questões e as relacionemos com o pensamento do liberalismo econômico.

Sinteticamente, para os ícones da economia política clássica, o valor no capitalismo era representado (em Smith) por uma troca correspondente à quantidade de trabalho que uma mercadoria pode **adquirir** – numa troca entre capital e trabalho assalariado, seguindo-se o lucro e a renda fundiária (5). Em Ricardo, o valor da troca se efetivaria pela quantidade de trabalho **contida** em uma mercadoria. Ou seja, a crítica de Ricardo se concentrava no fato de o valor de Smith se confundir no efeito da troca: o valor resulta da produção, algo, portanto, anterior à troca, afirmava Ricardo (6).

O gênio de Marx parte nuclearmente da idéia crítica ao conceito de trabalho que sustenta a categoria clássica do valor de troca. É de maneira a afirmar que no duplo caráter do trabalho (7) dos produtores de mercadorias no capitalismo repousa a compreensão da economia política e todos os seus fatos: de um la-

do, é trabalho *concreto* ou como fonte de valor de uso da mercadoria; de outro, é trabalho *abstrato* ou fonte de valor da mesma. Dessa forma (Rubin, 1987: 42):

O valor pressupõe o valor de uso e o processo de formação do valor pressupõe o processo de produzir valores de uso;

O trabalho abstrato pressupõe uma totalidade de diferentes tipos de trabalho concreto aplicados em diferentes ramos de produção;

O trabalho socialmente necessário pressupõe uma diferente produtividade do trabalho nas várias empresas do mesmo ramo e a mais-valia pressupõe um dado nível de desenvolvimento das forças produtivas;

O capital e o trabalho assalariado pressupõem uma forma social dos fatores técnicos de produção, materiais e pessoais.

De acordo com Marx, sociologicamente, todo esse processo implica considerar as categorias materiais da sociedade mercantil-capitalista como reflexos

da relação entre pessoas (e suas classes) e de relações sociais entre coisas. Daí a “vulgaridade” da economia política burguesa: ao invés do exame dos nexos internos da natureza social de tais categorias, o estudo da aparência, o alheamento das relações econômicas.

Para uma nova epistemologia

Ora, exatamente esta questão – a crítica da economia política clássica – merece de Marx (na organização do volume feita por Engels das últimas páginas do Livro 3 de *O Capital*) uma formulação transcendente e que nos parece de grande alcance para a elaboração de uma *nova epistemologia*, dialética e materialista:

“Aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência [a expressão fenomênica] e a essência das coisas” (Marx, 1974: 939).

Assim, como sugeriu o filósofo José Barata-Moura (*Marx e a cientificidade do saber*, 1997) transparecem nítida-

Notas

- (1) Sobre os dois planos para a edição de *O Capital*, trabalhados por Marx, bem como as razões (alegadas por Roman Rodolsky) da não inclusão da idéia inicial de um livro sobre o “trabalho assalariado” e outro sobre a “propriedade da terra”, assim como as modificações feitas entre 1857 e 1865-66, ver o Capítulo 2 de seu famoso estudo *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx* (Contraponto, 2001, pp. 27-65). Acerca das datas das edições do célebre estudo de Marx, do boicote da imprensa europeia, da recepção entre intelectuais e no movimento operário e de uma cronologia de suas edições na Rússia, Europa e América, ver a importante e detalhada pesquisa de Lincoln Secco, “Notas para a história editorial de O Capital”, in: *Revista Novos Rumos*, nº 37, 2002.
- (2) Como afirma enfática e criticamente Paul Mantoux, uma palavra sintetizaria os complexos elementos que prenunciaram a I Revolução Industrial: “manufatura. Nós devemos a Karl Marx que, em algumas páginas de sua grande obra dogmática, procedeu como historiador” (Mantoux, 1988: 14). Claro, essa referência ao “dogmatismo” está muito longe de ser qualificada.
- (3) E mais adiante: “Segundo Ricardo, o capital só se distingue de ‘trabalho imediato’ como ‘trabalho acumulado’. E é algo meramente material, simples elemento do processo de trabalho; a partir daí jamais poderá desenvolver a relação entre trabalhador e capital, salário e lucro” (idem, 1983: 832-33, Volume II). E noutra passagem, bastante representativa da crítica de Marx, nas *Teorias* (volume I): “A concepção fisiocrática vê no lucro (juro inclusive) mera renda a ser consumida pelo capitalista e dessa concepção deriva esta tese de A. Smith e seus discípulos: a acumulação do capital se deve à poupança, às privações pessoais, à abstinência do capitalista” (Marx, 1980: 37).
- (4) As *Teorias* integram um imenso manuscrito e correspondem a cerca de 2.900 páginas atuais impressas. Juntamente com um fragmento sobre a introdução de máquinas e a oposição entre trabalho vivo e o trabalho objetivado (morto), de “A mais-valia relativa – acumulação”, esse conjunto de textos segue o estudo de 1959, “Para a crítica da economia política”. (Ver: *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*, V. I, Civilização Brasileira, 1983: 9-12; e *Marx e a técnica. Um estudo sobre os manuscritos de 1861-63*, de D. Romero, Expressão Popular, 2005).
- (5) (...) “em suma, para a origem da mais-valia (...)”, diz Marx, nas *Teorias*. Noutra ângulo e como insiste S. Possas, além dos Fisiocratas, Smith e os autores da escola clássica de economia eram firmes defensores da bandeira do “livre comércio”: vivia-se a herança feudal com seus monopólios do comércio, um regime cercado de entraves à ampliação do mercado (Possas, 2002, 21-22). Chama ainda a atenção a influência de vozes progressistas sobre Adam Smith; ver o importante estudo de Hugo E. A. G. Cerqueira, “Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês”, *Texto para a discussão* nº 263, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2005.
- (6) David Ricardo avança visivelmente sobre Smith quando vincula o valor às condições de produção. No entanto, não consegue explicar e dar significância ao dito “valor do trabalho” e, assim, o lucro.
- (7) Voltamos assim à epígrafe que abre a primeira parte deste artigo, para desvendá-la.

das as formulações revolucionárias de uma *nova epistemologia* que emerge de *O Capital*. Asseveramos como nova porque ela metodologicamente transpassa – não só “inverte” – a dialética hegeliana das formas de maneira a fecundar as conexões mais profundas do fenômeno.

Como enfatizou o próprio Marx, no Posfácio à 2ª edição inglesa de sua obra:

“É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar suas vá-

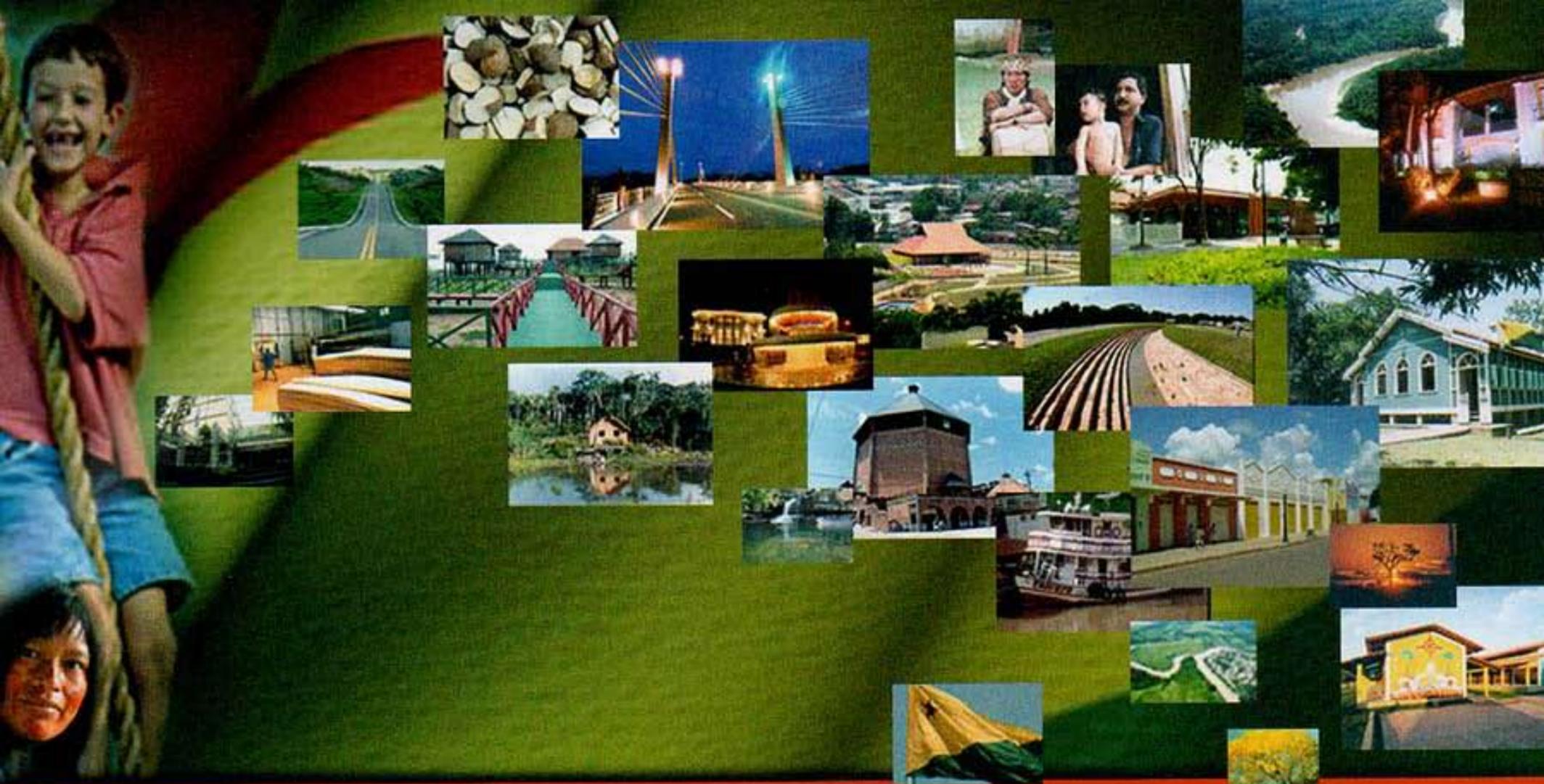
rias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (Marx, 1983: 20).

Estava lançada a sorte das velhas “assombrações”, miméticas do “mundo enfeitiçado” (Marx, 1974: 952-53) dos poderes do capital.

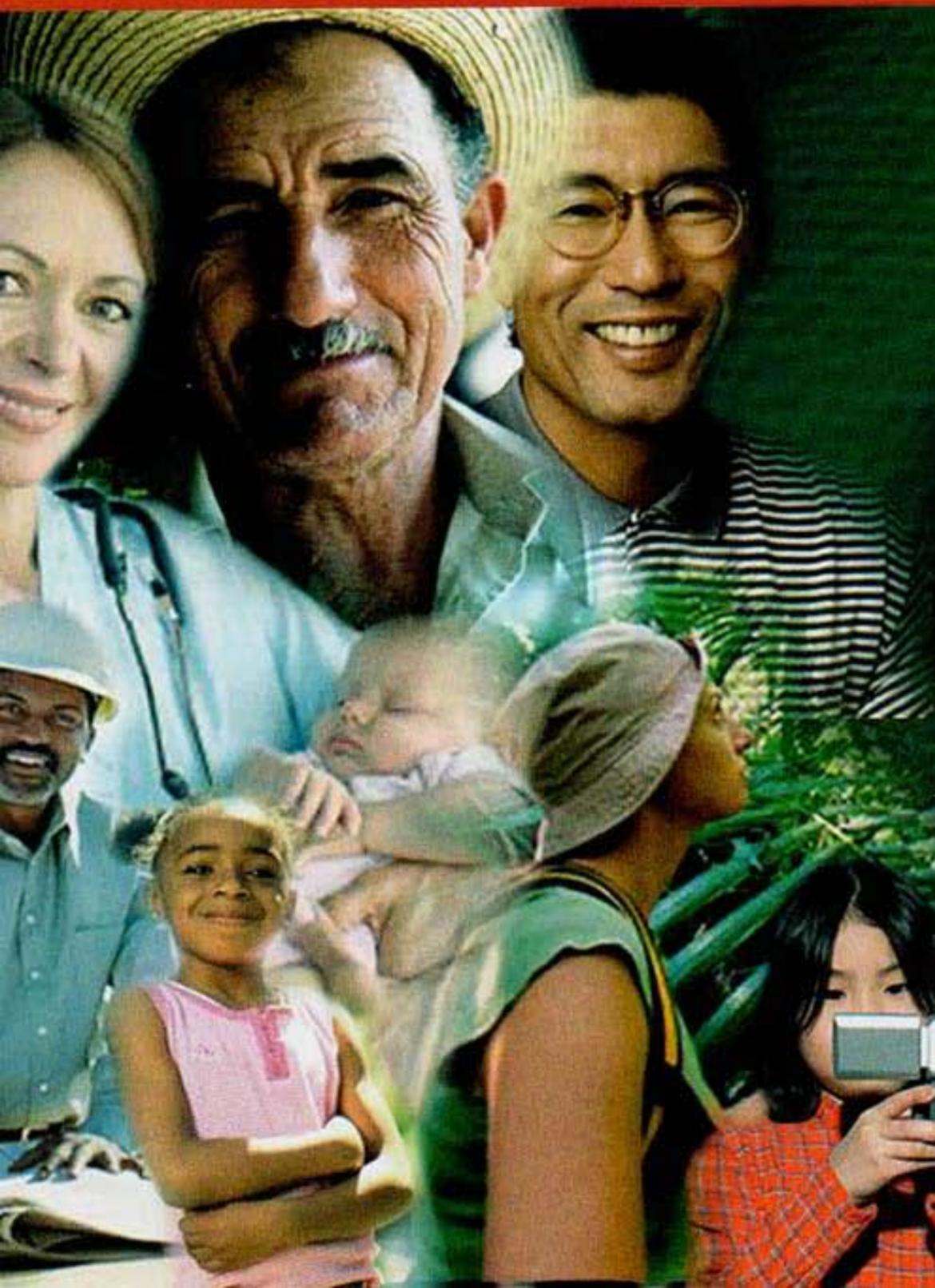
A. Sérgio Barroso é doutorando em economia pela Unicamp e diretor do Instituto Maurício Grabois.

BIBLIOGRAFIA NÃO REFERIDA (Partes 1 e final)

- AFANÁSIEV, V. & LANTSOV, V. *El gran descubrimiento de Carlos Marx*. Progreso Moscú, 1986.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*. Unesp/Unicamp, 2002.
- BELLUZZO, Luiz G. de M. *Prefácio de A teoria marxista do valor*, de Isaac Rubin, Polis, 1987.
- BENSAID, Daniel. *Marx, o intempestivo – grandezas e misérias de uma aventura crítica*. Civilização Brasileira, 1999.
- DOBB, Maurice. “A crítica da economia política”. In: *História do marxismo*, v. 1, *O marxismo nos tempos de Marx*, Hobsbawm, E. (org), Paz e Terra, 1979.
- ENGELS, Friedrich. *Biografia*. Avante! 1986.
- GALBRAITH, John K. *A era da incerteza*. Perspectiva, 1979.
- HOBBSAWM, Eric. “A cultura europeia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX”. In: *História do marxismo. O marxismo da época da II Internacional*, v. 2, Primeira parte, Paz e Terra, 1982.
- Introdução de Formações econômicas pré-capitalistas*, de Karl Marx. Paz e Terra, 1977.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. In: *Clássicos de Economia*, idem.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3, v. 6, Civilização Brasileira, 1974.
- El Capital*. Tomo III, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de *O Capital*, V. I, Civilização Brasileira, 1980.
- Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*. V. II, Livro 4 de *O Capital*, Difel, 1980.
- O Capital*. Livro I, V. I, Abril Cultural, 1983.
- Para a Crítica da Economia Política*. Abril Cultural, 1983.
- Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*. v. 1(1971), 2 (1972) e 3 (1976), Siglo Veintiuno editores as.
- Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo, 2004.
- MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII – estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. Unesp/Hucitec, 1988.
- MOURA, Mauro C. B. “Sobre o projeto de crítica da economia política de Marx”. In: *Crítica Marxista*, nº 9, Xamã, 1999.
- MAZZUCHELLI, Frederico. “O pioneirismo de Smith”. In: *Economia Sociedade*, nº 18, jan./jun 2002.
- POSSAS, Silvia. *Valor, capital e riqueza nos primórdios da economia política*. In: *Clássicos da economia*, idem.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e de tributação*. In: *Clássicos da economia*, idem.
- RODOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Contraponto, 2001.
- ROMERO, Daniel. *Marx e a técnica. Um estudo sobre os manuscritos de 1861-1863*. Expressão Popular, 2005.
- RUBIN, Isaac. *A teoria marxista do valor*. Polis, 1987.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*. In: *Clássicos da economia*, v. 1, Carneiro, R. (org), Ática, 2002, 2ª edição.
- TEIXEIRA, Francisco J.S. *Trabalho e Valor. Contribuição para a crítica da razão econômica*. Cortez, 2004.



Agora Meu Estado Tem Valor.



Há sete anos o povo acreano tomou uma decisão: mudar o rumo do Estado para fazer o Acre crescer sem acabar suas riquezas naturais, gerando mais qualidade de vida no presente e mais esperança no futuro.

Com o Governo da Floresta esta decisão tornou-se realidade.

Começamos arrumando a casa. A estrutura de governo foi reorganizada e o resultado é que a arrecadação própria do Estado hoje é três vezes maior que há sete anos atrás. Com mais credibilidade, também conseguimos mais recursos externos, junto ao Governo Federal e a organizações de financiamento do desenvolvimento nacionais e internacionais, como o BNDES e o BID.

Os servidores públicos voltaram a ser respeitados e prestigiados. Todos os setores ganharam melhores condições de trabalho e as carreiras foram reorganizadas, permitindo ganhos salariais que elevaram a folha de pagamento de 20 milhões para 50 milhões de reais. Agora os funcionários ganham um aumento de 12%, uma conquista única entre os estados brasileiros.

Com o Estado organizado, o Governo trabalhando com toda honestidade e a participação de toda a sociedade, o Acre mudou para melhor. As obras

de infra-estrutura, a reestruturação da economia local, o apoio à produção, os programas sociais, os avanços na educação, na saúde e na segurança – tudo isto cria um ambiente de desenvolvimento econômico e social que já reflete uma melhoria na qualidade presente, mas, sobretudo, cria possibilidades de um futuro cada vez melhor.

Agora o nosso Estado tem valor, porque nestes sete anos o Acre recuperou o valor da sua história e da sua cultura, dos nossos recursos naturais e da nossa economia, do trabalho dos homens e mulheres e da formação das nossas crianças.

Esta é a grande obra construída no Governo da Floresta: o nosso Acre valorizado.



***Governo da Floresta.
Nosso Acre Valorizado.***

CENTENÁRIO DO POETA



Mário Quintana



O poeta Mario Quintana nasceu em julho de 1906, em Alegrete, Rio Grande do Sul. No centenário de seu nascimento, muitos de seus livros são reeditados e várias homenagens a seu legado poético estão a se realizar. Escrevia versos com a delicadeza e incisividade de quem esculpe cristais. Um estilo claro, simples, bonito e, sempre, lírico. Uma poesia com uma temática capaz de encantar qualquer vivente, independente da estação da vida.

O Poema

(Poesias)

Um poema como um gole d'água bebido no escuro.

Como um pobre animal palpitando ferido.

Como pequenina moeda de prata

perdida para sempre na floresta noturna.

Um poema sem outra angústia

que a sua misteriosa condição de poema.

Triste.

Solitário.

Único.

Ferido de mortal beleza.

Mário Quintana

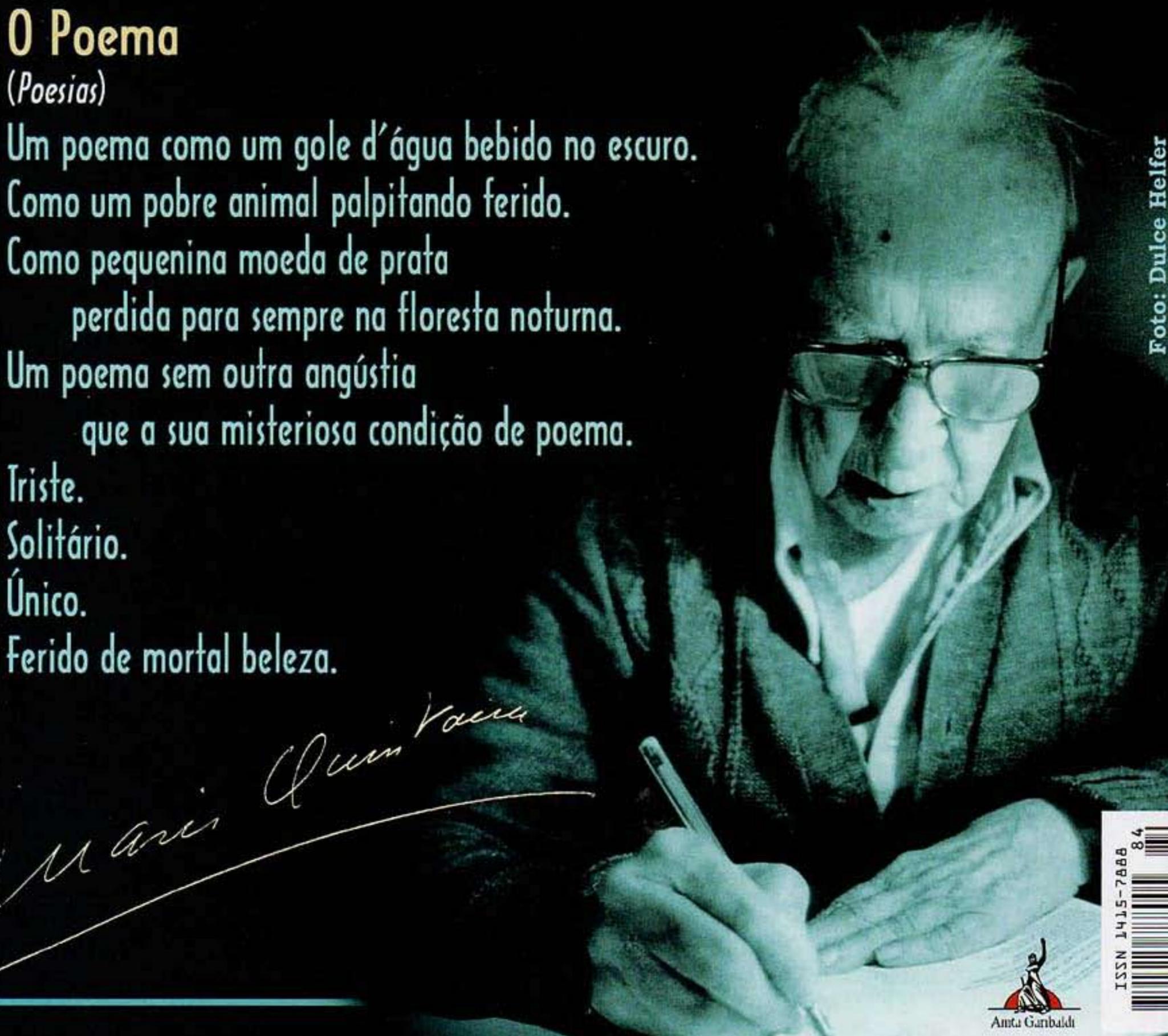


Foto: Dulce Helfer



Amta Garibaldi

ISSN 1415-7888



84